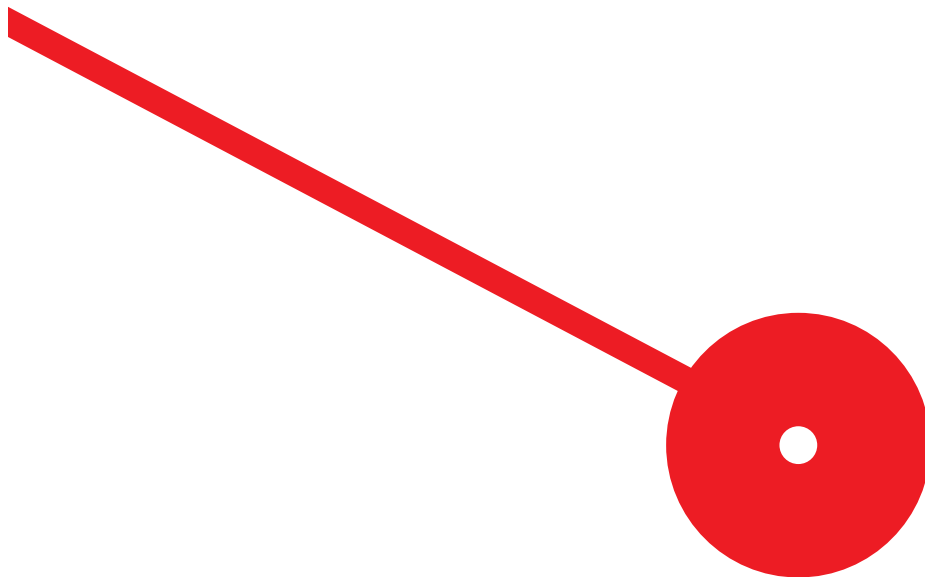




Análise às Demonstrações Financeiras das IPSS do distrito do Porto

Sara Alexandra Pinheiro Pereira

20/2021

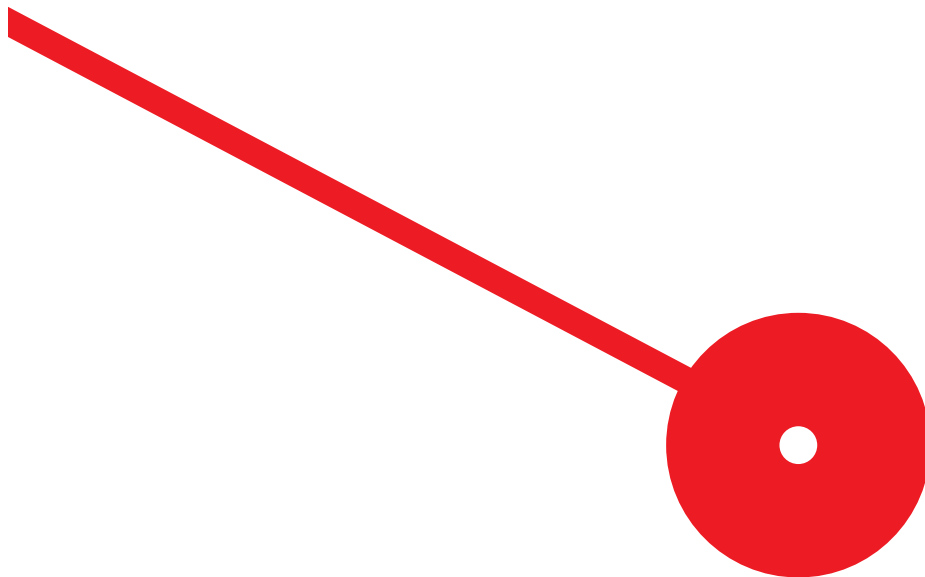




Análise às Demonstrações Financeiras das IPSS do distrito do Porto

Sara Alexandra Pinheiro Pereira

**Dissertação de Mestrado
apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração
do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e
Finanças, sob orientação de Doutor Rui Filipe Pereira Bertuzi da
Silva**



Resumo

A situação económica que passamos em Portugal, principalmente devido à pandemia Covid-19, é de imensa insegurança e instabilidade o que levou mais pessoas carenciadas e desempregadas a precisar de apoio. Esta é uma situação que faz com que mais pessoas recorram às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Este tema é pertinente e atual, dada a importância que as IPSS têm no nosso país. Estas entidades devem apresentar informações úteis e transparentes de forma a sensibilizar a sociedade em geral para o papel crucial que desempenham.

A metodologia que será utilizada na realização da dissertação assentará no método qualitativo e quantitativo com base num estudo de caso múltiplo, uma vez que se realizou uma análise ao perfil económico-financeiro de 63 IPSS na área do Porto entre os anos de 2015 e 2019. O objetivo principal deste estudo é verificar os resultados das IPSS.

Concluiu-se que as instituições não conseguiram quase gerar resultados positivos, chegando mesmo em alguns anos a atingir em anos consecutivos resultados negativos. Em média, as IPSS têm equilíbrio financeiro de curto, médio e longo prazo considerado favorável. Nos anos em análise, as IPSS têm capacidade para cumprir as suas obrigações para com os fornecedores e funcionários a curto, médio e longo prazo.

Palavras-chave: Análise Financeira, Rácio, Instituição Particulares de Solidariedade Social, Distrito do Porto.

Abstract

The economic situation we are experiencing in Portugal, mainly due to the Covid-19 pandemic, is one of immense insecurity and instability, which has led more needy and unemployed people to need support. This is a situation that makes more people turn to Private Social Solidarity Institutions (IPSS).

This theme is relevant and current, given the importance that IPSS have in our country. These entities must present useful and transparent information in order to make society in general aware of the crucial role they play.

The methodology that will be used in carrying out the dissertation will be based on the qualitative and quantitative method based on a multiple case study, since an analysis of the economic and financial profile of 63 IPSS in the Porto area between the years 2015 and 2019 was carried out. The main objective of this study is to verify the results of IPSS.

It was concluded that the institutions were almost unable to generate positive results, even in a few years reaching negative results in consecutive years. On average, the IPSS have a financial balance in the short, medium and long term considered favorable. In the years under review, IPSS is able to fulfill its obligations to suppliers and employees in the short, medium and long term.

Keywords: Financial Analysis, Ratio, Private Institutions of Social Solidarity, District of Porto.

Lista de Abreviaturas

CRP - Constituição da República Portuguesa

CSES - Conta Satélite da Economia Social

EIPSS - Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ESNL - Entidades do Sector Não Lucrativo

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

PCIPSS - Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social

POC - Plano Oficial de Contabilidade

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SNL - Setor Não Lucrativo

VAB - Valor Acrescentado Bruto

Índice

Resumo	i
Abstract	ii
Lista de Abreviaturas.....	iii
Índice de Tabelas	vi
Índice de Gráfico	vii
Capítulo I - Introdução	1
Capítulo II – Revisão de Literatura.....	3
2.1. Setor Não Lucrativo	3
2.1.1. Caracterização Do Setor Não Lucrativo	3
2.1.2. Os Três Setores da Economia.....	5
2.1.3. A Importância do Setor Não Lucrativo	6
2.1.4. O Peso da Economia Social na Economia Portuguesa.....	7
2.1.5. A Transparência.....	8
2.2. Enquadramento jurídico das Instituições Particulares de Solidariedade Social	9
2.2.1. O Estatuto Jurídico	9
2.2.2. Noção	9
2.2.3. Formas Jurídicas	10
2.2.3.1. Associações de Solidariedade Social.....	11
2.2.3.2. Cooperativas de solidariedade social	11
2.2.3.3. Associações Mutualistas ou de Socorros Mútuos	12
2.2.3.4. Fundações de Solidariedade Social.....	13
2.2.3.5. Irmandade de Misericórdia	13
2.2.4. Finalidades Não Lucrativas e Fontes de Financiamento	13
2.2.5. As Instituições Particulares de Solidariedade Social e o Setor da Economia Social.....	14
2.2.6. O Peso das Instituições Particulares de Solidariedade Social na Economia Portuguesa	15

2.3. O Regime Contabilístico das Instituições Particulares de Solidariedade Social ...	18
2.3.1. Enquadramento do Progresso do Normativo Contabilístico do Setor Não Lucrativo	18
2.3.2. Demonstrações financeiras das IPSS.....	20
2.4. Análise económica e financeira nas IPSS.....	21
Capítulo III – Estudo Empírico.....	23
3.1. Metodologia.....	23
3.2. Estudo de caso múltiplo	24
3.3. Técnica de análise.....	26
3.4. Seleção e Caracterização da Amostra	26
3.5. Objetivos e Questões de Investigação	28
3.6. Análise financeira e económica	28
3.7. Análise e Discussão dos Resultados	30
3.7.1. Caracterização das IPSS.....	30
3.7.2. Análise Económico-financeira das IPSS	31
3.7.2.1. Análise da rentabilidade e eficiência	31
3.7.2.2. Análise do equilíbrio financeiro de curto prazo.....	35
3.7.2.3. Análise do equilíbrio financeiro de médio e longo prazo	41
3.7.3. Discussão dos resultados.....	45
Capítulo IV – Considerações Finais.....	48
Conclusões.....	48
Limitações ao estudo	49
Sugestões de investigações futuras.....	49
Bibliografia.....	50
ANEXOS	56
APÊNDICES	75

Índice de Tabelas

Tabela II – Distribuição Geográfica das IPSS em Portugal em 2018 e 2021	16
Tabela III – Número de IPSS por Forma Jurídica em 2018 e 2021.....	17
Tabela IV – Média e variância do rácio rendibilidade do ativo	31
Tabela V – Média do rácio da rendibilidade do ativo por forma jurídica	32
Tabela VI – Média e variância do rácio rendibilidade dos fundos patrimoniais.....	32
Tabela VII – Média do rácio da rendibilidade dos fundos patrimoniais por forma jurídica	33
Tabela VIII – Média e variância do rácio rendibilidade operacional das vendas.....	33
Tabela IX – Média do rácio da rendibilidade operacional das vendas por forma jurídica.	34
Tabela X – Média e variância do rácio rendibilidade líquida das vendas	34
Tabela XI – Média do rácio da rendibilidade líquida das vendas por forma jurídica	35
Tabela XII – Média e variância do rácio da liquidez geral	36
Tabela XIII – Média do rácio da liquidez geral por forma jurídica.....	36
Tabela XIV - Média do rácio do fundo de maneo.....	37
Tabela XV – Média do rácio do fundo de maneo por forma jurídica	37
Tabela XVI – Média e variância do rácio da liquidez reduzida.....	38
Tabela XVII – Média do rácio da liquidez reduzida por forma jurídica.....	39
Tabela XVIII – Média e variância do rácio da liquidez imediata.....	40
Tabela XIX – Média do rácio da liquidez imediata por forma jurídica	40
Tabela XX – Média e variância do rácio de autonomia financeira	41
Tabela XXI – Média do rácio de autonomia financeira por forma jurídica	42
Tabela XXII – Média e variância do rácio de solvabilidade.....	43
Tabela XXIII – Média do rácio de solvabilidade por forma jurídica.....	43
Tabela XXIV – Média e variância do rácio de endividamento	44
Tabela XXV – Média do rácio de endividamento por forma jurídica.....	44

Índice de Gráfico

Gráfico I - Forma jurídicas das IPSS do distrito do Porto.....	30
Gráfico II - Forma jurídica das IPSS da amostra	30

Capítulo I - Introdução

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são organizações de economia social, especializadas na ação social e sem carácter lucrativo. Têm desempenhado um papel muito importante para o Estado e para a sociedade, o que leva à necessidade de informação atualizada, completa e correta sobre a sua gestão.

As instituições que tem como principal objetivo atuarem na área da proteção social são designadas como IPSS e têm um estatuto especial.

O setor de economia social é um dos poucos que, pela sua natureza, as contribuições do Estado têm uma importância decisiva para a sobrevivência destas entidades.

A realização de uma análise de viabilidade económica às instituições é fundamental para saber em que situação se encontram, qual a evolução da sua posição financeira e que potenciais necessidades de investimento e de financiamento podem vir a ser as mais adequadas.

O objetivo principal deste estudo consiste em verificar os resultados das IPSS.

De forma a alcançar o objetivo definido propomo-nos responder às seguintes questões de investigação:

Questão 1: As IPSS do distrito do Porto têm *site* institucional eletrónico?

Questão 2: As IPSS do distrito do Porto publicam as suas contas nesse *site* institucional eletrónico?

Questão 3: Qual é a rendibilidade das IPSS do distrito do Porto?

Questão 4: As IPSS do distrito do Porto apresentam equilíbrio financeiro de curto prazo?

Questão 5: As IPSS do distrito do Porto apresentam equilíbrio financeiro de médio/longo prazo?

Questão 6: As IPSS do distrito do Porto têm capacidade de cumprir as suas obrigações para com os *stakeholders*?

A metodologia utilizada na realização da presente dissertação assentará no método qualitativo e quantitativo com base num estudo de caso múltiplo, uma vez que será realizada uma análise ao perfil económico-financeiro das 63 IPSS na área do Porto entre os anos de 2015 e 2019.

Para o processamento e tratamento dos dados recolhidos foi utilizado o *Microsoft Office Excel*.

A dissertação encontra-se dividida em duas partes, a primeira parte é relativa ao enquadramento teórico, constituída pelo capítulo II, onde foi apresentada a revisão da literatura sobre o tema do setor não lucrativo (SNL), IPSS, o regime contabilístico e análise económica e financeira das IPSS. A segunda parte, refere-se ao capítulo III, onde se descreve a população e amostra do estudo, a metodologia do estudo e, por último, a análise e discussão dos resultados obtidos. Por fim, apresentam-se as principais conclusões.

Capítulo II – Revisão de Literatura

A primeira secção deste capítulo é dedicada ao SNL, onde é abordada a sua importância, as suas características e o seu conceito. Para além disso é feita a contextualização e distinção entre os três setores da economia.

A segunda secção é dedicada às IPSS, sendo abordado o estatuto jurídico, a noção do que são e para que servem este tipo de entidades, quais são as suas formas jurídicas, quais as principais fontes de financiamento e o seu peso na economia nacional.

Após a contextualização das IPSS, a terceira secção é dedicada ao desenvolvimento do regime contabilístico das mesmas. Serão expostas nesta secção os principais aspetos contabilísticos relacionados com as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

O quarto secção é dedicada à análise económica e financeira das IPSS. Nesta secção é feita um breve enquadramento da análise económica e financeira.

2.1. Setor Não Lucrativo

2.1.1. Caracterização Do Setor Não Lucrativo

Diversos autores, como Azevedo *et al.* (2010), Campbell (1999) e Chaves & Monzon (2007), demonstram o problema que o SNL tem sofrido devido à invisibilidade histórica e institucional. Isto deve-se, sobretudo, por causa da falta de consenso para encontrar a melhor definição para este setor e por não existir um sistema de contabilização nacional que limite e quantifique um conjunto tão diferente de instituições.

No entanto, nas últimas décadas, tem vindo a ser contrariada esta tendência, segundo Chaves & Monzon (2007) isto deve-se principalmente a três motivos, que são:

- ao crescimento, multiplicação e diversificação de papéis e de intervenções destas formas de organização;
- ao desenvolvimento da investigação científica sobre o tema; e

- pela crescente, porém, relutante e inconstante, atenção por parte das políticas públicas.

Devido à crise económica da década de 80 houve um crescente desenvolvimento deste setor, o que resultou em novas iniciativas sociais.

A definição de SNL de Salamon & Anheier (1992) é a mais conhecida internacionalmente. Depois de aplicada em mais de 40 países em todo o mundo, incluindo países desenvolvidos e em desenvolvimento, provou ser a mais funcional, uma vez que consegue ser suficientemente ampla, abrangendo uma grande variedade de instituições e distingue perfeitamente este setor dos outros dois setores económicos existentes, que serão analisados no próximo subcapítulo. A definição estrutural-operacional sugere que para pertencer ao SNL, uma entidade deverá ser:

- organizada, ou seja, evidenciar provas de reuniões regulares, existência de procedimentos de funcionamento e tomada de decisões, quer sejam, ou não entidades formalmente registadas;
- privada, ou seja, institucionalmente separadas do governo, mesmo que recebam apoio deste órgão de soberania;
- não distribuidora de lucros, pois mesmo que existam excedentes gerados pelas operações efetuadas, estes não podem reverter para os seus membros, dirigentes ou gestores;
- auto governada, isto é, não devem ser governadas por entidades externas; e
- voluntária, uma vez que a adesão é livre, não é imposto pertencer, ser membro ou participar, monetariamente ou com mão de obra, na organização.

De acordo com Carvalho (2007) e Francisco (2005) as ESNL são também atribuídas outras designações como: organizações não-governamentais sem fins lucrativos, organizações filantrópicas, entidades não-governamentais, setor cooperativo, associativismo, terceiro setor, economia social, setor sem fins lucrativos, economia solidária e organizações da sociedade civil. Por sua vez, Muehombo (2013) refere que esta economia

pode ainda ser conhecida por economia social, economia comunitária, economia de interesse geral e também como economia solidária.

O SNL é composto por um grande número de instituições diferentes entre si e de várias formas jurídicas, mas com uma característica em comum entre si, todas têm como objetivo prosseguirem o bem-estar social.

As instituições do SNL situam-se entre o setor público e privado, o mesmo encontra-se numa posição de complementaridade, podendo substituir, por vezes, o papel dos poderes públicos.

2.1.2. Os Três Setores da Economia

Começando por analisar o artigo 82.º da Constituição da República Portuguesa (C.R.P., 2005) a economia portuguesa é formada por três setores.

O primeiro setor, é o setor público onde está incluído o Estado e o Governo, e o seu principal interesse, de acordo com o número 2 do C.R.P. (2005), é o político. Este setor, de acordo com Francisco (2005), serve para dar resposta às necessidades comuns dos cidadãos às quais o segundo setor não consegue dar resposta.

O segundo setor, é denominado setor privado onde pertencem as entidades privadas. Neste setor o interesse principal é o económico, ou seja, o seu principal objetivo é o lucro, conforme alínea número 3 do C.R.P. (2005).

O terceiro setor, é o setor da iniciativa privada com fins públicos, aqui o interesse principal é o social, segundo a alínea número 4 do C.R.P. (2005). Segundo Francisco (2005), este setor surge da iniciativa dos cidadãos comuns, para dar resposta às necessidades mais específicas. Aqui o propósito não é o lucro, mas sim a satisfação de determinadas necessidades e dedicar-se a causas sociais.

2.1.3. A Importância do Setor Não Lucrativo

É inquestionável a importância das ESNL na sociedade nas áreas de atividade social, o seu contributo para a criação de emprego e uma cidadania ativa. As ESNL oferecem uma alargada quantidade de serviços, representam os cidadãos junto dos poderes públicos, promovem e salvaguardam os direitos humanos e as políticas de desenvolvimento.

A importância do SNL é de vários domínios, nomeadamente:

- do económico, uma vez que produz bens e serviços em diversas áreas de atividade económica como, por exemplo, na área de serviços sociais, na saúde, no ambiente, na cultura, na educação, no desporto, na inserção social profissional de públicos desfavorecidos e nos serviços de proximidade;
- do emprego, por ser um setor empregador, com capacidade de criação de emprego e algumas das suas instituições destinam-se à formação e à inserção socioprofissional, particularmente de públicos desfavorecidos;
- da luta contra a exclusão social e redução da pobreza, uma vez que este setor surgiu em resposta ao aumento de problemas de pobreza e exclusão social e criaram novas respostas à satisfação de necessidades sociais e novas soluções institucionais que materializam formas de organização económica mais plurais, democráticas e participativas e que recusam a divisão entre a economia e o social; e
- do desenvolvimento local, dado que dão respostas às situações, públicos e regiões mais deficitárias.

A Europa tem passado por uma grave crise económica e social, o que fez com que o SNL ganhe cada vez mais peso e importância na economia dos países.

A economia social na Europa representa cerca de 10% das empresas existentes (cerca de dois milhões de empresas) e corresponde a cerca de 6% dos postos de trabalho de acordo com Monteiro (2010).

Também em Portugal as ESNL têm um papel importante na sociedade e um peso crescente na economia nacional, contribuindo com cerca de 5,1% para o PIB nacional, contribuindo para o emprego de 160 000 pessoas. Há cerca de 70 000 voluntários nestas instituições de acordo com os dados da Conta Satélite da Economia Social (CSES) (2016).

Segundo Almeida (2005, p.55), o valor das ESNL é incontestável, “o que parece ser consensual é que o terceiro setor ou economia social constitui uma força económica que não pode ser negligenciada, devido ao importante papel que desempenha nas economias modernas”.

As ESNL tornaram-se essenciais nos dias de hoje, de acordo com a Comissão Europeia (2016), isto deve-se ao facto destas entidades conseguirem dar resposta aos vários campos de interesse geral e pela capacidade de lidarem com as diversas necessidades que surgem na sociedade.

Posto isto, é incontestável o valor que estas instituições têm na sociedade, principalmente no desenvolvimento mais sustentável da economia e na criação de emprego.

2.1.4. O Peso da Economia Social na Economia Portuguesa

De acordo com os dados da Conta Satélite da Economia Social (CSES) (2012), relativos ao ano de 2010, e em comparação com os dados da CSES (2016), relativos ao ano de 2013, a economia social obteve um crescimento substancial no seu peso. No que respeita ao emprego remunerado teve um aumento significativo passando de 5,5% para 6%, respetivamente. Analisando a remuneração, medida em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo, nas entidades da economia social era 83,4% da média nacional em 2010 e 86,4% em 2013, ou seja, existiu um aumento na remuneração de 2010 para 2013. Assim, relativamente ao emprego remunerado, este setor apresenta uma capacidade empregadora maior que outras atividades ditas tradicionais como provam os números indicados, no tocante à utilização elevada de empregados como, por exemplo: a telecomunicações, a silvicultura e pesca, a agricultura, a indústria têxtil e a agroindústria.

Segundo CSES (2012) e CSES (2016) não houve qualquer alteração no peso do Valor Acrescentado Bruto (VAB) na economia nacional mantendo-se nos 2,8%. Contudo este

VAB representa um valor superior a atividades como eletricidade, gás, vapor e ar frio, agricultura, silvicultura e pesca, agroindústria e telecomunicações.

O ano de 2013 foi considerado o pior ano da crise económica e financeira, porém o terceiro setor transpareceu uma tendência económica bastante positiva comparando com a económica nacional, tendo tido um crescimento de 10,6%, de 2010 para 2013, passando de 55.383 entidades para 61.268 entidades, respetivamente, de acordo com CSES (2012) e CSES (2016)

Em 2013, a economia social em Portugal apresentou uma necessidade líquida de financiamento de 412 milhões de euros, de acordo com o CSES (2016). Nesse ano os recursos destas organizações estimaram-se em 13.896,7 milhões de euros, originárias da produção (60,2%), subsídios e transferências (26,7%) e dos rendimentos de propriedade (10,1%). As despesas totalizaram 14.308,6 milhões de euros, sendo as fundamentais o consumo intermédio (29,1%), as remunerações (27,8%) e as transferências sociais (24,0%). A economia social apresentou, em 2013, poupança corrente positiva (487,3 milhões de euros).

2.1.5. A Transparência

Nos estatutos das IPSS refere que a prestação de contas tem de ser obrigatoriamente publicada no *site* da instituição, até 31 de maio do ano seguinte a que respeita (art.º 14.ºA do Decreto-Lei n.º 172-A/2014).

A divulgação de informações nas IPSS é necessária para garantir que, ao serem divulgados, os recursos são utilizados de forma eficiente e que os doadores e voluntários mantêm o seu apoio e participação nas organizações de beneficência (Atan *et al*, 2012).

As IPSS que divulgam a informação financeira e de desempenho nos seus *sites* dão um sinal de eficiência, qualidade e credibilidade e são vistas pelo público em geral como sendo mais abertas, confiáveis e responsáveis (Lee & Joseph, 2013).

As entidades que utilizarem a *internet* para informarem e modernizar, segundo Lee & Blouin (2017), deverão desenvolver-se e crescer, por outro lado, as que se negam a ajustar-se, começarão a enfraquecer até que deixarão de existir.

Porém para uma IPSS ter uma página na *internet*, de acordo com Gandía (2011), pode ser condicionada pelas suas infraestruturas técnicas, económicas e sociais e, especialmente, pela estratégia de comunicação e gestão da informação que cada entidade determina difundir.

Atualmente, os estudos começam a abordar a importância de as instituições informarem os seus investidores através das redes sociais, uma vez que permite a comunicação com o investidor de forma mais prática e rápida.

2.2. Enquadramento jurídico das Instituições Particulares de Solidariedade Social

2.2.1. O Estatuto Jurídico

As atividades das IPSS eram regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro do Ministério dos Assuntos Sociais de 1983, em novembro de 2014 foi substituído pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro. A Lei n.º 76/2015, de 28 de julho, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro e sexta alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS).

2.2.2. Noção

As IPSS são organizações de economia social, especializadas na ação social e sem carácter lucrativo (artigo 1 do Decreto-Lei n.º 172-A/2014).

As IPSS têm um papel de extrema importância, uma vez que preenchem algumas lacunas do Estado no que diz respeito às respostas sociais adequadas às necessidades concretas da população, uma vez que garante o equilíbrio social ao facultarem respostas sociais aos indivíduos mais desfavorecidos (Soares *et al.*, 2011).

As instituições que têm como principal objetivo atuarem na área da proteção social são designadas como IPSS (Freitas & Braz, 2008).

Segundo Alfaro (2003) as IPSS são entidades constituídas e geridas por organizações privadas, que têm objetivos de interesse público. O Estado deve apoiar as atividades destas entidades (Freitas & Braz, 2008).

Tal como se define no artigo 3.º do EIPSS, as IPSS são entidades autónomas, que têm liberdade de escolher as suas áreas de atividade e a forma de atuação. Pelo artigo 5.º do mesmo estatuto, deverá ser dada prioridade ao interesse e aos direitos dos beneficiários, relativamente aos das instituições, tanto dos associados como dos fundadores.

Os objetivos das IPSS, em conformidade com artigo 1.º-A do EIPSS são:

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Educação e formação profissional dos cidadãos; e
- Resolução dos problemas habitacionais das populações.

2.2.3. Formas Jurídicas

Segundo o artigo 2.º do EIPSS, as IPSS podem revestir as seguintes formas jurídicas:

- associações de solidariedade social;
- cooperativas de solidariedade social, credenciadas nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 7/98, de 15 de janeiro;
- associações mutualistas ou de socorros mútuos;

- fundações de solidariedade social; e
- irmandades de misericórdia.

Para além das formas jurídicas salientadas, podem as instituições, nos termos da Concordata celebrada entre a Santa Sé e a República Portuguesa em 18 de maio de 2004, assumir a forma de Institutos de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, designadamente Centros Sociais Paroquiais e Caritas Diocesanas e Paroquiais.

Ainda de acordo com o artigo 2.º do EIPSS, as IPSS podem ainda agrupar-se em:

- uniões;
- fundações; e
- confederações.

2.2.3.1. Associações de Solidariedade Social

As associações de solidariedade social são, regularmente, as associações formadas com o fim de exercer atividades de segurança social e que não se encaixam em nenhuma das outras formas especiais de associações, como as misericórdias e associações de socorros mútuos.

2.2.3.2. Cooperativas de solidariedade social

As cooperativas de solidariedade social são relativamente novas no nosso país. Apenas foram consideradas uma forma jurídica das IPSS na sexta alteração ao EIPSS em 2015.

De acordo com o artigo 2 da Lei n.º 119/2015 "as cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreaajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos,

visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles”.

2.2.3.3. Associações Mutualistas ou de Socorros Mútuos

As associações mutualistas foram fundadas nas necessidades humanas de entreajuda, sobretudo das famílias de estratos sociais e económicos mais frágeis. As organizações com características mutualistas remontam à Grécia antiga e ao Império Romano com o objetivo de facultar aos trabalhadores e escravos funerários dignos. Este modelo de organização mutualista foi adaptado pelas corporações medievais. Estas associações são sustentadas num conjunto de importantes princípios: a democracia, a liberdade, a independência, a igualdade, a solidariedade e a responsabilidade, motivos que causam um todo lógico em que nenhum deles pode ser dissociado dos restantes e que hoje os encontramos nos Estatutos e Regulamentos da Associação e no Código Mutualista, Decreto-Lei nº 59/2018 de 2 de Agosto.

As associações de socorros mútuos ou mutualistas são IPSS com uma quantidade indefinida de associados, capital ilimitado e durabilidade incerta que, especialmente através da quotização dos seus membros, efetuam fins de ajuda recíproca. Os seus objetivos principais são os benefícios de segurança social e de saúde e conjuntamente com outros fins de proteção social e de promoção da qualidade de vida, através da organização e gestão de equipamentos e serviços de apoio social, de outras obras sociais e de atividades que incrementem o desenvolvimento moral, intelectual, cultural e físico dos associados e suas famílias.

Estas associações eram muito importantes na intervenção social. Devido a passaram as entidades optarem por outras formas jurídicas que têm o mesmo objetivo, estas perderam a importância que tinham.

2.2.3.4. Fundações de Solidariedade Social

As fundações de solidariedade social são construídas com o intuito de promoção, desenvolvimento e apoio a iniciativas de natureza social nos domínios da caridade e solidariedade social, e de natureza cultural nos domínios da educação, saúde, ambiente, organização e apoio à atividade artística (Lei n.º 24/2012).

2.2.3.5. Irmandade de Misericórdia

De acordo com o Decreto-Lei n.º 172-A/2014 as “associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs”.

2.2.4. Finalidades Não Lucrativas e Fontes de Financiamento

Apesar de as IPSS serem entidades sem fins lucrativos, de acordo com Lopes (2009), uma vez que a finalidade é a solidariedade social, estas entidades podem reforçar a sua capacidade de financiamento desenvolvendo atividades de natureza lucrativa como forma de angariar receitas que permitam uma melhor prossecução dos seus objetivos. As receitas angariadas de todas estas atividades revertem em benefício dos associados.

As principais fontes de financiamento das IPSS são:

- quotas dos sócios;
- mensalidades dos utentes;
- comparticipações da Segurança Social;
- rentabilização do património;
- prestação de outros serviços;

- realização de outras atividades lucrativas; e
- donativos.

2.2.5. As Instituições Particulares de Solidariedade Social e o Setor da Economia Social

As IPSS visam satisfazer as necessidades dos seus utentes e da comunidade em que estão inseridas. Como refere Meira (2013) também nestas entidades a perspetiva empresarial estará sempre presente dado que os fins sociais prosseguidos visam satisfazer necessidades que implicam um custo e têm um preço. As IPSS têm como principal objetivo apoiar situações de vulnerabilidade económica e social, assentando num paradigma assistencialista de intervenção social.

As IPSS estão subordinadas a um conjunto de princípios presentes no artigo 5.º do Projecto de Lei nº 68/XII - Lei de Bases da Economia Social (2011), como:

- O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- A adesão e participação livre e voluntária;
- O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
- O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;
- A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social; e
- A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela

especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.

As IPSS, segundo o artigo. 8.º do Projecto de Lei nº 68/XII - Lei de Bases da Economia Social (2011), deverão assegurar os níveis de qualidade e segurança, e atuar com transparência. O estado também deverá assegurar a transparência.

O artigo 10.º, n.º 2 do Projecto de Lei nº 68/XII - Lei de Bases da Economia Social (2011) informa que os poderes públicos devem promover os princípios e valores da economia social e fomentar a criação de mecanismos que permitam reforçar a autossustentabilidade económico-financeira das entidades da economia social em conformidade com o disposto no artigo 85.º da CRP.

2.2.6. O Peso das Instituições Particulares de Solidariedade Social na Economia Portuguesa

Segundo os dados de CSES (2016), das 61.268 entidades registadas em 2013 na economia social 5.584 são IPSS o que representa cerca de 9% do total. Sendo a forma jurídica da maioria a de associação sem fim lucrativo (84,70%), seguindo-se as misericórdias (6,90%), as fundações (3,90%), as cooperativas (2,40%) e, por fim, as associações mutualistas (1,90%). Os pesos das formas jurídicas não alteraram muito de 2010 para 2013, sendo que as associações sem fins lucrativos aumentaram 0,40%, as misericórdias e as cooperativas aumentaram 0,10%, as fundações diminuíram 0,30% e as mutualistas tiveram uma descida mais acentuada de 0,50%.

Cerca de 10% do total das cooperativas e mais de 95% das misericórdias e associações mutualista possuem estatuto de IPSS.

Constata a CSES (2016) que, em 2013, as IPSS desenvolveram a sua atividade particularmente na ação e segurança social com um peso de 76,40% do total de IPSS. Relativamente ao VAB das IPSS, a atividade predominante também foi a ação e segurança social com um peso de 77,10%, seguida pelos cultos e congregações que representaram um peso de 7,60% e, por último, pela saúde e bem-estar com uma percentagem de 6,50%.

CSES (2016) ainda demonstra que, em 2013, na estrutura do emprego remunerado das IPSS o peso da ação e segurança social é novamente o mais elevado com 79,60%, a seguir com um maior peso encontram-se os cultos e congregações com 7,70% e, de seguida, a saúde e bem-estar com 5,50%. As IPSS representaram 32,90% da produção, 43% do VAB, 44,10% das remunerações, 27,80% dos outros subsídios à produção e 60,40% do emprego remunerado, medido em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo, da economia social.

As IPSS estão dispersas por todo o país, mas a concentração maior verifica-se nas zonas urbanas, principalmente nos distritos de Lisboa e Porto, conforme podemos observar na Tabela I.

De acordo com os resultados da segurança social (Segurança Social, 2018) (Segurança Social, 2021) e, como podemos comprovar pela Tabela II, em outubro de 2018 existiam 5.147 organizações e, em março de 2021, havia 5.082 organizações que detinham o estatuto de IPSS.

Tabela I – Distribuição Geográfica das IPSS em Portugal em 2018 e 2021

Distrito	Nº de IPSS em 2018	% em 2018	Nº de IPSS em 2021	% em 2021
Aveiro	339	6,59	340	6,69
Beja	90	1,75	90	1,77
Braga	423	8,22	437	8,60
Bragança	121	2,35	121	2,38
Castelo Branco	165	3,21	165	3,25
Coimbra	284	5,52	280	5,51
Évora	164	3,19	164	3,23
Faro	165	3,21	160	3,15
Guarda	339	6,59	312	6,14
Leiria	213	4,14	213	4,19
Lisboa	1050	20,40	1028	20,23
Portalegre	120	2,33	120	2,36
Porto	600	11,66	607	11,94
Santarém	272	5,28	254	5,00

Setúbal	225	4,37	214	4,21
Viana do Castelo	148	2,88	147	2,89
Vila Real	150	2,91	154	3,03
Viseu	279	5,42	276	5,43
Total:	5147	100,00	5082	100,00

Fonte: Elaboração própria

A Tabela III apresenta a distribuição das IPSS pela forma jurídica, destacam-se as associações sem fim lucrativo que representam 65,11% das IPSS em 2018 e 65,15% em 2021. Seguindo-se os centros sociais paroquiais com 19,25% em 2018 e 19,15% em 2021. As misericórdias 6,70% em 2018 e 6,81% em 2021. As fundações com 4,86% em 2018 e 4,92% em 2021. Os institutos de organização religiosa com 4,04% em 2018 e 3,97% em 2021 e os outros 0,04% em 2018.

Tabela II – Número de IPSS por Forma Jurídica em 2018 e 2021

Forma Jurídica	Nº de IPSS em 2018	% em 2018	Nº de IPSS em 2021	% em 2021
Associação sem fim lucrativo	3351	65,11	3311	65,15
Centro Social Paroquial	991	19,25	973	19,15
Fundação	250	4,86	250	4,92
Instituto de Organização Religiosa	208	4,04	202	3,97
Misericórdia	345	6,70	346	6,81
Outras	2	0,04	0	0,00
Total:	5147	100	5082	100

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se em Portugal um aumento significativo do número de IPSS, contudo, de 2018 a 2021, existiu um ligeiro decréscimo das IPSS.

De acordo com Casteleiro & Alves (2017) em 1972, em Portugal, contabilizavam-se 1.264 IPSS e em 1998 esse número aumentou para 2.992 IPSS. Segundo dados do portal da Segurança Social (Segurança Social, 2018), conforme já referenciado anteriormente, existiam 5.147 IPSS em Portugal, ou seja, de 1972 até 2021 quadruplicou o número de IPSS existentes no nosso país.

2.3. O Regime Contabilístico das Instituições Particulares de Solidariedade Social

2.3.1. Enquadramento do Progresso do Normativo Contabilístico do Setor Não Lucrativo

Barros & Santos (1998) consideram que é a partir de 1980 que há um maior desenvolvimento das ESNL devido à constante intervenção dos estudantes universitários e dos profissionais dedicados ao estudo destas instituições.

Até 1989, a elaboração das contas das IPSS era feita de acordo com as instruções dadas pela Direcção-Geral da Assistência Social, que já foi extinta. De acordo com o Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de março e, como defendem os autores Anthony & Young (1999) e Zorita (2003), as informações que continham os relatórios de contas das IPSS eram insuficientes e inadequadas, era necessária informação de gestão mais completa e relevantes, tendo em conta o que este tipo de instituições representa e pelo volume dos fluxos financeiros envolvidos.

Em 1989, foi publicado o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de março, e entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 1990. O PCIPSS emerge da necessidade de fornecer, a estas instituições, normas que possibilitem a apresentação das suas contas de acordo com conceitos e procedimentos contabilísticos uniformes, aceites e praticados por todas. O PCIPSS veio permitir a modernização do sistema e uma análise mais fácil das contas das IPSS.

Em 1 de janeiro de 2010 entrou em vigor o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho introduzindo o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), revogando o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Diretrizes Contabilísticas. As ESNL com contabilidade organizada começaram a utilizar o SNC, contudo as IPSS, Associações Mutualistas, Federações Desportivas e Associações e Agrupamentos de Clubes continuaram a usar os respetivos planos de contas setoriais.

O Decreto-Lei nº 36–A/2011 de 9 de março aprova o regime contabilístico para as ESNL, fazendo parte complementar do SNC, tendo sido criadas regras contabilísticas aplicáveis às entidades que sigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos e que não

possam distribuir qualquer ganho económico ou financeiro, incluindo as IPSS. Justifica-se a criação de regras contabilísticas próprias aplicáveis às ESNL devido ao importante papel e peso que desempenham na economia, o que fundamenta uma maior transparência nestas entidades, e por outro lado, devido as ESNL responderem a itens de interesse geral que ultrapassam a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços. Estas regras foram obrigatórias a partir do exercício económico com início em 1 de janeiro de 2012.

De seguida foram publicados os seguintes normativos:

- **Portaria 105/2011, de 14 de março** (modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL);
- **Portaria 106/2011, de 14 de março** (código de contas específico para as ESNL);
e
- **Aviso 6726-B/2011, de 14 de março** (norma contabilística e de relato financeiro para as ESNL).

O novo SNC para as ESNL, incluindo IPSS, é muito importante para a comparabilidade da contabilidade das ESNL e colaborará para melhorar a qualidade do relato financeiro, contribui para melhorar a informação e a prestação de contas, o que se torna vantajoso na tomada de decisão.

Grizzle & Sloan (2016) atestam que se verifica um aumento na consciencialização da importância da prestação de contas no SNL, uma maior transparência, uma melhor mensuração do desempenho e uma melhor gestão da organização.

Segundo Legenzova (2016) a qualidade da informação contabilística não deve ser delimitada apenas pelas demonstrações financeiras, mas também pela qualidade do processo contabilístico.

2.3.2. Demonstrações financeiras das IPSS

As demonstrações financeiras expõem a posição patrimonial e os resultados de uma entidade numa determinada altura.

As demonstrações financeiras apresentam a posição e o desempenho financeiro e económico, bem como os fluxos de caixa de uma entidade.

As demonstrações financeiras devem satisfazer algumas características. As características qualitativas é o que atribui utilidade à informação financeira a prestar aos utentes. De acordo com a estrutura conceptual do SNC as quatro características qualitativas principais que a informação financeira deve apresentar são:

- **Compreensibilidade:** as informações devem ser de rápida e fácil compreensão, contudo pressupõe-se que têm alguns conhecimentos contabilísticos. No entanto, não deve ser posta de parte informações mais complexas com o motivo de que ela possa ser demasiado difícil para a compreensão de certos utentes.
- **Relevância:** a informação tem de ser útil para os utentes tomarem decisões. Permitindo-lhes avaliar os acontecimentos e/ou certificar as suas decisões anteriores.
- **Comparabilidade:** tem de ser possível comparar as demonstrações financeiras de uma entidade com a de outras entidades ao longo do tempo, de formar a identificar tendências na sua posição financeira e no seu desempenho.
- **Fiabilidade:** impõe-se que a informação seja isenta de erros materiais e de preconceitos, ou seja, que seja fiável.

De acordo com Ornelas *et al.* (2017) as bases de apresentação de demonstrações financeiras exibem condições que possibilitam assegurar a comparabilidade da informação entre exercícios anteriores, assim como, a comparabilidade entre entidades diferentes. Conforme é referido no SNC-ESNL as entidades sujeitas à normalização contabilística apresentam as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por natureza;
- Demonstração dos resultados por função;
- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- Demonstração dos fluxos de caixa; e
- Anexo;

2.4. Análise económica e financeira nas IPSS

Através da análise económica e financeira, determina-se a evolução económica e financeira da IPSS e conhece-se a condição atual, podendo assim, sugerir medidas corretivas, de modo a evitar uma possível evolução desfavorável.

De acordo com Carrilho *et al.* (2005) deve-se avaliar, rigorosamente, a situação económica e financeira das IPSS, de maneira a gerir, da melhor maneira, problemas de gestão, garantindo assim a estabilidade e o equilíbrio financeiro de uma instituição e, ao mesmo tempo, assegurar sua permanência e crescimento.

Neves (1996), menciona que normalmente as análises financeiras são feitas exclusivamente aos aspetos financeiros. Porém uma análise financeira é mais do que uma simples análise da situação atual, ajuda a prever as perspetivas futuras da empresa que são melhor explicadas através de variáveis extra-financeiras.

A análise económica e financeira é efetuada tendo por suporte um conjunto de instrumentos, metodologias e técnicas que se apoiam principalmente na análise do balanço e da demonstração de resultados.

O balanço funcional, de acordo com Neves (2012), é um método de análise financeira e um instrumento de gestão, através do qual se adquire indicadores como o fundo de maneiio, tesouraria líquida e necessidades de fundo de maneiio.

O balanço funcional apresenta numa determinada data, as aplicações e recursos de fundos que se relacionam com o ciclo financeiro da entidade e resultam do conjunto das correções efetuadas no balanço contabilístico. Sua estrutura é baseada nos conceitos de equilíbrio financeiro e ciclos financeiros. O balanço funcional, de acordo com Nabais & Nabais (2005), quando executado com suporte na análise de balanços contínuos possibilita observar o progresso nas políticas de financiamento, políticas de investimentos e gestão global do ciclo de exploração.

Para que se possa analisar a situação económica e financeira de uma entidade, é imprescindível recorrer a alguns indicadores. Estes podem assumir diversas formas, sendo que os mais comuns são os rácios. De acordo com Farinha (1995) um rácio é o quociente entre duas grandezas geralmente retiradas da informação contabilística de uma entidade.

Capítulo III – Estudo Empírico

Neste capítulo procede-se à análise dos rácios das IPSS. A primeira, segunda e terceira secção apresentam as opções metodológicas.

A quarta secção explica quais os instrumentos e procedimentos utilizados para a obtenção dos resultados.

A quinta secção enquadra os objetivos e as diversas questões de investigação e a sexta secção refere a análise financeira e económica.

Por último, a sétima secção, descreve a realização do estudo empírico e termina com a discussão dos resultados.

3.1. Metodologia

A metodologia de investigação utilizada nos estudos depende do que está a ser analisado, tal como afirma Ryan *et al.* (2002).

A metodologia de investigação adotada nesta dissertação é de natureza qualitativa e quantitativa através da realização de estudo de caso múltiplo.

A utilização de métodos diferentes poderá ser benéfica, uma vez que, pode contribuir para validar os resultados obtidos no estudo, de acordo com Silva & Silva (2013).

A metodologia qualitativa apresenta como principal vantagem permitir o acesso à complexidade e diversidade da realidade em estudo, enriquecida pelos significados que lhe são atribuídos pelos intervenientes. Nesse sentido, a metodologia qualitativa confirma uma elevada validade interna.

Porém, de acordo com Serapioni (2000), a metodologia qualitativa apresenta como principal limitação o facto de trabalhar com pequenas amostras, devido à necessidade de contextualização e à natureza dos instrumentos de recolha e análise de dados utilizados.

A metodologia quantitativa, como indicam Almeida & Freire (2008) tem como objetivo “explicar, prever e controlar os fenômenos e através da objetividade dos procedimentos e da quantificação das medidas, tenta encontrar regularidades e leis explicativas do seu objeto de estudo”.

Stake (1999) assinala três diferenças importantes entre a metodologia qualitativa e quantitativa:

- a distinção entre explicação e compreensão;
- a distinção entre função pessoal e impessoal do investigador; e
- a distinção entre conhecimento descoberto e construído.

Vários autores não aceitam a dicotomia na investigação quantitativa e qualitativa e sustentam a existência de um complemento entre as metodologias, conforme indicam Lessard-Hébert *et al.* (2005).

Existem também autores, como por exemplo Yin (1993, 2005) e Flick (2004), que realçam a importância de utilizar, simultaneamente metodologias qualitativas e quantitativas. A utilização na mesma investigação da metodologia qualitativa e quantitativa, é para complementar o estudo.

O estudo que se propõe é de natureza qualitativa e quantitativa, com recurso à análise secundária de dados, sendo que para o tratamento da informação recolhida e posterior análise do relacionamento entre as variáveis são tratados com recursos ao *Microsoft Office Excel*.

3.2. Estudo de caso múltiplo

O recurso ao estudo de caso é adequado quando se procura responder a questões “como” ou o “porquê”, quando se tem pouco ou nenhum controlo sobre os eventos e quando o principal do estudo é analisar ou descrever um fenómeno (Yin, 2014). Um dos objetivos do estudo de caso é entender o acontecimento em estudo e conseqüentemente desenvolver teorias mais genéricas a respeito do fenómeno observado (Fidel, 1992).

Por estudo de caso, podemos entender “uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores” (Yin, 1994). Um estudo de caso, de acordo com Yin (1989), é uma pesquisa empírica que analisa um fenómeno atual dentro do seu contexto real, quando os limites entre fenómeno e contexto não são evidentes e no qual muitos recursos ou evidências são usados.

De acordo com Bonoma (1985, p. 207) que afirma que o estudo de caso é útil, “quando um fenómeno é amplo e complexo, onde o conhecimento existente é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenómeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre”. Esta afirmação é corroborada por Yin (2005), que afirma que o estudo de caso é para se estudar eventos atuais, em situações onde os comportamentos não podem ser manipulados, onde é possível fazer-se observações diretas e entrevistas sistemáticas.

Segundo Good & Hatt (1969, p. 422), o estudo de caso " não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o carácter unitário do objeto social estudado". Já para Tull (1976, p.323), este atesta que "um estudo de caso se refere a uma análise intensiva de uma situação particular". Por sua vez, Yin (2005), refere que o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenómeno atual dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenómeno e o contexto não é evidente e onde variadas fontes de evidência são utilizadas.

Para Patton (1990), o estudo de caso é um método específico de recolha, organização e análise dos dados que pretende estudar a experiência em particular, enaltecendo a singularidade e individualidade, bem como a sua complexidade.

Uma vez que, a temática desta investigação incide sobre as IPSS e nomeadamente na análise económico-financeira das mesmas, este será o método mais eficaz para se poder obter resultados válidos para esta investigação.

3.3. Técnica de análise

Será utilizada a técnica de análise de conteúdo, que segundo Sousa & Baptista (2011) possibilita, na fase de classificação, a apresentação sintetizada e organizada dos dados reunidos de diferentes fontes. O que facilita a análise comparativa.

De acordo com Bardin (2011, p. 47), o termo análise de conteúdo designa “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Segundo Godoy (1995), a análise de conteúdo é uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte.

Correia & Pardal (1995) e Vieira *et al.* (2009) afirmam que a análise documental é uma técnica de recolha de dados necessária em qualquer tipo de investigação, especialmente na área da contabilidade.

Vieira, Major, & Robalo (2009) garantem que nesse âmbito, a utilização de textos e documentos é um método importante no tratamento dos dados qualitativos sendo uma origem muito abundante de informação.

Nesse sentido, esta abordagem possibilitará descrever e explorar este estudo de forma a responder ao principal objetivo da investigação, bem como às questões de investigação.

3.4. Seleção e Caracterização da Amostra

Dada a impossibilidade de analisar o extenso universo de todas as IPSS portuguesas, o estudo empírico é circunscrito sobre as IPSS do distrito do Porto.

A população do estudo empírico é constituída pelas IPSS do distrito do Porto, num total de 600, que constavam do *site* da Segurança Social em 01/10/2018, conforme Anexo I.

Assim, utilizamos a listagem de IPSS existentes em 2018, destas verificou-se quais as que não possuíam *site*. excluindo-se desse modo 223 IPSS. O facto das IPSS não possuírem

site inviabiliza este estudo, na medida em que não conseguimos obter os relatórios e contas, e por esse motivo, tivemos que excluir essas IPSS. Por outro lado, é de salientar que não apresentar *site* vai contra os estatutos das IPSS, pois assim não têm onde publicar a prestação de contas (art.º 14.ºA do Decreto-Lei n.º 172-A/2014). Numa segunda etapa, excluíram-se as IPSS que não disponibilizavam os relatórios e contas dos 5 anos em análise (2015, 2016, 2017, 2018 e 2019) na sua página da *internet*, constituindo assim uma amostra de 63 IPSS do distrito do Porto, conforme apêndice I.

Após obtermos a lista das IPSS, recolheram-se os relatórios e contas e identificámos o tipo de informação financeira disponibilizada – Orçamento, Relatório global de prestação de contas do último período, Relatório de atividades/gestão, Balanço, Demonstração dos resultados por natureza, Demonstração de fluxos de caixa, Anexo, Demonstração dos resultados por funções, Alteração do fundo patrimonial, Ata aprovação das contas (da Direção), Ata do concelho fiscal, Certificação legal de contas e Balancete. Analisaram-se os dados recolhidos com recurso ao *Microsoft Office Excel* (apêndice II).

Selecionaram-se os anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 uma vez que, de acordo com Decreto-Lei n.º 172-A/2014, as contas a partir do ano de 2015 devem ser obrigatoriamente publicadas no *site* institucional eletrónico da instituição até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito.

As IPSS da tabela no IV são na maioria associações, totalizando 37, representando aproximadamente 59% da amostra. De seguida, temos 11 centros sociais paroquiais, ou seja, cerca de 17% da amostra. Em menor número, aparecem as fundações, institutos de organizações religiosas e misericórdias com apenas 5 instituições cada, o que representa cerca de 8% de cada uma destas formas jurídicas.

Em suma, a amostra corresponde a 63 IPSS (37 associações, 11 centros sociais paroquiais, 5 fundações, 5 institutos de organizações religiosas e 5 misericórdias) da região do Porto no período de 2015 a 2019.

3.5. Objetivos e Questões de Investigação

O objetivo principal deste estudo é verificar os resultados das IPSS.

De acordo com o autor Fortin (2009) é mais importante formular uma questão do que lhe saber responder, pois se a questão for mal colocada corre-se o risco de a investigação não conduzir a lado nenhum, portanto a questão deve ser enunciada de forma a ser possível obtermos uma resposta.

Após a revisão de literatura elaboraram-se as seguintes questões de investigação:

Questão 1: As IPSS do distrito do Porto têm *site* institucional eletrónico?

Questão 2: As IPSS do distrito do Porto publicam as suas contas nesse *site* institucional eletrónico?

Questão 3: Qual é a rendibilidade das IPSS do distrito do Porto?

Questão 4: As IPSS do distrito do Porto apresentam equilíbrio financeiro de curto prazo?

Questão 5: As IPSS do distrito do Porto apresentam equilíbrio financeiro de médio/longo prazo?

Questão 6: As IPSS do distrito do Porto têm capacidade de cumprir as suas obrigações para com os *stakeholders*?

3.6. Análise financeira e económica

É importante analisar de forma detalhada o perfil económico-financeiro das IPSS.

Não existem rácios universais que se possam aplicar a todas as ESNL. Porém, há rácios cuja utilidade é relativamente consensual entre a comunidade profissional e científica. Os rácios utilizados no presente estudo fundamentam-se no seguinte conjunto de trabalhos académicos: Abraham (2006), Bowman (2011), Chabotar (1989), Keating & Frumkin (2001), Omar et al. (2013), Ritchie & Kolodinsky (2003), Ryan & Irvine (2012) e Zietlow et al. (2003) Nestes estudos os autores procuraram reconhecer quais os rácios mais adequados para analisar as ESNL. Os diferentes rácios usados foram:

1) Rácios para a análise da rentabilidade e eficiência:

- Rendibilidade do ativo;
- Rendibilidade dos fundos patrimoniais;
- Rendibilidade operacional das vendas; e
- Rendibilidade líquida das vendas.

2) Rácios para a análise do equilíbrio financeiro de curto prazo:

- Liquidez geral;
- Fundo de maneo;
- Liquidez reduzida; e
- Liquidez imediata.

3) Rácios para a análise do equilíbrio financeiro de médio e longo prazo:

- Autonomia financeira;
- Solvabilidade;
- Endividamento;

Foram selecionados estes rácios para análise, pois permitem responder ao essencial propósito deste estudo que é verificar a viabilidade económica e financeira das IPSS do distrito do Porto em análise.

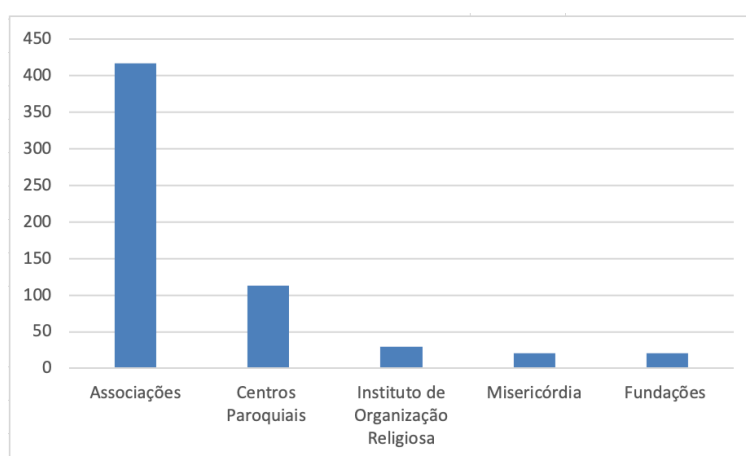
Os rácios foram cálculos para as IPSS do distrito do Porto que cumpriram todos os requisitos no período de 2015 a 2019 permitindo analisar a evolução das mesmas durante estes anos.

3.7. Análise e Discussão dos Resultados

3.7.1. Caracterização das IPSS

A forma jurídica das IPSS no concelho de Porto é dominada pelas associações (com um total de 417, que representa 70%) seguida pelos centros paroquiais (com um total de 113, que representa 19%), pelos institutos de organização religiosa (com um total de 29, que representa 5%), as misericórdias (com um total de 21, que representa 4%), e, finalmente, as fundações (com um total de 20, que representa 3%), que podemos ver pelo gráfico I.

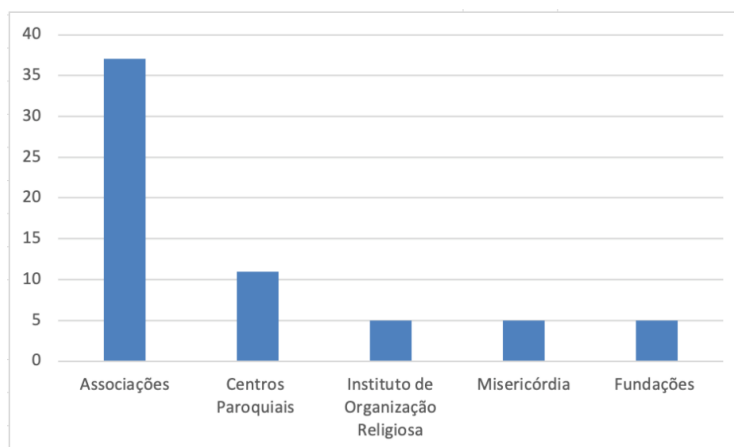
Gráfico I – Forma jurídica das IPSS do distrito do Porto



Fonte: Elaboração própria

No gráfico II abaixo apresentado podemos visualizar que, na amostra do nosso estudo, a forma jurídica de associação é a que apresenta um maior número de IPSS (37), seguida das formas jurídicas de centros paroquiais (11), de instituto de organização religiosa, de misericórdia e por fim de fundação (todos com 5).

Gráfico II – Forma jurídica das IPSS da amostra



Fonte: Elaboração própria

Das 600 IPSS do distrito do Porto, 223 não dispõem de *site*, (que representam 37% do total da população) sendo que 158 são associações, 45 são centros paroquiais, 10 são institutos de organização religiosa, 6 são misericórdias e 4 são fundações.

Um total de 314 IPSS (que representam 52% do total da população) não dispõem de informações financeiras suficientes para realização do estudo.

3.7.2. Análise Económico-financeira das IPSS

Para realização da análise do perfil económico-financeiro das IPSS foi necessário examinar, de forma detalhada, os dados financeiros relativos a estas entidades em análise. A análise incidiu sobre as demonstrações financeiras das 63 IPSS.

3.7.2.1. Análise da rendibilidade e eficiência

Através da tabela IV analisámos a evolução do rácio da rendibilidade do ativo, onde verificámos que apenas no ano de 2015 é que a média do rácio da rendibilidade do ativo é negativa, o que se traduz que, neste ano, houve uma má utilização dos ativos para gerarem resultados positivos, foi neste ano que as instituições apresentaram o seu pior desempenho. Contudo, nos restantes anos em análise este rácio encontra-se positivo, sendo que é em 2018 onde apresenta uma melhor média relativamente a este rácio, com um valor de 3%. Foi em 2018 que as instituições em análise utilizaram melhor os seus ativos para gerarem resultados positivos. Porém, no geral, os ativos nestas instituições mostram uma capacidade muito reduzida para produzir retorno financeiro.

Relativamente à variância, o melhor resultado aconteceu nos anos de 2017, 2018 e 2019, onde a variância é 1% nos 3 anos, o que se traduz em valores mais próximos da média. Já o ano de 2016, é onde os valores são mais dispersos da média, tendo uma variância de 9%.

Tabela III – Média e variância do rácio rendibilidade do ativo

ANO	Média	Variância
2015	-1%	4%
2016	2%	9%
2017	1%	1%
2018	3%	1%
2019	2%	1%
2015 – 2019	1%	3%

Fonte: Elaboração própria

Pela tabela V examinámos a média do rácio da rendibilidade do ativo por forma jurídica. O pior ano para as associações foi o ano de 2015, com rácio de -1% e o melhor ano foi o de 2016 com 5%. Já para os centros sociais paroquiais, 2019 foi o melhor ano (3%) e 2017 o que apresenta o pior resultado (-3%). No ano de 2016 foi onde as instituições de organização religiosa apresentaram o seu menor resultado, tendo um rácio de -16%, foram melhorando até que, em 2019, apresentam o seu melhor resultado (7%).

As misericórdias apresentam o seu pior resultado em 2019 e 2017 ambos com uma média de 0% e tendo o seu melhor resultado em 2015 com uma média de 2%. Por último, as fundações apresentaram o seu melhor resultado em 2018 com um rácio de 6% e em 2015 e 2019 apresenta o seu pior resultado com 1% em ambos os anos.

Tabela IV – Média do rácio da rendibilidade do ativo por forma jurídica

	2019	2018	2017	2016	2015
Associação	2%	3%	3%	5%	-15%
Centro Social Paroquial	3%	-2%	-3%	-1%	0%
Instituto de Organização Religiosa	7%	6%	0%	-16%	-5%
Misericórdia	0%	1%	0%	1%	2%
Fundação	1%	6%	2%	2%	1%

Fonte: Elaboração própria

Através da tabela VI verificamos as médias e a variância do rácio rendibilidade do capital próprio das IPSS em análise.

Constatamos que em 2016 foi onde as IPSS apresentaram a pior média da rendibilidade dos fundos patrimoniais e é neste mesmo ano onde a variância é maior, ou seja, há uma maior dispersão nos valores da média. Logo no ano seguinte, em 2017, onde obtiveram o seu melhor desempenho. No ano de 2019, a média das instituições é nula. Em 2018 é onde a variância é menor, logo expõe valores mais próximos da média.

Tabela V – Média e variância do rácio rendibilidade dos fundos patrimoniais

ANO	Média	Variância
2015	-2%	11%
2016	-37%	443%
2017	8%	15%
2018	3%	4%
2019	0%	7%
2015 – 2019	-6%	97%

Fonte: Elaboração própria

A tabela VII expressa a média do rácio da rendibilidade dos fundos patrimoniais por forma jurídica. O pior ano para as associações foi o ano de 2016, com uma média de rácio de negativo de 24% e o melhor ano foi o de 2017 com uma média de rácio positivo de 13%. Já os centros sociais paroquiais em todos os anos em análise a média do rácio da rendibilidade do capital próprio é negativo. No ano de 2016 foi onde as instituições de organização religiosa apresentaram o seu menor resultado, tendo um rácio negativo 292%, e no ano de 2018 apresentam o seu melhor resultado apresentando uma média de rácio de 13%. As misericórdias apresentam o seu pior resultado em 2019 com uma média de rácio de -1%, e tendo o seu melhor resultado em 2015 com uma média de 2%. Por último, as fundações apresentaram o seu melhor resultado em 2018 com uma média de rácio de 7% e em 2015 apresenta o seu pior resultado com 1%.

Tabela VI – Média do rácio da rendibilidade dos fundos patrimoniais por forma jurídica

	2019	2018	2017	2016	2015
Associação	1%	4%	13%	-24%	-3%
Centro Social Paroquial	-4%	-7%	-2%	-1%	-1%
Instituto de Organização Religiosa	1%	13%	8%	-292%	-5%
Misericórdia	-1%	1%	0%	1%	2%
Fundação	2%	7%	4%	3%	1%

Fonte: Elaboração própria

O rácio da rendibilidade operacional das vendas, mede a rendibilidade que a entidade tem depois de pagos todos os custos, encargos financeiros e impostos.

Observando a tabela VIII, contatamos que o ano que apresenta uma melhor média do rácio de rendibilidade operacional das vendas foi o ano de 2015, com 120%, porém também é o que apresenta uma variância maior (11329%), ou seja, que os valores estão mais distantes da média. O ano de 2017 é o que apresenta o pior resultado relativamente a este rácio tendo uma média de rendibilidade negativa em 16%.

Tabela VII – Média e variância do rácio rendibilidade operacional das vendas

ANO	Média	Variância
2015	120%	11329%
2016	55%	2276%
2017	-16%	131%
2018	2%	48%
2019	12%	99%
2015 – 2019	35%	2765%

Fonte: Elaboração própria

Fazendo a análise por forma jurídica, tabela IX, verificamos que em todos os anos em análise são as fundações que apresentam o pior rácio. Nos anos de 2019, 2016 e 2015 as associações é que apresentam a melhor média do rácio da rendibilidade operacional, já no ano de 2018 são as instituições de organização religiosa e em 2017 são as misericórdias e os centros sociais ambos com uma média de rácio de 1%.

Tabela VIII – Média do rácio da rendibilidade operacional das vendas por forma jurídica

	2019	2018	2017	2016	2015
Associação	26%	3%	-7%	92%	199%
Centro Social Paroquial	8%	-1%	1%	3%	6%
Instituto de Organização Religiosa	7%	27%	-3%	17%	21%
Misericórdia	-2%	2%	1%	2%	8%
Fundação	-59%	-26%	-147%	-7%	1%

Fonte: Elaboração própria

O rácio da rendibilidade líquido das vendas, mede a rendibilidade que a instituição possui depois de pagos todos os custos, encargos financeiros e impostos.

Na tabela X observámos a média e a variância do rácio da rendibilidade líquida das vendas. O ano de 2015 é o que apresenta uma melhor média do rácio de rendibilidade líquida das vendas com 91%, porém também é o que apresenta uma variância maior com 124,68, o que significa que os valores estão mais afastados da média, tal como acontece com o rácio da rendibilidade operacional das vendas. O ano de 2017 é o que apresenta o pior resultado relativamente a este rácio tendo uma média de rendibilidade negativa em 19%, mais uma vez igual ao rácio da rendibilidade operacional das vendas.

Tabela IX – Média e variância do rácio rendibilidade líquida das vendas

ANO	Média	Variância
2015	91%	12468%
2016	34%	946%
2017	-19%	152%
2018	14%	117%
2019	14%	89%
2015 – 2019	27%	2733%

Fonte: Elaboração própria

A tabela XI analisa o rácio da rendibilidade líquida das vendas por forma jurídica, tal como no rácio da rendibilidade operacional das vendas verificamos que em todos os anos em análise são as fundações que apresentam o pior rácio. Nos anos de 2016 e 2015 as associações é que apresentam a melhor média do rácio da rendibilidade líquida, já no ano de 2018 e 2019 são as instituições de organização religiosa e em 2017 são as misericórdias.

Tabela X – Média do rácio da rendibilidade líquida das vendas por forma jurídica

	2019	2018	2017	2016	2015
Associação	26%	24%	-13%	57%	150%
Centro Social Paroquial	8%	-2%	0%	1%	5%
Instituto de Organização Religiosa	33%	27%	-3%	17%	22%
Misericórdia	-1%	-1%	1%	4%	11%
Fundação	-60%	-26%	-148%	-7%	1%

Fonte: Elaboração própria

3.7.2.2. Análise do equilíbrio financeiro de curto prazo

A liquidez geral é o rácio que permite analisar se a empresa tem capacidade para transformar todo o seu ativo corrente em dinheiro, pagar todas as suas obrigações do passivo corrente.

Examinando o indicador de liquidez geral nas 63 IPSS do distrito do Porto, na média dos cinco anos, apresentam uma liquidez geral de 306%. Conclui-se assim que, uma vez que o valor do rácio é superior a 200% o valor é o ideal, portanto os valores dos ativos correntes são superiores ao seu passivo corrente, portanto têm um baixo risco para os credores das respetivas entidades, sendo que a realização dos ativos correntes em liquidez é suficiente para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo.

Ao longo dos cinco anos, as IPSS apresentam uma evolução negativa no que concerne à média, uma vez que, no ano de 2015 começa com uma média de 335%, descendo em 2016 para 243%, crescendo em 2017 para 324%, decrescendo ligeiramente em 2018 para 302% e subido ligeiramente novamente em 2019 para 325%, como podemos observar pela tabela XII.

Quanto à variância, o ano de 2016 apresenta melhor resultado visto que apresenta uma menor variância, o que significa que neste ano os valores estão mais próximo da média, diferente dos restantes anos que apresentam uma variância maior, o que significa que a disparidade dos valores nestes quatro anos é maior, como podemos ver pela tabela XII.

Tabela XI – Média e variância do rácio da liquidez geral

ANO	Média	Variância
2015	335%	3529%
2016	243%	809%
2017	324%	3669%
2018	302%	2985%
2019	325%	4010%
2015 – 2019	306%	2973%

Fonte: Elaboração própria

De 2015 a 2018 os Institutos de Organização Religiosa são as que apresentam maior risco para os credores e em 2019 são as Misericórdias. Podemos ainda verificar que os centros sociais paroquiais apresentam maior liquidez em 2019 e 2018, porém nos anos de 2015 e 2017 eram as associações que apresentam um rácio mais elevado e em 2016 eram as misericórdias, conforme podemos observar na tabela XIII, o que indica que têm maior capacidade de pagar os seus deveres correntes com os seus bens e direitos correntes.

Tabela XII – Média do rácio da liquidez geral por forma jurídica

	2019	2018	2017	2016	2015
Associação	292%	290%	374%	227%	383%
Centro Social Paroquial	494%	428%	342%	315%	317%
Instituto de Organização Religiosa	308%	180%	138%	144%	126%
Misericórdia	260%	292%	273%	354%	363%
Fundação	277%	250%	154%	192%	195%

Fonte: Elaboração própria

O fundo viabiliza a subsistência das instituições em momentos menos bons. Possibilita pagar despesas normais da instituição, pagamento a fornecedores, bem como pagar salários aos colaboradores e pagar despesas imprevisíveis.

Ao analisarmos o fundo de maneio, verificamos que a média ao longo dos cinco anos em estudo é positiva, com uma média de fundo de maneio de 377.367,86€, ou seja, os

capitais permanentes destas entidades conseguiram financiar os ativos não correntes e os ativos correntes, assegurando a liquidez essencial para satisfazer as obrigações de curto prazo.

Se analisarmos mais ao detalhe, verificamos que em 2019, das 63 IPSS em análise 22 apresentam um fundo de maneio negativo, ou seja, 35% das IPSS, em a 2018 e 2016 temos 24 IPSS com fundo de maio negativo (38%), em 2017 temos 26 (41%) e em 2015 temos 23 (37%). O ano de 2018 foi o que apresentou em média um fundo de maneio mais elevado e o ano de 2017 o mais baixo, como podemos observar pela tabela XIV.

Tabela XIII - Média do rácio do fundo de maneio

ANO	Média
2015	355.859,55€
2016	372.278,47€
2017	354.895,92€
2018	418.035,38€
2019	385.278,98€
2015 – 2019	377.367,86€

Fonte: Elaboração própria

Ao longo dos cinco anos em estudo os Institutos de Organização Religiosa são as que apresentam em médias um fundo de maneio mais baixo, enquanto, as misericórdias são as que apresentam em média um fundo de maneio mais elevado, conforme comprova a tabela XV.

Tabela XIV – Média do rácio do fundo de maneio por forma jurídica

	2019	2018	2017	2016	2015
Associação	127.114,71€	123.480,05€	120.536,13€	103.596,42€	81.236,66€
Centro Social Paroquial	141.029,14€	127.413,18€	131.795,71€	201.275,84€	194.276,25€
Instituto de Organização Religiosa	118.271,64€	93.781,31€	55.819,44€	49.938,80€	48.409,80€
Misericórdia	2.824.063,84€	3.332.050,77€	2.952.540,04€	3.078.130,61€	3.073.438,01€
Fundação	661.266,73€	647.352,34€	281.411,21€	353.218,94€	333.310,14€

Fonte: Elaboração própria

A liquidez reduzida destaca a ação dos inventários na liquidez da entidade, o objeto é o mesmo da liquidez geral, mas consente dificuldades conjunturais e de provável insolvência. Portanto quanto maior for o valor do rácio maior é a capacidade da entidade para liquidar as obrigações imediatas.

Avaliando o indicador de liquidez reduzida, na média dos cinco anos, apresentam uma liquidez de 306%. Uma vez que o valor é superior a 200% é o valor ideal, pois a entidade consegue liquidar as suas dívidas de curto prazo somente com o dinheiro que dispõe e com o valor que os clientes devem à entidade.

Ao longo dos cinco anos em análise, as IPSS apresentam uma evolução negativa no que concerne a média, conforme acontece na liquidez geral, uma vez que, no ano de 2015 começa com uma média de 333%, descendo em 2016 para 241%, crescendo em 2017 para 322%, decrescendo ligeiramente em 2018 para 301% e subido ligeiramente novamente em 2019 para 323%, como podemos observar pela tabela XVI.

Quanto a variância, o ano de 2016 apresenta melhor resultado visto que apresenta uma menor variância, o que significa que neste ano os valores estão mais próximo da média, diferente dos restantes anos que apresentam uma variância maior, o que significa que a disparidade dos valores nestes quatro anos é maior.

Tabela XV – Média e variância do rácio da liquidez reduzida

ANO	Média	Variância
2015	333%	3532%
2016	241%	809%
2017	322%	3669%
2018	301%	2983%
2019	323%	4007%
2015 – 2019	306%	2973%

Fonte: Elaboração própria

De 2015 a 2018 as Instituto de Organização Religiosa são as que apresentam maior risco para os credores e em 2019 é as Misericórdias. Podemos ainda verificar que os centros sociais paroquiais apresentam maior liquidez em 2019 e 2018, porém nos anos de 2015 e

2017 eram as associações que apresentam um rácio mais elevado e em 2016 eram as misericórdias, conforme podemos observar na tabela XVII.

Ao analisar a tabela XII, XIII e XVI e XVII podemos concluir que os valores da liquidez reduzida não diferem muito dos da liquidez geral, o que podemos deduzir que os inventários não têm um grande peso nas entidades em análise.

Tabela XVI – Média do rácio da liquidez reduzida por forma jurídica

	2019	2018	2017	2016	2015
Associação	291%	289%	373%	226%	383%
Centro Social Paroquial	493%	426%	340%	314%	315%
Instituto de Organização Religiosa	306%	179%	137%	142%	124%
Misericórdia	255%	288%	268%	349%	357%
Fundação	274%	247%	150%	188%	191%

Fonte: Elaboração própria

A liquidez imediata procura dar a conhecer o grau de cobertura do passivo corrente por liquidez imediata. Neste caso quanto maior o valor do rácio, maior será a capacidade de a entidade liquidar os compromissos de curto prazo.

Analisando a liquidez imediata (tabela XVIII) verifica-se que, na média dos cinco anos em estudo, o indicador de liquidez imediata é, em média, de 185% e a média de cada ano em análise é sempre (em média) superior a 100%, o que indica os meios financeiros líquidos são superiores ao seu passivo corrente, logo, a instituição possui capital imediato suficiente para pagar com as suas obrigações de curto prazo.

No ano de 2015, o rácio apresenta uma média de 244%, tendo uma evolução negativa no ano de 2016 apresentando um valor médio de 149%, já no ano de 2017 apresenta uma evolução positiva, passando para uma média de 204%, porém em 2018 voltou a ter uma evolução negativa passando a média do rácio da liquidez imediata para 157% e em 2019 este rácio teve um ligeiro aumento passando para 170%.

Quanto à variância, o ano de 2016, 2018 e 2019 são os que apresentam os melhores resultados visto que apresenta uma variância de 285%, 374% e 553%, respetivamente, o que mostra que nestes anos os valores estão mais juntos em torno da média, porém no ano de

2015 e 2017 apresentam uma variância superior, o que mostra uma maior divergência dos montantes entre as IPSS.

Tabela XVII – Média e variância do rácio da liquidez imediata

ANO	Média	Variância
2015	244%	2768%
2016	149%	285%
2017	204%	2038%
2018	157%	374%
2019	170%	553%
2015 – 2019	185%	1201%

Fonte: Elaboração própria

Do ano de 2015 a 2019, com exceção do ano de 2016, as IPSS que têm a forma jurídica de Instituto de Organização Religiosa são, em média, as que apresentam um rácio de liquidez imediata mais reduzido, no ano de 2016 são os centros sociais paroquiais que apresentam um rácio de liquidez imediata mais reduzido. Podemos ainda verificar que as associações apresentam, em média, maior liquidez imediata nos anos em análise com exceção do ano de 2016, no ano de 2016 quem apresenta, em média, maior liquidez são as misericórdias, conforme podemos observar na tabela XIX.

Tabela XVIII – Média do rácio da liquidez imediata por forma jurídica

	2019	2018	2017	2016	2015
Associação	816%	511%	3348%	351%	4509%
Centro Social Paroquial	43%	33%	46%	31%	58%
Instituto de Organização Religiosa	20%	12%	16%	73%	21%
Misericórdia	221%	298%	208%	667%	642%
Fundação	536%	433%	180%	210%	260%

Fonte: Elaboração própria

3.7.2.3. Análise do equilíbrio financeiro de médio e longo prazo

O rácio de autonomia financeira disponibiliza informações quanto à disposição dos ativos que são financiados por meio do capital próprio da instituição, ou seja, mede o nível de endividamento das instituições.

Ao longo dos anos em análise (2015-2019) verificamos, conforme está evidenciado na tabela XX, que este rácio tem vindo a ter uma evolução positiva. Em 2015 a média do rácio de autonomia financeira encontrava-se em 48%, aumentando para 60% em 2016, evoluindo mais um pouco em 2017 passando para 62% e já em 2018 e 2019 a média do rácio encontrava-se em 65%, o que significa que as instituições não dependem excessivamente de capitais alheios, logo encontram-se numa situação favorável.

Relativamente à variância, o ano de 2015 é o que apresenta o pior valor, o que significa uma disparidade maior entre o rácio de autonomia financeira das entidades, o valor da variância tem vindo a decrescer de ano para ano, sendo o ano de 2019 o que apresenta um menor valor, logo os valores estão mais próximo da média.

Constata-se que, a média, em todos os anos em análise são superiores a 33%, o que significa que apresentam um favorável grau de autonomia financeira.

Tabela XIX – Média e variância do rácio de autonomia financeira

ANO	Média	Variância
2015	48%	163%
2016	60%	58%
2017	62%	40%
2018	65%	21%
2019	65%	19%
2015 – 2019	60%	60%

Fonte: Elaboração própria

Analisando por forma jurídica, tabela XXI, verificamos que as associações apresentam o seu melhor rácio no ano de 2019 com uma média de 60% e o seu prior em 2015 com 37%. Já os centros sociais paroquiais apresentam a sua melhor média em 2019

com 70%, mas também apresentam o seu pior resultado em 2015 com 42%. Também as fundações têm o seu pior valor em 2015 com 80% e apresentam a melhor média em 2019 com 86%. Porém as misericórdias apresentam a sua média mais alta neste rácio em 2015 e 2016 ambos com 90% e apresenta o pior resultado em 2019 com 87%. As instituições de organização religiosa apresentam o pior rácio em 2016 com 62% e o seu melhor resultado em 2018 com 70%.

Tabela XX – Média do rácio de autonomia financeira por forma jurídica

	2019	2018	2017	2016	2015
Associação	57%	60%	55%	52%	37%
Centro Social Paroquial	70%	64%	63%	61%	42%
Instituto de Organização Religiosa	67%	70%	64%	62%	68%
Misericórdia	87%	89%	89%	90%	90%
Fundação	86%	84%	84%	82%	80%

Fonte: Elaboração própria

O rácio de solvabilidade permite medir o equilíbrio do financiamento entre capitais próprios e alheios que lhe permitem liquidar as obrigações a médio e longo prazo.

Relativamente ao rácio de solvabilidade, verificamos, através da tabela XXII, a média do rácio de solvabilidade é positiva em todos os anos em análise, o que indica que as instituições têm capacidade de liquidar os seus compromissos de médio e longo prazo, logo não dependem de terceiros. E uma vez que, a média, de todos os anos em análise é superior a 100% indica que o património da entidade é suficiente para cobrir todas as suas dívidas.

O ano de 2017 foi o melhor ano relativamente ao rácio de solvabilidade apresentando uma média de 1236%, porém também é neste ano que a variância é maior (191357%), ou seja, existe uma grande disparidade dos valores. O ano mais recente em análise (2019) é o que apresenta a pior média neste rácio, ou seja, neste ano as instituições, em média, tinham uma menor capacidade para liquidar as obrigações que detinham a médio e longo prazo, já neste ano a variância é mais reduzida (13230%), o que significa uma menor disparidade dos valores. Assim apuramos que em médias os fundos patrimoniais são superiores ao passivo total, mostrando que as instituições conseguem liquidar as suas dívidas.

Tabela XXI – Média e variância do rácio de solvabilidade

ANO	Média	Variância
2015	721%	10112%
2016	768%	27306%
2017	1236%	191357%
2018	1103%	155694%
2019	679%	13230%
2015 – 2019	901%	79035%

Fonte: Elaboração própria

Analisando a média do rácio de solvabilidade por forma jurídica, tabela XXIII, verificamos que o pior ano para as associações e para as misericórdias foi o ano de 2019, encontrando-se com uma média de 514% e 848% respetivamente. Já este ano para os centros sociais paroquiais, institutos de organização religiosa e fundações foi o ano que apresentaram uma melhor média, com 1138%, 506% e 899% respetivamente. Já para as associações em 2017 obtiveram uma média de 1569%, sendo este o seu melhor ano. O ano de 2016 foi o pior ano para os centros sociais paroquial, instituições de organização religiosa e para a fundações. Contudo o ano de 2015, foi o ano em que a média deste rácio foi mais elevada para as misericórdias e as fundações.

Tabela XXII – Média do rácio de solvabilidade por forma jurídica

	2019	2018	2017	2016	2015
Associação	514%	1281%	1569%	831%	722%
Centro Social Paroquial	1138%	1014%	836%	591%	623%
Instituto de Organização Religiosa	506%	404%	339%	314%	348%
Misericórdia	848%	893%	901%	1035%	1120%
Fundação	899%	889%	888%	876%	899%

Fonte: Elaboração própria

O rácio de endividamento expressa indica-nos a extensão com que a empresa utiliza capital alheio no financiamento das suas atividades.

Analisando a média do rácio de endividamento, tabela XXIV, verificamos que a média de 2015, 2016, 2018 e 2018 encontra-se no 82% e no ano de 2017 nos 81%. O que indica que as instituições se encontram bastantes dependentes de capitais alheios. Uma vez que os valores em análise se encontram superiores a 65%, este valor é considerado crítico.

Em relação à variância a média dos 5 anos em análise é 8% o que indica que a disparidade de valores é pouco significativa.

Tabela XXIII – Média e variância do rácio de endividamento

ANO	Média	Variância
2015	82%	8%
2016	82%	8%
2017	81%	8%
2018	82%	7%
2019	82%	8%
2015 – 2019	82%	8%

Fonte: Elaboração própria

Examinando por forma jurídica, tabela XXV, verificamos que as médias são todos muito próximas. Contudo, são as fundações que apresentam, em média, uma maior dependência de capitais alheios. Já os centros sociais paroquiais são os que apresentam uma dependência inferior de capitais alheios.

Tabela XXIV – Média do rácio de endividamento por forma jurídica

	2019	2018	2017	2016	2015
Associação	78%	81%	82%	82%	82%
Centro Social Paroquial	81%	77%	71%	72%	70%
Instituto de Organização Religiosa	88%	85%	84%	85%	85%
Misericórdia	92%	95%	91%	89%	91%
Fundação	92%	92%	90%	96%	96%

Fonte: Elaboração própria

3.7.3. Discussão dos resultados

Após a análise das IPSS conseguimos responder às questões de investigação que nos propusemos.

Questão 1: As IPSS do distrito do Porto têm *site* institucional eletrónico?

Como podemos observar, 62,83% das entidades registadas como IPSS, possuem *site*, ou seja, trezentas e setenta e sete (377) IPSS possuem um *site*, cumprindo assim com os seus deveres enquanto IPSS.

Contudo, ainda existem 37,17% entidades, isto é, duzentas e vinte e três (223) entidades que ainda não criaram o seu *site* para assim cumprirem com as suas obrigações estatutárias, e, de acordo com o art.º 35.º, n.º 2, al. d) do Estatuto das IPSS, estas entidades se não apresentarem as contas durante dois anos consecutivos e segundo os procedimentos definidos pelo art.º 14.º-A, irão sofrer penalizações gravosas, como a destituição do órgão de administração.

Questão 2: As IPSS do distrito do Porto publicam as suas contas nesse *site* institucional eletrónico?

Podemos verificar que das IPSS com *site* institucional apenas 16,71% dessas IPSS que publicaram nos 5 anos analisados (2015 a 2019) as suas contas no seu *site* institucional eletrónico. Portanto, no universo de trezentas e setenta e sete (377) IPSS, apuramos que existem trezentos e catorze (314) IPSS que não estão a cumprir com os requisitos enquanto IPSS.

Ao analisar, incluindo as IPSS que não têm *site* institucional, concluímos que apenas 10,5% publicaram nos 5 anos (2015 a 2019) os seus Relatórios de Contas no *site*. Assim, 89,5% de IPSS, um universo de quinhentas e trinta e sete (537) IPSS estão sujeitas a consequências gravosas que mencionamos anteriormente.

Questão 3: Qual é a rendibilidade das IPSS do distrito do Porto?

As IPSS apresentam uma rendibilidade muito reduzida chegando mesmo em alguns anos a ser negativa, a rendibilidade do ativo e a rendibilidade do capital próprio foram, em

média, entre 2015 e 2019, de 1% e -6% respetivamente, o que se traduz no valor dos gastos das instituições serem mais elevados ou muito próximos dos rendimentos, logo as instituições não conseguiram quase gerar lucro, chegando mesmo em algumas instituições/anos a ter prejuízo.

Em relação à rentabilidade operacional das vendas, apenas no ano de 2017 é que apresentam uma média negativa, o que significa que não conseguiram gerar resultados operacionais nesse ano. Já nos restantes anos em análise a rentabilidade operacional das vendas foi positiva, porém o melhor resultado foi em 2015, apesar de ir descendo e subindo, se compararmos de 2015 para 2019 o rácio veio a diminuir.

A rentabilidade líquida das vendas tal como na rentabilidade operacional das vendas apresentam uma média negativa no ano de 2017 e a maior média no ano de 2015, ou seja, foi neste ano que as instituições produziram um retorno maior em relação ao resultado líquido, se compararmos o ano 2015 e 2019 o rácio diminuiu.

Podemos concluir que as IPSS, em média, conseguem gerar rentabilidade, mas de forma muito reduzida.

Questão 4: As IPSS do distrito do Porto apresentam equilíbrio financeiro de curto prazo?

Após analisar o rácio de liquidez geral e reduzida podemos concluir que, em médias, as IPPS têm equilíbrio financeiro de curto prazo favorável, por outras palavras, nos anos em análise não existiram problemas de liquidação das obrigações a curto prazo. Uma vez que o valor do rácio, em média, nos 5 anos em análise é superior a 200%, o valor ideal, portanto os valores dos ativos correntes são superiores ao seu passivo corrente, logo têm um baixo risco para os credores das respetivas entidades, sendo que a realização dos ativos correntes em liquidez é suficiente para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo.

Apresenta um fundo de maneio positivo, ou seja, ao longo dos cinco anos, os capitais permanentes das instituições em estudo conseguiram financiar os ativos não correntes e parte dos ativos correntes assegurando assim a liquidez necessária para fazer face aos diversos compromissos de curto prazo.

Relativamente ao rácio de liquidez imediata os valores são estáveis, uma vez que a média dos 5 anos em análise é 185% e a média foi sempre superior a 100%, o que se conclui que as IPSS têm capacidade de liquidar as obrigações a curto prazo.

Questão 5: As IPSS do distrito do Porto apresentam equilíbrio financeiro de médio/longo prazo?

A autonomia financeira das IPSS teve uma evolução ascendente ao longo dos anos em análise. Começa com uma média, em 2015, de 0,48, o que significa que as instituições, em média, financiam-se com 48% de capitais próprios. Foi aumentando gradualmente até que em 2018 e 2019 tem uma média de 65%, ou seja, nestes anos as instituições, em média financiam-se com 65% de capitais próprios. A média, em todos os anos em análise são superiores a 33%, portanto têm um favorável grau de autonomia financeira.

A solvabilidade teve um melhor resultado em 2017, com uma média de 1236%, porém a partir deste ano este rácio começou a diminuir, passando em 2019 a ter uma média de 679%, o que demonstra que apesar de ter diminuído este rácio as IPSS continuam a ter liquidez para liquidar os compromissos a médio e longo prazo. Portanto, uma vez que, a média, de todos os anos em análise é superior a 100% indica que o património da entidade é suficiente para cobrir todas as suas dívidas.

O rácio de endividamento é estável ao longo dos 5 anos em análise mantendo se nos 82% em 2015, 2016, 2018 e 2019 e 81% em 2017, portanto as instituições, em média financia-se com 82% de capitais alheios. Uma vez que os valores são superiores a 65% o valor é considerado crítico.

Podemos concluir que, em média, as IPSS têm equilíbrio financeiro de médio e curto prazo favorável.

Questão 6: As IPSS do distrito do Porto têm capacidade de cumprir as suas obrigações para com os *stakeholders*?

Podemos concluir que, em média, em todos os anos em análise, as IPSS têm capacidade para cumprir as suas obrigações para com os *stakeholders* a curto, médio e longo prazo.

Capítulo IV – Considerações Finais

Conclusões

As IPSS são cada vez mais importantes na economia do nosso país, não só pela criação de emprego, mas também pela inclusão social e pela disponibilidade de serviços de qualidade para todos. As IPSS têm um papel importante ao colmatar lacunas do Estado relativamente às respostas sociais (Soares *et al.*, 2011).

À data de 01 de outubro de 2018, no distrito do Porto existiam 600 IPSS, destas 233 não tinham *site*. Tal como Gandía (2011) refere para uma IPSS ter um *site*, pode ser condicionada pelas suas infraestruturas técnicas, económicas e sociais e, especialmente, pela estratégia de comunicação e gestão da informação que cada entidade determina difundir.

Com o estudo empírico realizado verificamos que apenas 62,83% das IPSS possuem o seu próprio *site* e que desses apenas sessenta e três (63) IPSS é que publicaram as contas do exercício no seu site, nos 5 anos em análise. Apenas estas estão em condições de dar cumprimento à exigência legal obrigatória de publicitação das contas do exercício no *site* da instituição até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito (art.º 14.º-A do Estatuto das IPSS). Conclui-se, assim, uma elevada taxa de incumprimento destas obrigações, sujeitando as IPSS infratoras a consequências gravosas.

Conseguiu-se verificar a viabilidade económica e financeira das IPSS do distrito do Porto, e, dessa forma, verificou-se que estas IPSS conseguem assegurar a operacionalidade dos seus serviços.

Posto isto, podemos concordar com o Carrilho *et al.* (2005), pois após avaliar a situação económica e financeira das IPSS é possível gerir melhor os problemas de gestão, garantindo assim a estabilidade e o equilíbrio financeiro.

Com base na análise financeira, podemos concluir que as IPSS em análise apresentam valores bons para os rácios de liquidez. As instituições conseguem cumprir as suas obrigações para com terceiros no curto prazo.

Relativamente ao rácio de endividamento conclui-se que este assumiu valores aceitáveis, uma vez que os valores são superiores a 1/3, indica que as entidades possuem um

bom grau de autonomia financeira, ou seja, não têm excessiva dependência de capitais alheios.

As instituições apresentaram equilíbrio financeiro a médio e longo prazo, com base nos rácios de autonomia financeira, solvabilidade e endividamento, tal como defende Pereira (2014).

As IPSS em análise apresentam pouca capacidade de gerar rendibilidade. A análise ao rácio da rendibilidade permiti avaliar o desempenho económico e financeiro da entidade, identificando de forma coerente e integradora os grandes fatores que a influenciam (Nabais e Nabais, 2005).

Limitações ao estudo

Contudo, colocam-se algumas reservas em resposta às limitações deste estudo, algumas informações financeiras eram contraditórias nos relatórios de contas dos diferentes anos. Nem todas as IPSS apresentavam *site* e algumas que têm *site* não disponibilizarem os relatórios e contas de todos os anos. As IPSS que publicam as contas no *site*, por vezes, fazem-no de formas que não facilitam o acesso às mesmas, por exemplo, fazendo a publicação numa secção de notícias. Os relatórios e contas que são publicados, por vezes, são digitalizações de má qualidade onde há informação relevante que é ineleável. Nas IPSS que publicam as contas há casos em que é publicado ou só o balanço, ou só a conta de demonstração de resultados.

Sugestões de investigações futuras

Apesar de nos últimos anos ter vindo a crescer, ainda continua reduzida a investigação sobre este tipo de entidades, o que possibilita futuras linhas de investigação. Numa perspetiva futura, e dadas as limitações apresentadas, seria de todo interessante testar os resultados deste estudo com o ano de 2020 e 2021, para perceber melhor os efeitos que o Covid-19 teve nas IPSS. Seria uma mais valia analisar individualmente cada IPSS, aprofundado assim os resultados.

Bibliografia

- Abraham, A. (2006). Financial management in the nonprofit sector: A mission-based approach to ratio analysis in membership organizations. *The Journal of American Academy of Business*, 9, 2, pp. 212-217.
- Alfaro, M. (2003). O Regime Fiscal das IPSS. *Revista de Doutrina Tributária*, 1º e 2º trimestre de 2003.
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologia da investigação em psicologia e educação (5ª ed.)*. Braga: Psiquilibrios.
- Almeida, V. (2005). A Lógica Sócio-Económica do Terceiro Sector. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, (8), 55-82.
- Anthony, R., & Young, D. (1999). *Management control in nonprofit organizations*, Irwin (11ª ed.). Boston: McGraw-Hill.
- Atan, R., Zainon, S., & Wah, Y. B. (2012). The extent of charitable organisations' disclosures of information and its relationship with donations. *Management & Accounting Review (MAR)*, 11(2), 15-38.
- Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março. *Diário da República n.º 51/2011, 1º Suplemento, Série II*. Ministério das Finanças e da Administração Pública - Secretaria-Geral. Lisboa.
- Azevedo, C., Meneses, J., & Franco, R. (2010). *Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos*. Impulso Positivo.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barros, C., & Santos, J. (1998). *O Mutualismo Português: Solidariedade e Progresso Social*. Lisboa: Editora Vulgata.
- Biklen, S., & Bogdan, R. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 134-301.
- Bonoma, V. (1985). Case research in marketing: opportunities, problems, and process. *Journal of Marketing Research*, 22(2), 199-208.
- Borges, A., Rodrigues, A., Rodrigues, M., & Rodrigues, R. (2007). *As novas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade*. Lisboa: 2ª edição, Áreas Editora.
- Bowman, W. (2011). Financial capacity and sustainability of ordinary nonprofits. *Nonprofit management and leadership*, 22(1), 37-51.

- Campbell, M. (1999). *The Third System Employment and Local Development: Synthesis Report*. Policy Research Institute.
- Carrilho, J., Pimentel, L., Laureano, L., & Prates, M. (2005). *Elementos de Análise Financeira: Casos Práticos*. Lisboa: Publisher Team.
- Carvalho, A. (2007). *Enquadramento contabilístico das entidades sem fins lucrativos: um ensaio*. (Doctoral dissertation).
- Casteleiro, C., & Alves, C. (2017). Impacto do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)–Um instrumento para avaliar a perceção dos contabilistas certificados (CC) em Portugal. *XIX Seminário Luso-Espanhol (SLE) de Economia Empresarial, Faro, 9*.
- Chabotar, K. (1989). Financial ratio analysis comes to nonprofits. *The journal of higher Education*, Mar, 60(2), pp. 188-208.
- Chaves, R., & Monzon, J. (2007). A Economia Social na União Europeia–Síntese. *Bruxelles: International Center of Research and Information on the Public and Cooperative Economy (CIRIEC) and Comité Económico e Social Europeu (CESE)*, 14-23.
- Comissão Europeia (2016). Social enterprises and the social economy going forward, Acedido janeiro 15, 2019, em ///C:/Users/lysandra%20araujo/Downloads/Report_GECES_FINAL_15_novembre.pdf
- Conta Satélite da Economia Social (2016). Acedido agosto 25, 2020, em https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2016/12/Destaque_Conta_Satelite_da_Economia_Social.pdf
- Conta Satélite da Economia Social (2010). Acedido agosto 25, 2020, em file:///Users/Sara/Downloads/EcSocial2010_INE.pdf
- C.R.P. (2005), Constituição da República Portuguesa, Sétima Revisão Constitucional de 12 de agosto. *Diário da República, n.º 155 – I Série – A*. Assembleia da República. Lisboa.
- Correia, E., & Pardal, L. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores, 51-64.
- Costa, C., & Alves, G. (2008). *Contabilidade Financeira. (7ª ed.)*. Lisboa: Rei dos Livros, 2008. ISBN 978-972-51-1150-5.
- Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro. *Diário da República n.º 46/1983, Série I*. Ministério dos Assuntos Sociais - Secretaria de Estado da Segurança Social. Lisboa.

- Decreto-lei 78/89, de 3 de março. *Diário da República n.º 52/1989, Série I*. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 7/98 de 15 de janeiro. *Diário da República n.º 12/1998 - Série I – A*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho. *Diário da República n.º 133/2009, Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. *Diário da República n.º 48/2011, Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro. *Diário da República n.º 221/2014, 1º Suplemento, Série I*. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Proceda à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, 5882-(2)-5882-(26), Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 59/2018 de 02 de agosto. *Diário da República n.º 148/2018, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.
- Farinha, J. (1995). *Análise de Rácios Financeiros – Uma Perspectiva Crítica*. (1ª Ed.), Edições ASA;
- Fidel, R. (1984). The case study method: A case study. *Library and Information Science Research*, 6(3), 273-288.
- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morat.
- Fortin, M. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lusodidacta.
- Francisco, L. (2005). *Sistema de Informação de Contabilidade em Organizações Não Governamentais Sem Fins Lucrativos: o caso do Corpo Nacional de Escutas*. (Doctoral dissertation).
- Freitas, G., & Braz, A. (2008). *Entidades sem fins lucrativos: O enquadramento contabilístico e fiscal destas entidades*. Formação segmentada – 0508, realizada de 06 de Outubro a 10 de Outubro de 2008. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Gandía, J. (2011). Internet disclosure by nonprofit organizations: Empirical evidence of nongovernmental organizations for development in Spain. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, 40(1), 57-78.
- Godoy, A. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(4), 65-71.
- Goode, J. & Hatt, K. (1969). *Métodos em Pesquisa Social*. (3ª ed.). São Paulo: Cia Editora Nacional.

- Grizzle, C., & Sloan, M. (2016). Assessing changing accountability structures created by emerging equity markets in the nonprofit sector. *Public Administration Quarterly*, 387-408.
- Guimarães, J. (2011). O anexo no SNC: um bom (mau) TOC vê-se por um bom (mau) anexo. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*.
- Keating, E., & Frumkin, P. (2001). How to assess nonprofit financial performance. *Harvard University and Kellogg Graduate School of Management at Northwestern University*.
- Lee, R., & Blouin, M. (2017). Factors Affecting web disclosure adoption in the Nonprofit Sector. *Journal of Computer Information Systems*, 59(4), 363-372.
- Lee, R., & Joseph, R. (2013). An examination of web disclosure and organizational transparency. *Computers in Human Behavior*, 29(6), 2218–2224.
- Legenzova, R. (2016). A concept of accounting quality from accounting harmonisation perspective. *Economics and Business*, (28)1, 33-37.
- Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto. *Sétima revisão constitucional. Diário da República n.º 155/2015 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 24/2012 de 09 de julho. *Diário da República n.º 131/2012, Série I*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 76/2015 de 28 de julho. *Diário da República n.º 145/2015, Série I*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 119/2015 de 31 de agosto. *Diário da República n.º 169/2015, Série I*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2005). *Investigação qualitativa. Fundamentos e práticas (2ª ed.)*. Instituto Piaget.
- Lopes, L. (2009). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Coimbra: Almedina.
- Meira, D. (2013). A Lei de Bases da Economia Social Portuguesa: do projeto ao texto final. *Revista jurídica de economia social y cooperativa*. 21-52.
- Monteiro, A. (2010). *As organizações sem fins lucrativos e a estratégia de uma organização patronal sem fins lucrativos na economia local. Um estudo de caso: ACISCP (Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Concelho de Peniche)*. (Doctoral dissertation).
- Muehombo, P. C. (2013). *A Contabilidade nas instituições particulares de solidariedade social em Portugal* (Doctoral dissertation, Instituto Politécnico do Porto. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto).

- Nabais, C., & Nabais, F. (2005). *Prática Financeira I: Análise Económica e Financeira*. (3^a Ed). *Lidel - Edições Técnicas, Lda*.
- Neves, J. (1996). *Análise Financeira métodos e técnicas*. (9^a ed.). *Texto editora*.
- Neves, J. (2012). *Análise e Relato Financeiro – Uma visão integrada de Gestão*. *Lisboa: Texto Editora*.
- Omar, N., Arshad, R., & Razali, W. (2013). Assessment of risk using financial ratios in non-profit organizations”. *Journal of Energy Technologies and Policies*, 3, 11, pp. 382-389.
- Ornelas, T., Bandeira, A., & Meira, D. (2017). *Transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira: estudo empírico*, XVI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Ordem dos Contabilistas Certificados, Universidade de Aveiro.
- Patton, Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods*. Newbury Park, Califórnia: Sage publications
- Pereira, A. (2014). *A importância da análise financeira nas IPSS: Análise de um caso prático*. (Doctoral dissertation)
- Portaria n.º 105/2011 de 14 de março. *Diário da República n.º 51/2011, Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.
- Portaria n.º 106/2011 de 14 de março. *Diário da República n.º 51/2011, Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.
- Projeto de Lei n.º 68/XII - Lei de Bases da Economia Social. (2011). Acedido março 14, 2019, em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d7657456c4a4c33526c6548527663793977616d77324f43315953556b755a47396a&fich=pjl68-XII.doc&Inline=true>
- Ritchie, W. & Kolodinsky, R. (2003). Nonprofit organization financial performance measurement – An evaluation of new and existing financial performance measures. *Nonprofit Management & Leadership*, 13, 4, pp. 367-381.
- Ryan, B., Scapens, R., & Theobald, M. (2002). *Research method and methodology in finance and accounting*. Cengage Learning EMEA.
- Ryan, C., & Irvine, H. (2012). Not-for-profit ratios for financial resilience and internal accountability: A study of Australian international aid organisations. *Australian Accounting Review*, 22(2), 177-194.

- Salamon, L., & Anheier, H. (1992). In search of the non-profit sector II: The problem of classification. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, pp. 267-309.
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5, 187-192.
- Silva, A., & Franco, P. (2011). A informação empresarial simplificada e as novas demonstrações financeiras. Acedido setembro 07, 2021, em <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/JornalNegocios7Fev.pdf>
- Silva, R., & Silva, P. (2013). O contributo dos métodos qualitativos na investigação em contabilidade de gestão. *Indagatio Didactica*, 5(2), 1047-1063.
- Soares, C., Fialho, A., Chau, F., Gageiro, J. & Pestana, H., 2011. *A Economia Social como fator de Inclusão Social*. POAT/FSE: Gerir, Conhecer e Intervir, SERGA – UCL.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertação, teses e relatórios*. (4ª ed.). Lisboa: Pactor.
- Stake, R. (1999). Investigación con estudio de casos. *Madrid: Ediciones Morata*.
- Tull, S. & Hawkins, I. (1976). *Marketing Research, Meaning, Measurement and Method*. London: Macmillan Publishing Co.
- Vieira, R., Major, M. J., & Robalo, R. (2009). Investigação qualitativa em Contabilidade. *Contabilidade e controlo de gestão: teoria, metodologia e prática*. Lisboa: Escolar Editora, 301-331.
- Yin, R. K. (1989). Case study research: Design and methods, revised edition. *Applied Social Research Methods Series*, 5.
- Yin, R. (1993). *Applications of case study research*. Beverly Hills, CA: Sage Publishing.
- Yin, R. (1994). Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos. (2ª ed.). *Porto Alegre: Edições Bookman*.
- Yin, R. (2005). Estudo de Caso. Planejamento e Métodos. *Porto Alegre: Edições Bookman*.
- Yin, R. (2014). Case Study Research: design and methods. (5ª ed.). *Thousand Oaks, CA: Sage Publications*.
- Zietlow, J.; Hankin, J.; Seidner, A. (2007) *Financial Management for Nonprofit Organizations: Policies and Practices*. Hoboken, NJ : Wiley
- Zorita, A. (2003). AECA, Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas. Principios contables. Contabilidad de las entidades sin fines lucrativos. *Documento AECA*, 23 (1).

ANEXOS

Anexo I – Listagem das IPSS do distrito do Porto

Denominação	Concelho	Distrito	Forma jurídica
ADESCO - Associação de Desenvolvimento Comunitário	Amarante	Porto	Associação
Associação a Terra dos Homens	Amarante	Porto	Associação
Associação de Beneficência de Vila Meã	Amarante	Porto	Associação
Centro de Dia de S. Gonçalo	Amarante	Porto	Associação
Santa Casa da Misericórdia de Amarante	Amarante	Porto	Misericórdia
O Infantário - Creche O Miúdo	Amarante	Porto	Associação
Liga dos Amigos do Hospital de Amarante	Amarante	Porto	Associação
O Bem-Estar - Associação de Solidariedade Social de Gondar	Amarante	Porto	Associação
Centro local de Animação e Promoção Rural (CLAP)	Amarante	Porto	Associação
Centro Social de Jazente	Amarante	Porto	Associação
Ação Social da Paróquia de São Gonçalo de Amarante	Amarante	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Centro Social Vale Santa Natália	Amarante	Porto	Associação
Centro Social e Cultural da Paróquia do Divino Salvador de Real	Amarante	Porto	Centro Social Paroquial
Associação Emília Conceição Babo	Amarante	Porto	Associação
Progridir - Associação para o Desenvolvimento Rural do Marão Ocidental	Amarante	Porto	Associação
Fundação do Colégio de São Gonçalo de Amarante	Amarante	Porto	Fundação
Associação Humanitária de Santiago	Amarante	Porto	Associação
APECDA - Porto, Associação de Educação e Desenvolvimento Social	Porto	Porto	Associação
Assistência aos Tuberculosos do Norte de Portugal	Porto	Porto	Associação
Associação de Surdos do Porto	Porto	Porto	Associação
Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina (Porto)	Porto	Porto	Associação
Associação Criança e Vida	Porto	Porto	Associação
Associação das Creches de S. Vicente de Paulo	Porto	Porto	Associação
Associação de Apoio à Juventude Deficiente	Porto	Porto	Associação
Associação de Ludotecas do Porto (A.L.P.)	Porto	Porto	Associação
Associação de Moradores da Ex - Escola Académica	Porto	Porto	Associação
Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo	Porto	Porto	Associação
Associação de Protecção à Infância Bispo D. António Barroso	Porto	Porto	Associação
Associação de Solidariedade e Acção Social de Ramalde	Porto	Porto	Associação
Associação dos Albergues Nocturnos do Porto	Porto	Porto	Associação
Associação de Trabalhadores e Reformados da Portugal Telecom	Porto	Porto	Associação
Associação Nova Aurora na Reabilitação e Reintegração Psicossocial - ANARP	Porto	Porto	Associação
Associação Obras Sociais de São Vicente de Paulo	Porto	Porto	Associação
Associação Protectora do Internato de São João	Porto	Porto	Associação
EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Associação	Porto	Porto	Associação

Associação Social Cultural S. Nicolau	Porto	Porto	Associação
Associação Telefone da Amizade	Porto	Porto	Associação
Banco Alimentar Contra a Fome - Porto	Porto	Porto	Associação
Beneficência Evangélica do Porto	Porto	Porto	Associação
Casa Madalena de Canossa	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade	Porto	Porto	Associação
Centro Claretiano de Apoio à Infância, Juventude e Família	Porto	Porto	Associação
Centro de Acção Social de Paranhos - Casp	Porto	Porto	Associação
Centro Bem Estar Infantil e Juv. Coração de Jesus	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Centro de Bem-Estar Social Nossa Senhora do Socorro	Porto	Porto	Associação
Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Centro de Convívio de Reformados do Porto	Porto	Porto	Associação
Centro Infantil da Zona de Justino Teixeira	Porto	Porto	Associação
Centro Juvenil de Campanhã - Seminário dos Meninos Desamparados	Porto	Porto	Associação
Centro Social Paroquial da Senhora do Calvário	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social da Foz do Douro	Porto	Porto	Associação
Centro Social da Legião da Boa Vontade	Porto	Porto	Associação
Centro Social da Paróquia da Senhora da Conceição	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social da Paróquia de Miragaia	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social da Sé Catedral do Porto	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social de Barredo	Porto	Porto	Associação
Centro Social de São Martinho de Aldoar	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social dos Magistrados Conservadores Notários e Funcionários do Ministério	Porto	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de Cedofeita	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Amial	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social da Paróquia de Areosa	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Boavista	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de S. Miguel de Nevogilde	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de São Nicolau	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial do Carvalhido	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial do Santissimo Sacramento	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Convívio dos Reformados e Pensionistas Idosos da Sé	Porto	Porto	Associação
Cruzada do Bem	Porto	Porto	Associação

Cáritas Diocesana do Porto	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Florinhas do Lar e Abrigo do Sagrado Coração de Jesus	Porto	Porto	Associação
Fraternidade Sacerdotal do Porto	Porto	Porto	Associação
Fundação Claret	Porto	Porto	Fundação
Instituto do Arcebispo Van-Zeller	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Instituto Juvenil Vicente Maria	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Instituto Profissional do Terço	Porto	Porto	Associação
Jardim de Infância Nossa Senhora da Conceição	Porto	Porto	Associação
Jardim Infantil e Salas de Estudo do Bairro Pio XII	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Lar de Idosos das Irmãs Pobres	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Lar de Nossa Senhora das Dores e S. José do Postigo do Sol	Porto	Porto	Fundação
Lar Luisa Canavarro	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Lar Rosa Santos	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Mansão do Caminho	Porto	Porto	Associação
Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual	Porto	Porto	Associação
O Lar do Comércio	Porto	Porto	Associação
Obra Diocesana de Promoção Social	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Obra Social de Nossa Senhora da Boa Viagem	Porto	Porto	Associação
Oficinas de São José	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Património dos Pobres-Calvário do Carvalhido	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Santa Casa da Misericórdia do Porto	Porto	Porto	Misericórdia
Serviços de Assistência Organizações de Maria (S.A.O.M.)	Porto	Porto	Associação
ULTIJOVEM - Associação de Solidariedade Social	Porto	Porto	Associação
Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa	Porto	Porto	Associação
Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade	Porto	Porto	Associação
Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	Porto	Porto	Associação
Venerável Ordem Terceira de São Francisco	Porto	Porto	Associação
Associação Nun'Álvares de Campanhã	Porto	Porto	Associação
Solidariedade do Porto Histórico - Soporthis	Porto	Porto	Associação
Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade	Porto	Porto	Associação
Norte-Vida - Associação para a Promoção da Saúde	Porto	Porto	Associação
Liga dos Amigos Centro Regional Alcoologia Porto	Porto	Porto	Associação

Associação Contra a Tuberculose do Porto	Porto	Porto	Associação
Liga dos Amigos do Hospital Geral de Santo António	Porto	Porto	Associação
Associação do Hospital de Crianças Maria Pia	Porto	Porto	Associação
A.P.L - Associação Portuguesa Doenças da Lisosomas	Porto	Porto	Associação
Espaço T- Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária	Porto	Porto	Associação
Associação Portuguesa de Limitados da Voz	Porto	Porto	Associação
Liga Portuguesa da Profilaxia Social	Porto	Porto	Associação
ADL - Associação de Apoio aos Doentes com Leucemia e Linfoma	Porto	Porto	Associação
Associação Portuguesa de Asmáticos (A.P.A.)	Porto	Porto	Associação
APOFEN - Associação Portuguesa de Fenilcetonúria	Porto	Porto	Associação
Liga de Ostromizados de Portugal	Porto	Porto	Associação
CERPORTO - Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Cerco do Porto	Porto	Porto	Associação
Associação Rainha Dona Beatriz	Porto	Porto	Associação
A.P.N. - Associação Portuguesa de Neuromusculares	Porto	Porto	Associação
Elos de Solidariedade - Associação de Solidariedade Social	Porto	Porto	Associação
Associação Migalha de Amor - Grupo Espírita de Fraternidade Cristã	Porto	Porto	Associação
Associação de Familiares, Utentes e Amigos do Hospital Magalhães Lemos	Porto	Porto	Associação
Centro de Solidariedade Social Metodista do Porto	Porto	Porto	Associação
Lar Nossa Senhora do Livramento	Porto	Porto	Fundação
Centro Social Desportivo e Cultural do Bairro das Campinas	Porto	Porto	Associação
Espaço Sucesso - Centro de Intervenção Social	Porto	Porto	Associação
Instituto de Formação e Terapêutica Psicanalítica do Porto- I.F.T.P.	Porto	Porto	Associação
APPACDM do Porto - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Porto	Porto	Associação
Casa Abrigo - Associação	Porto	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de S. Martinho de Lordelo do Ouro	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Associação das Cruzadas de Bem-Fazer	Porto	Porto	Associação
Cruzada de Bem Fazer de Campanhã	Porto	Porto	Associação
Creche e Jardim de Infância Augusto Gil	Porto	Porto	Associação
Associação de Pais e Amigos do Infantário e Jardim de Infância Doutor Leonardo Coimbra, Filho	Porto	Porto	Associação
Centro Comunitário São Cirilo	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Fundação de Apoio à Mãe e à criança	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Voluntariado do Hospital de S. João V.H.S.J.	Porto	Porto	Associação
Associação Infantário e Jardim de Infância Carolina Michaelis	Porto	Porto	Associação
Centro Social das Antas	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social da Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Senhor do Bonfim - Associação de Solidariedade Social	Porto	Porto	Associação

UDIPSS - PORTO - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social	Porto	Porto	Associação
Liga de Amigos do Hospital de Joaquim Urbano	Porto	Porto	Associação
Associação Portuguesa para a Intervenção com Animais de Ajuda Social - ÂNIMAS	Porto	Porto	Associação
Obra de Nossa Senhora das Candeias	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Associação de Solidariedade da Zona das Fontainhas	Porto	Porto	Associação
Associação A Escolinha - Infantário e Jardim de Infância	Porto	Porto	Associação
Associação de Moradores Urbanização de Santa Luzia	Porto	Porto	Associação
ADARSOL- Associação para o Desenvolvimento de Atividades Relacionadas com a Solidariedade	Porto	Porto	Associação
ADDIM - Associação Democrática de Defesa dos Interesses e da Igualdade das Mulheres	Porto	Porto	Associação
Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho	Porto	Porto	Associação
Associação das Escolas de Jesus, Maria, José	Porto	Porto	Associação
Liga Nacional Contra a Fome (LNCF)	Porto	Porto	Associação
APPC - Associação do Porto de Paralisia Cerebral	Porto	Porto	Associação
Instituto Companheiros de Emmaus	Porto	Porto	Associação
Surpresa do Bébé - Creche e Jardim de Infância - Associação	Porto	Porto	Associação
Casa Sacerdotal da Diocese do Porto	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Liga dos Amigos da Unidade de Saúde Serpa Pinto - Porto	Porto	Porto	Associação
Casa do Pessoal do Instituto Politécnico Porto	Porto	Porto	Associação
Associação Esforços Unidos	Porto	Porto	Associação
Associação para a Promoção Social do Centro Histórico do Porto	Porto	Porto	Associação
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Porto	Porto	Porto	Associação
EPI - Associação Portuguesa de Familiares, Amigos e Pessoas com Epilepsia	Porto	Porto	Associação
Bem Me Queres - Associação de Apoio à Adopção de Crianças	Porto	Porto	Associação
Seiva - Associação ao Serviço da Vida	Porto	Porto	Associação
Somos Nós - Associação para a Autonomia e Integração de Jovens Deficientes	Porto	Porto	Associação
ENCONTRAR+SE- Associação para a Promoção da Saúde Mental	Porto	Porto	Associação
Associação de Moradores de Massarelos	Porto	Porto	Associação
PORTUSASAS - Associação de Solidariedade e Apoio Social	Porto	Porto	Associação
MASSARELOS - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Freguesia de Massarelos	Porto	Porto	Associação
Fundação Santa Maria	Porto	Porto	Fundação
Fundação Filos	Porto	Porto	Fundação
AJUDARIS - Associação de Solidariedade Social	Porto	Porto	Associação
Osmope - Organização Social de Movimentos das Pontes Educativas	Porto	Porto	Associação
O Lar da Congregação - Associação Social	Porto	Porto	Associação
Lágrima Humana - Associação Nacional de Apoio aos Carenciados e à Demência	Porto	Porto	Associação
Associação Portuguesa dos Amigos das Crianças Portadoras de Fendas Lábio- Palatinas	Porto	Porto	Associação

Associação Portuguesa de Fertilidade	Porto	Porto	Associação
EUROPACOLON Portugal - Associação de Luta Contra o Cancro do Intestino	Porto	Porto	Associação
Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses	Porto	Porto	Associação
Liga dos Amigos do Hospital de São João	Porto	Porto	Associação
Conselho Português de Ressuscitação	Porto	Porto	Associação
Associação Cultural e de Apoio Social do S. C. da Cruz - IPSS	Porto	Porto	Associação
Círculo Católico de Operários do Porto - Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)	Porto	Porto	Instituto de Organização Religiosa
PULMONALE - Associação Portuguesa de Luta Contra o Cancro do Pulmão	Porto	Porto	Associação
Mão Amiga Cristã - Associação de Apoio à Integração Social e Comunitária	Porto	Porto	Associação
Fios e Desafios - Associação de Apoio Integrado à Família	Porto	Porto	Associação
Associação de Moradores das Antas	Porto	Porto	Associação
ANAP - Associação Nacional de Ajuda aos Pobres	Porto	Porto	Associação
C.C.D.S.T.S.S.P. - Centro Cívico de Desenvolvimento Social do Porto	Porto	Porto	Associação
Associação - Nomeiodonada	Porto	Porto	Associação
Associação Acolher e Cuidar para a Cidadania	Porto	Porto	Associação
Associação Portuguesa de Leucemias e Linfomas	Porto	Porto	Associação
Andamus - Associação Portuguesa de Amputados	Porto	Porto	Associação
Despertar - Associação de Reinserção Social	Porto	Porto	Associação
Pony Clube do Porto - Friends Forever - Associação Solidária	Porto	Porto	Associação
Instituto Padre António Vieira	Porto	Porto	Associação
Associação dos Amigos das Deficiências Intelectuais e Desenvolvementais - AADID	Porto	Porto	Associação
In - Associação para a Inclusão ao Longo da Vida	Porto	Porto	Associação
Associação Humanitária Um Lugar Para o Joãozinho	Porto	Porto	Associação
Fundação Alberto Canedo	Porto	Porto	Fundação
Associação C.A.O.S. "Coragem Acima de Outras Situações"	Porto	Porto	Associação
Grupo de Estudos do Cancro do Pulmão	Porto	Porto	Associação
Associação de Promoção e Defesa da Vida e Família - Vida Norte	Porto	Porto	Associação
Associação de Familiares e Amigos da Doença Mental - AFADOME	Porto	Porto	Associação
AMA Associação Mafalda e Amigos	Porto	Porto	Associação
Casa do Pessoal do Centro Hospitalar do Porto	Porto	Porto	Associação
Centro Social de Santa Cruz do Douro	Baião	Porto	Associação
Obra do Bem Estar Rural de Baião	Baião	Porto	Associação
Santa Casa da Misericórdia de Baião	Baião	Porto	Misericórdia
ADEGRIL - Associação de Desenvolvimento do Grilo	Baião	Porto	Associação
CECAJUVI-Centro Convívio e Apoio à Juventude e Idosos de Stª. Leocádia- Assoc.de Solidariedade Social	Baião	Porto	Associação
Centro Social Paroquial Santa Marinha do Zêzere	Baião	Porto	Centro Social Paroquial
Grupo de Apoio ao Desenvolvimento de Teixeira	Baião	Porto	Associação

Associação para o Desenvolvimento e Progresso de Várzea	Felgueiras	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social Bairro João Paulo II	Felgueiras	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	Felgueiras	Porto	Associação
Centro Infantil da Lixa	Felgueiras	Porto	Associação
Centro Social de Nossa Senhora de Pedra Maria	Felgueiras	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Centro Social e Paroquial de Santão	Felgueiras	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial - Padre António Mendonça - de Airães	Felgueiras	Porto	Centro Social Paroquial
O Refúgio - Centro Social	Felgueiras	Porto	Associação
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Unhão	Felgueiras	Porto	Misericórdia
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras	Felgueiras	Porto	Misericórdia
IPACIT - Instituição Particular de Apoio a Crianças e Idosos dos Torrados	Felgueiras	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento Social da Freguesia de Margaride	Felgueiras	Porto	Associação
Casa do Povo da Lixa	Felgueiras	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial do Divino Salvador de Moure	Felgueiras	Porto	Centro Social Paroquial
SIRGO - Associação Social, Cultural e de Defesa do Património de Sendim	Felgueiras	Porto	Associação
Associação da Casa do Povo de Marco de Simões	Felgueiras	Porto	Associação
Associação da Casa do Povo de Jogueiros	Felgueiras	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Caramos - Felgueiras	Felgueiras	Porto	Centro Social Paroquial
Associação da Casa do Povo de Longra	Felgueiras	Porto	Associação
CSPSMP - Centro Social e Paroquial de Santa Maria de Pombeiro	Felgueiras	Porto	Centro Social Paroquial
Associação de Vicentina Melres	Gondomar	Porto	Associação
Centro Social Cultural da Paróquia de Valbom	Gondomar	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social de Nossa Senhora da Assunção	Gondomar	Porto	Associação
Centro Social da Paróquia de Rio Tinto	Gondomar	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social do Soutelo	Gondomar	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de Baguim	Gondomar	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Santo António de Corim	Gondomar	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de São Pedro de Cova	Gondomar	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social da Lomba	Gondomar	Porto	Associação
"De Mãos Dadas" - Associação de Solidariedade Social	Gondomar	Porto	Associação
Amici Boni Consilii (Obra Abc)	Gondomar	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	Gondomar	Porto	Misericórdia
Associação do Centro-Convívio de Reformados e Pensionistas da Foz do Sousa - Gondomar	Gondomar	Porto	Associação
Creche Infantil o Teu Filho	Gondomar	Porto	Associação
Associação Nacional de Esclerose Múltipla	Gondomar	Porto	Associação

Centro Social Paroquial de S. João da Foz do Sousa	Gondomar	Porto	Centro Social Paroquial
Associação Recreativa Cultural e Bem-Fazer Vai-Avante	Gondomar	Porto	Associação
Associação de Reformados da Freguesia de Medas	Gondomar	Porto	Associação
Associação de Formação e Apoio Gondomar Social	Gondomar	Porto	Associação
Associação Social Estrelas de Silveirinhos	Gondomar	Porto	Associação
Associação Social, Recreativa e Cultural dos Moradores do Bairro Mineiro de S.Pedro da Cova	Gondomar	Porto	Associação
Associação Social Recreativa e Cultural dos Moradores do Conjunto Habitacional da Gandra	Gondomar	Porto	Associação
Associação Recreativa e Cultural e Social de Silveirinhos	Gondomar	Porto	Associação
Liga dos Amigos do Centro de Saúde da Foz de Sousa	Gondomar	Porto	Associação
Associação Rio Tinto Para a Evolução Social	Gondomar	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento Social de Gondomar	Gondomar	Porto	Associação
SEMENTE - Associação de Voluntários Lipor	Gondomar	Porto	Associação
Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária	Gondomar	Porto	Associação
Associação Dignidade e Futuro de Gondomar	Gondomar	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Valbom - ADICV	Gondomar	Porto	Associação
Querer Ser - Associação para o Desenvolvimento Social	Gondomar	Porto	Associação
A.A.P.M. - Associação de Amigos do Reverendo Padre José dos Santos Ferreira Moura	Gondomar	Porto	Associação
Fundação Nuno Silveira	Gondomar	Porto	Fundação
Muralha de Esperança - Associação	Gondomar	Porto	Associação
ASE - Associação Salutem et Equus	Gondomar	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social de Nespereira	Lousada	Porto	Associação
Associação Social Recreativa e Cultural - Ao Encontro das Raízes	Lousada	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial de Macieira de Lousada	Lousada	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Lustosa	Lousada	Porto	Centro Social Paroquial
Santa Casa da Misericórdia de Lousada	Lousada	Porto	Misericórdia
Centro Social Paroquial de Sousela	Lousada	Porto	Centro Social Paroquial
ADASM - Associação de Desenvolvimento e Apoio Social de Meinedo	Lousada	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial de Caíde de Rei	Lousada	Porto	Centro Social Paroquial
Associação Coração Solidário de S. Miguel de Silveiras	Lousada	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social de Nevogilde	Lousada	Porto	Associação
ASMAN - Associação de Solidariedade Social Mouta - Azenha Nova	Maia	Porto	Associação
Centro Paroquial de Nossa Senhora da Natividade de Pedrouços	Maia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social das Guardieiras	Maia	Porto	Associação
Centro Social Paroquial da Maia	Maia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Águas Santas	Maia	Porto	Centro Social Paroquial
Fundação Lar Evangélico Português	Maia	Porto	Instituto de Organização Religiosa

O Amanhã da Criança	Maia	Porto	Associação
Santa Casa da Misericórdia da Maia	Maia	Porto	Misericórdia
Criança Diferente/Associação de Amigos	Maia	Porto	Associação
SOCIALIS - Associação de Solidariedade Social	Maia	Porto	Associação
A Causa da Criança - Associação de Protecção à Infância e Juventude	Maia	Porto	Associação
APPACDM da Maia-Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Maia	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial de Gemunde	Maia	Porto	Centro Social Paroquial
Liga de Amigos do Aces da Maia	Maia	Porto	Associação
Associação Fraternidade dos Missionários do Sofrimento	Maia	Porto	Centro Social Paroquial
Associação Alma Mater Artis	Maia	Porto	Associação
Abrigo Nossa Senhora da Esperança	Maia	Porto	Associação
Centro Paroquial de Ariz	Marco de Canaveses	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial da Vila de Alpendorada	Marco de Canaveses	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social e Paroquial de Favões	Marco de Canaveses	Porto	Centro Social Paroquial
Fundação Santo António	Marco de Canaveses	Porto	Fundação
Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canaveses	Marco de Canaveses	Porto	Misericórdia
Centro Social e Paroquial de São Romão de Carvalhosa	Marco de Canaveses	Porto	Centro Social Paroquial
Associação de Solidariedade " A Telha"	Marco de Canaveses	Porto	Associação
Associação Cultural e Social dos Bombeiros Voluntários Marco Canaveses	Marco de Canaveses	Porto	Associação
Associação Alegria de Crescer	Marco de Canaveses	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de São Romão de Paredes de Viadores	Marco de Canaveses	Porto	Centro Social Paroquial
Associação Cultural da Casa do Povo da livração	Marco de Canaveses	Porto	Associação
Associação Cultural e Desportiva da Casa do Povo de Vila Boa do Bispo	Marco de Canaveses	Porto	Associação
Natura - Associação de Ajuda Humanitária	Marco de Canaveses	Porto	Associação
Associação A.T.I. - Amigos da Terceira Idade	Matosinhos	Porto	Associação
Associação Baptista Ágape	Matosinhos	Porto	Associação
Associação a Casa do Caminho	Matosinhos	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social da Urbanização do Seixo (ASSUS)	Matosinhos	Porto	Associação
ALADI - Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual	Matosinhos	Porto	Associação
Centro Cultural e de Solidariedade Social de Guifões	Matosinhos	Porto	Associação
Centro Apoio à Terceira Idade de S.Mamede de Infesta	Matosinhos	Porto	Associação
Centro Paroquial de Leça do Balio	Matosinhos	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Paroquial de Matosinhos	Matosinhos	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social de Leça do Balio	Matosinhos	Porto	Associação
Centro Social Padre Ramos	Matosinhos	Porto	Centro Social Paroquial

Centro Social e Cultural de Custóias	Matosinhos	Porto	Associação
Centro Social Paroquial do Padrão da Légua	Matosinhos	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto	Matosinhos	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Santa Cruz do Bispo	Matosinhos	Porto	Centro Social Paroquial
Civas-Centro de Infância, Velhice e Acção Social da Senhora da Hora	Matosinhos	Porto	Associação
Lar de Sant' Ana - Matosinhos	Matosinhos	Porto	Fundação
Lar da Santa Cruz	Matosinhos	Porto	Associação
Obra do Apostolado do Mar	Matosinhos	Porto	Associação
Obra do Padre Grilo	Matosinhos	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos	Matosinhos	Porto	Misericórdia
Solinorte-Solidariedade Social	Matosinhos	Porto	Associação
Associação dos Pescadores Aposentados de Matosinhos	Matosinhos	Porto	Associação
Liga dos Amigos do Hospital de Matosinhos	Matosinhos	Porto	Associação
Associação de Apoio Social de Perafita	Matosinhos	Porto	Associação
CTPDL - Clínica dos Trabalhadores Portuários dos Portos do Douro e Leixões	Matosinhos	Porto	Associação
A.S.D.G. - Associação Social e de Desenvolvimento de Guifões	Matosinhos	Porto	Associação
APPACDM de Matosinhos - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Matosinhos	Porto	Associação
Associação Social e Recreativa de Guerra Junqueiro	Matosinhos	Porto	Associação
Qualificar para Incluir - Associação de Solidariedade Social	Matosinhos	Porto	Associação
Associação Mais - Matosinhos Apoia Inserção Social	Matosinhos	Porto	Associação
Semente - Centro de Acolhimento e de Acção Social	Matosinhos	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social Betesda, Esperança e Vida	Matosinhos	Porto	Associação
Casa do Povo de Santa Cruz do Bispo	Matosinhos	Porto	Associação
Centro de Convívio de Dia da Terceira Idade de Santa Cruz do Bispo	Matosinhos	Porto	Associação
AMAS - Associação Mamedense de Apoio Social	Matosinhos	Porto	Associação
Associação de Amigos Aposentados de Leça da Palmeira	Matosinhos	Porto	Associação
Fundação Vítor Baía 99	Matosinhos	Porto	Fundação
Associação Rumo à Vida	Matosinhos	Porto	Associação
A Escolinha do Cantinho Celeste - Associação de Solidariedade Social	Matosinhos	Porto	Associação
Associação de Surdos de Apoio a Surdos de Matosinhos	Matosinhos	Porto	Associação
Associação dos Doentes de Alzheimer em S. Mamede de Infesta	Matosinhos	Porto	Associação
APDI - Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino, Colite Ulcerosa, Doença de Crohn	Matosinhos	Porto	Associação
DISLEX - Associação Portuguesa de Dislexia	Matosinhos	Porto	Associação
Liga Nacional Criança Esperança " Renascer"	Matosinhos	Porto	Associação
AEPM - Associação Equiterapêutica do Porto e Matosinhos	Matosinhos	Porto	Associação
Centro Social da Paróquia de Penamaior	Paços de Ferreira	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social e Paroquial de Carvalhosa	Paços de Ferreira	Porto	Centro Social Paroquial

Centro Social e Paroquial de Ferreira	Paços de Ferreira	Porto	Centro Social Paroquial
CSPFA - Centro Social e Paroquial de Frazão Arreigada	Paços de Ferreira	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Freamunde	Paços de Ferreira	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Paços de Ferreira	Paços de Ferreira	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Raimonda	Paços de Ferreira	Porto	Centro Social Paroquial
Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	Paços de Ferreira	Porto	Associação
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paços de Ferreira	Paços de Ferreira	Porto	Misericórdia
Centro Social Paroquial de Arreigada	Paços de Ferreira	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social e Paroquial de Figueiró	Paços de Ferreira	Porto	Centro Social Paroquial
Associação Abrir - Resolver o Futuro	Paços de Ferreira	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de Sanfins de Ferreira	Paços de Ferreira	Porto	Centro Social Paroquial
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Freamunde	Paços de Ferreira	Porto	Misericórdia
Associação de Dadores de Sangue do Concelho de Paços de Ferreira	Paços de Ferreira	Porto	Associação
Associação Paços 2000	Paços de Ferreira	Porto	Associação
EMAÚS- Associação de Apoio ao Deficiente Mental	Paredes	Porto	Associação
Associação de Apoio à 3 Idade de S. Miguel de Beire	Paredes	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento da Rebordosa	Paredes	Porto	Associação
Centro Social de Cete	Paredes	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de Baltar	Paredes	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de São Miguel da Gandra	Paredes	Porto	Centro Social Paroquial
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa	Paredes	Porto	Fundação
Irmandade da Misericórdia de Paredes	Paredes	Porto	Misericórdia
Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo - (ADIL)	Paredes	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de Vilela	Paredes	Porto	Centro Social Paroquial
Associação Social e Cultural de Louredo	Paredes	Porto	Associação
S. Pedro - Centro Social da Sobreira	Paredes	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento Integral da Sobreira	Paredes	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de Parada de Todeia	Paredes	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Recarei	Paredes	Porto	Centro Social Paroquial
Associação para o Desenvolvimento no Lugar de Bustelo - Recarei	Paredes	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de Sobreira	Paredes	Porto	Centro Social Paroquial
Jardimcoope - Solidariedade Social	Paredes	Porto	Associação
Associação " Nossa Senhora do Bom Despacho - Instituição Particular de Solidariedade Social"	Paredes	Porto	Associação
Clube de Alcoólicos Recuperados de Rebordosa/Lordelo	Paredes	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento de Vilela - Paredes	Paredes	Porto	Associação

Associação Pegadas de Amor	Paredes	Porto	Associação
Associação Social e Paroquial de S. Cristóvão de Louredo	Paredes	Porto	Associação
OCDP - Obra de Caridade ao Doente ao Paralítico	Paredes	Porto	Associação
Associação Um Novo Cântico	Paredes	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Mouriz	Paredes	Porto	Associação
AIIA - Associação para a Inclusão de Jovens e Adultos	Paredes	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos	Penafiel	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social de Vila Cova	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento de Figueira	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento de Lagares	Penafiel	Porto	Associação
APADIMP - Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel	Penafiel	Porto	Associação
Centro Paroquial Casa da Sagrada Família de Penafiel	Penafiel	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial Imaculado Coração de Maria de Irivo	Penafiel	Porto	Centro Social Paroquial
Fundação Santa Maria Madalena	Penafiel	Porto	Fundação
Obra da Rua ou Obra do Padre Américo	Penafiel	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Santa Casa da Misericórdia de Penafiel	Penafiel	Porto	Misericórdia
Associação de Melhoramentos e Beneficência da Freguesia de Abragão	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento da Capela	Penafiel	Porto	Associação
Centro Social Paroquial do Divino Salvador de Paço de Sousa	Penafiel	Porto	Centro Social Paroquial
O Refúgio do Amanhecer - Associação	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento de Galegos	Penafiel	Porto	Associação
Centro Social e Cultural de Abragão	Penafiel	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial Santo Estevão de Oldrões	Penafiel	Porto	Centro Social Paroquial
CSR - Centro Social de Recesinhos	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento de Duas Igrejas - APODDI	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento de Boelhe	Penafiel	Porto	Associação
A.D.T.S.V. P.- Associação para o Desenvolvimento das Termas de S. Vicente de Pinheiro	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Novelas	Penafiel	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social e Cultura para o Desenvolvimento de Rans	Penafiel	Porto	Associação
Associação Para o Desenvolvimento da Freguesia de Rio Mau	Penafiel	Porto	Associação
A.D.S.M.C. - Associação de Desenvolvimento de S. Mamede de Canelas	Penafiel	Porto	Associação
Associação de Desenvolvimento da Vila de Paço de Sousa	Penafiel	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial de São Miguel de Bustelo	Penafiel	Porto	Centro Social Paroquial
Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Guillufe	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento de São Miguel de Paredes - Penafiel	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento de Sebolido	Penafiel	Porto	Associação

Associação de Desenvolvimento e Apoio Social - Fonte de Solidariedade	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento de Valpedre	Penafiel	Porto	Associação
Centro Social, Recreativo, Desportivo e Cultural de Santiago Sub-Arrifana	Penafiel	Porto	Associação
ADISCREP - Associação Para Desenvolvimento Integrado Sócio-Cultural Recreativo Económico de Penafiel	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento Social e Cultural de S.Salvador - Cabeça Santa, IPSS	Penafiel	Porto	Associação
A.D.F.M. - Associação de Desenvolvimento da Freguesia de Milhundos	Penafiel	Porto	Associação
Associação Santo Amaro para o Desenvolvimento da Freguesia de Eja	Penafiel	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento da Freguesia da Portela	Penafiel	Porto	Associação
A Beneficente - Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Porto	Associação
Centro Paroquial de Solidariedade Social da Paróquia de São José de Ribamar	Póvoa de Varzim	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Bonitos de Amorim	Póvoa de Varzim	Porto	Associação
Centro Social da Paróquia de Beiriz	Póvoa de Varzim	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Terroso	Póvoa de Varzim	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social de Bem Estar de São Pedro de Rates	Póvoa de Varzim	Porto	Fundação
Centro Social Monsenhor Pires Quesado	Póvoa de Varzim	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Aver-o-Mar	Póvoa de Varzim	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial D. Daniel	Póvoa de Varzim	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Aguçadoura	Póvoa de Varzim	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social e Paroquial de Navais	Póvoa de Varzim	Porto	Centro Social Paroquial
Instituto Madre Matilde	Póvoa de Varzim	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Instituto Maria da Paz Varzim	Póvoa de Varzim	Porto	Associação
MAPADI - Movimento de Apoio de Pais e Amigos ao Diminuído Intelectual	Póvoa de Varzim	Porto	Associação
Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Porto	Misericórdia
Liga dos Amigos do Hospital da Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Porto	Associação
Obra de Nossa Senhora do Rosário de Fátima	Póvoa de Varzim	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social Argevadi	Póvoa de Varzim	Porto	Associação
Associação do Infantário de São Tomé de Negrelos	Santo Tirso	Porto	Associação
Associação Solidariedade Humanitária de Monte Córdova	Santo Tirso	Porto	Associação
Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso	Santo Tirso	Porto	Associação
Associação Social de Guimarei	Santo Tirso	Porto	Associação
Casa de Beneficência Dias Machado e Patronato Imaculado Coração de Maria	Santo Tirso	Porto	Associação
Centro de Apoio Social Santiago	Santo Tirso	Porto	Associação
Centro de Ocupação de Tempos Livres de Santo Tirso	Santo Tirso	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial de Santa Cristina do Couto	Santo Tirso	Porto	Centro Social Paroquial

Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Bougado	Santo Tirso	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Reguenga	Santo Tirso	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Água Longa	Santo Tirso	Porto	Centro Social Paroquial
Lar Familiar Tranquilidade	Santo Tirso	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Patronato e Casa dos Pobres de S. Miguel das Aves	Santo Tirso	Porto	Centro Social Paroquial
Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso	Santo Tirso	Porto	Misericórdia
Liga dos Amigos do Hospital de Santo Tirso	Santo Tirso	Porto	Associação
S.Tiago-Associação de Solidariedade Social de Areias	Santo Tirso	Porto	Associação
Centro de Acção Social de Acolhimento à 3ª. Idade de Roriz	Santo Tirso	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social S. Tiago de Rebordões	Santo Tirso	Porto	Associação
CSPV - Centro Social e Paroquial de Vilarinho	Santo Tirso	Porto	Centro Social Paroquial
AS - Associação de Solidariedade Social	Santo Tirso	Porto	Associação
Centro Social de Burgães	Santo Tirso	Porto	Associação
Centro Social São Rosendo	Santo Tirso	Porto	Associação
CASL - Casa de Acolhimento Sol Nascente	Santo Tirso	Porto	Associação
União Desportiva e Social de Roriz	Santo Tirso	Porto	Associação
Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe	Santo Tirso	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento de Susão	Valongo	Porto	Associação
Associação de Promoção Social do Calvário	Valongo	Porto	Associação
Associação Promoção Social e Cultural de Ermesinde	Valongo	Porto	Associação
Centro de Acção Social do Bom Pastor	Valongo	Porto	Associação
Centro Social de Ermesinde	Valongo	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de Alfena	Valongo	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social e Paroquial de Santo André do Sobrado	Valongo	Porto	Centro Social Paroquial
Instituto do Bom Pastor-Haurietis Aquas	Valongo	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Lar Marista de Ermesinde	Valongo	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Nova Iniciativa - Associação Cultural e Social de Ermesinde	Valongo	Porto	Associação
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Valongo	Valongo	Porto	Misericórdia
Centro Paroquial e Social de S. Martinho do Campo	Valongo	Porto	Centro Social Paroquial
Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde	Valongo	Porto	Associação
Ermesinde Cidade Aberta - Associação de Solidariedade Social	Valongo	Porto	Associação
Associação Viver Alfena	Valongo	Porto	Associação
Associação de Protecção à Terceira Idade "A. F. Vila Cova"	Vila do Conde	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social O Tecto	Vila do Conde	Porto	Associação
Centro Social, Cultural e Recreativo Arvorensense	Vila do Conde	Porto	Associação

Centro Social da Paróquia de Touguinha	Vila do Conde	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social e Paroquial de Fornelo	Vila do Conde	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social e Paroquial de Mindelo	Vila do Conde	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Junqueira	Vila do Conde	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Arcos	Vila do Conde	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Caxinas	Vila do Conde	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Guilhabreu	Vila do Conde	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Labruge	Vila do Conde	Porto	Centro Social Paroquial
Instituto de São José	Vila do Conde	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Santa Casa da Misericórdia de Azurara	Vila do Conde	Porto	Misericórdia
Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde	Vila do Conde	Porto	Misericórdia
Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde	Vila do Conde	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de Bagunte	Vila do Conde	Porto	Centro Social Paroquial
Associação de Solidariedade Social de Mosteiró	Vila do Conde	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social "Novas Marés"	Vila do Conde	Porto	Associação
MADI DE VILA DO CONDE Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual	Vila do Conde	Porto	Associação
Centro Infantil Os Regianos	Vila do Conde	Porto	Associação
TERRAMAR-Associação de Solidariedade Social de Vila Chã	Vila do Conde	Porto	Associação
SANCRIS - Associação de Solidariedade Social Santa Cristina de Malta	Vila do Conde	Porto	Associação
Infantário D. Victória Graça Andrade Ferreira- Associação de Solidariedade Social	Vila do Conde	Porto	Associação
Associação Portuguesa de Paramiloidose	Vila do Conde	Porto	Associação
Associação das Creches de Santa Marinha de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Social de Sandim	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação das Escolas do Torne e do Prado Instituição Particular de Solidariedade Social	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Humanitária de Canelas	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação Pró-Infância de Pedroso	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação Social, Recreativa e Cultural Trrim Trrim	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Bom Samaritano	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro de Acolhimento da Serra do Pilar	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro de Solidariedade Cristã Maranathã	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro de Solidariedade Social Santo António das Antas	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Paroquial de São João Baptista de Canelas	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Cultural Escarpa da Serra do Pilar	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Social da Paróquia de São Salvador de Grijó	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial

Centro Social da Paróquia São Salvador de Valadares	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social de Candal Marco	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Social de São Felix da Marinha	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Social Paroquial da Igreja do Senhor da Vera Cruz do Candal	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social e Paroquial da Madalena	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social da Paróquia de Gulpilhares	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Perosinho	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Santa Marinha	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Santo Ovídio	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de S. Cristóvão de Mafamude	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de São Pedro de Pedroso	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Fundação Frei Manuel Pinto da Fonseca	Vila Nova de Gaia	Porto	Fundação
Fundação Couto	Vila Nova de Gaia	Porto	Fundação
Fundação Dr. Luis de Araújo	Vila Nova de Gaia	Porto	Fundação
Fundação Joaquim de Oliveira Lopes - Instituição Particular de Solidariedade Social	Vila Nova de Gaia	Porto	Fundação
Centro Social Mário Mendes da Costa	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Jardim Infantil Nossa Senhora do Pilar	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Lar de Santa Isabel	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Lar Espírita Esperança	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Fundação Padre Luís	Vila Nova de Gaia	Porto	Fundação
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Misericórdia
Samaritanos - Missão de Caridade	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação de Convívio para Idosos, Reformados e Pensionistas da Alameda de Cedro	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social dos Idosos de Canidelo	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Liga dos Amigos do Centro de Saúde Soares dos Reis	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Cruzada de Bem Fazer da Paz	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Social de Coimbrões	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social de Crestuma	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
APPACDM de Vila Nova de Gaia - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Social São Pedro de Vilar do Paraíso	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial de Oliveira do Douro	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social de S. Miguel de Arcozelo	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
APPDA-Norte - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação

Associação de Solidariedade Social da Madalena	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Liga dos Amigos do Centro Hospitalar de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação de Pais do Jardim de Infância da Escola Preparatória de Teixeira Lopes	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Casa do Pilar - Associação Particular de Solidariedade Social	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação de Pais do Infantário da Escola Preparatória de Canelas	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro de Dia e Jardim de Infância Salvador Caetano e Ana Caetano - Inst. P. de Solidariedade Social	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Saúde e Vida - Instituição de Solidariedade Social de Valadares	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social de Lever	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial de Santo André de Canidelo	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Associação Humanitária Nova Esperança	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Olival Social - Associação para o Desenvolvimento de Olival	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
OHARFUTURO - Associação de Solidariedade Sem Fins Lucrativos	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação Social e Desenvolvimento Comunitário de Lavadores	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação Nova Associação para Recuperação de Toxicodependentes	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Abrigo Seguro - Associação de Solidariedade Social	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação dos Proprietários da Urbanização Vila de Este	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação do Centro Social de Serzedo	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação dos Amigos do Centro de Saúde de Barão do Corvo	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial de Vilar de Andorinho	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial
Associação Portuguesa de Fibrose Quística	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação A Vida é Bela	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação Humanitária Acções Unidas	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação Protectora da Criança contra a Crueldade e Abandono	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Giz-Ato - Centro de Apoio Social de Arcozelo	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação da Casa dos Professores e Educadores de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Associação dos Amigos do Centro de Saúde dos Carvalhos	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
ASSOCIAÇÃO RETO À ESPERANÇA	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
DOMUS CERSETO - Associação de Apoio à Deficiência	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Fundação Fernando Cardoso Lima	Vila Nova de Gaia	Porto	Fundação
Associação de Apoio aos Traumatizados Crânio-Encefálicos e Suas Famílias	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de São Mamede do Coronado	Trofa	Porto	Centro Social Paroquial
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Trofa	Trofa	Porto	Misericórdia
APPACDM DA TROFA - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Trofa	Porto	Associação

ASCOR - Associação de Solidariedade Social do Coronado	Trofa	Porto	Associação
MURO DE ABRIGO - Associação de Solidariedade Social do Muro, IPSS	Trofa	Porto	Associação
ART - Associação de Reformados da Trofa	Trofa	Porto	Associação
Centro Comunitário de Alvarelos	Trofa	Porto	Associação
Associação Solidariedade Social - Bougado Social	Trofa	Porto	Associação
Jardim Infantil do Coração de Jesus	Trofa	Porto	Instituto de Organização Religiosa
Associação de Solidariedade Social Gota D'água	Trofa	Porto	Associação

Fonte: Elaboração própria a partir da listagem de IPSS da segurança social elaborada a 01/10/2018

APÊNDICES

Apêndice I – Amostra do estudo

Denominação	Concelho	Distrito	Forma jurídica
Associação Emília Conceição Babo	Amarante	Porto	Associação
Associação de Surdos do Porto	Porto	Porto	Associação
Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina (Porto)	Porto	Porto	Associação
Associação Nova Aurora na Reabilitação e Reintegração Psicossocial – ANARP	Porto	Porto	Associação
Associação Obras Sociais de São Vicente de Paulo	Porto	Porto	Associação
EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Associação	Porto	Porto	Associação
Centro Juvenil de Campanhã – Seminário dos Meninos Desamparados	Porto	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de Amial	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial do Carvalhido	Porto	Porto	Centro Social Paroquial
Lar Luisa Canavarro	Porto	Porto	Instituto de Org. Religiosa
Obra Diocesana de Promoção Social	Porto	Porto	Instituto de Org. Religiosa
Associação Nun'Álvares de Campanhã	Porto	Porto	Associação
Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade	Porto	Porto	Associação
Norte-Vida – Associação para a Promoção da Saúde	Porto	Porto	Associação

Associação do Hospital de Crianças Maria Pia	Porto	Porto	Associação
Lar Nossa Senhora do Livramento	Porto	Porto	Fundação
APPACDM do Porto – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Porto	Porto	Associação
Casa Abrigo – Associação	Porto	Porto	Associação
UDIPSS – PORTO – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social	Porto	Porto	Associação
Associação Portuguesa para a Intervenção com Animais de Ajuda Social - ÂNIMAS	Porto	Porto	Associação
APPC – Associação do Porto de Paralisia Cerebral	Porto	Porto	Associação
Surpresa do Bêbé – Creche e Jardim de Infância – Associação	Porto	Porto	Associação
Casa Sacerdotal da Diocese do Porto	Porto	Porto	Instituto de Org. Religiosa
ENCONTRAR+SE- Associação para a Promoção da Saúde Mental	Porto	Porto	Associação
Associação de Moradores de Massarelos	Porto	Porto	Associação
Associação Cultural e de Apoio Social do S. C. da Cruz – IPSS	Porto	Porto	Associação
Associação dos Amigos das Deficiências Intelectuais e Desenvolvimentais – AADID	Porto	Porto	Associação
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	Felgueiras	Porto	Associação

Centro Social Paroquial de S. João da Foz do Sousa	Gondomar	Porto	Centro Social Paroquial
Querer Ser – Associação para o Desenvolvimento Social	Gondomar	Porto	Associação
Associação de Solidariedade Social de Nespereira	Lousada	Porto	Associação
Centro Social Paroquial de Sousela	Lousada	Porto	Centro Social Paroquial
Santa Casa da Misericórdia da Maia	Maia	Porto	Misericórdia
SOCIALIS – Associação de Solidariedade Social	Maia	Porto	Associação
APPACDM da Maia-Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Maia	Porto	Associação
Associação Fraternidade dos Missionários do Sofrimento	Maia	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Cultural e de Solidariedade Social de Guifões	Matosinhos	Porto	Associação
Centro Apoio à Terceira Idade de S.Mamede de Infesta	Matosinhos	Porto	Associação
Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto	Matosinhos	Porto	Centro Social Paroquial
Lar de Sant’ Ana – Matosinhos	Matosinhos	Porto	Fundação
A.S.D.G. – Associação Social e de Desenvolvimento de Guifões	Matosinhos	Porto	Associação
Associação Paços 2000	Paços de Ferreira	Porto	Associação
Centro Social de Cete	Paredes	Porto	Associação

Irmandade da Misericórdia de Paredes	Paredes	Porto	Misericórdia
Centro Social e Paroquial Santo Estevão de Oldrões	Penafiel	Porto	Centro Social Paroquial
Associação de Desenvolvimento da Vila de Paço de Sousa	Penafiel	Porto	Associação
Centro Social da Paróquia de Beiriz	Póvoa de Varzim	Porto	Centro Social Paroquial
Centro Social Paroquial de Aver-o-Mar	Póvoa de Varzim	Porto	Centro Social Paroquial
Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Porto	Misericórdia
Instituto do Bom Pastor-Haurietis Aquas	Valongo	Porto	Instituto de Org. Religiosa
Lar Marista de Ermesinde	Valongo	Porto	Instituto de Org. Religiosa
Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde	Valongo	Porto	Associação
Centro Social e Paroquial de Fornelo	Vila do Conde	Porto	Centro Social Paroquial
Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde	Vila do Conde	Porto	Misericórdia
TERRAMAR-Associação de Solidariedade Social de Vila Chã	Vila do Conde	Porto	Associação
SANCRIS – Associação de Solidariedade Social Santa Cristina de Malta	Vila do Conde	Porto	Associação
Associação das Creches de Santa Marinha de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação
Centro Paroquial de São João Baptista de Canelas	Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Social Paroquial

Fundação Couto	Vila Nova de Gaia	Porto	Fundação
Fundação Joaquim de Oliveira Lopes – Instituição Particular de Solidariedade Social	Vila Nova de Gaia	Porto	Fundação
Fundação Padre Luís	Vila Nova de Gaia	Porto	Fundação
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Misericórdia
APPACDM de Vila Nova de Gaia – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação

Fonte: Elaboração própria

Apêndice II – Balanço e Demonstração de Resultados

	Ano	Total ativo não corrente	Total ativo corrente	Total ativo	Total do fundo de capital	Total passivo não corrente	Total do passivo corrente	Total do passivo	Total dos fundos patrimoniais e do passivo
Associação Emília Conceição Babo	2015	987153,01	184135,58	1171288,59	923231,88	107439,26	140617,45	248056,71	1171288,59
	2016	1015326,1	139219,32	1154545,42	1018449,98	44121,66	91973,78	136095,44	1154545,42
	2017	962443,73	172210,72	1134654,45	1020991,29	20125,21	93537,95	113663,16	1134654,45
	2018	931178,45	312440,13	1243618,58	1029791,16	0	213827,42	213827,42	1243618,58
	2019	900796,57	300330,84	1201127,41	1046508,11	0	154619,3	154619,3	1201127,41
Associação de Surdos do Porto	2015	10523,58	85027,8	95551,38	-11310,81	0	106862,19	106862,19	95551,38
	2016	20109,55	609313,85	629423,4	-11879,02	0	641302,42	641302,42	629423,4
	2017	34436,48	457937,97	492374,45	-13067,01	0	505441,46	505441,46	492374,45
	2018	26664,28	388027,3	414691,58	-16424,83	0	431116,41	431116,41	414691,58
	2019	26522,9	335177,98	361700,88	-16765,85	0	378466,73	378466,73	361700,88
Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina (Porto)	2015	397342,28	309064,6	706406,88	542006,82	10000	154400,06	164400,06	706406,88
	2016	373496,13	275454,04	648950,17	536972,89	9650,45	102326,83	111977,28	648950,17
	2017	355141	304773,77	659914,77	531434,66	8913,85	119566,26	128480,11	659914,77
	2018	356481,94	291928,42	648410,36	477968,57	17407,88	153033,91	170441,79	648410,36
	2019	338682,84	146229,59	484912,43	392232,53	7385,78	85294,12	92679,9	484912,43
Associação Nova Aurora na Reabilitação e Reintegração Psicossocial - ANARP	2015	254974,25	18263,87	273238,12	39374,9	79681	154182,22	233863,22	273238,12
	2016	250574,28	17158,95	267733,23	114567,28	38116,02	115049,93	153165,95	267733,23
	2017	234279,82	34572,83	268852,65	111263,75	20018,69	137570,21	157588,9	268852,65
	2018	223370,29	27508,89	250879,18	106877,63	10000	134001,55	144001,55	250879,18
	2019	219092,33	70672,08	289764,41	119323,16	0	170441,25	170441,25	289764,41
	2015	3952240,24	249498,7	4201738,94	1946370,63	1422932,08	832436,23	2255368,31	4201738,94
	2016	3826909,82	338708,86	4165618,68	2020146,16	1633685,07	511787,45	2145472,52	4165618,68

Associação Obras Sociais de São Vicente de Paulo	2017	3366180,02	484981,11	3851161,13	1975785,77	1527527,03	347848,33	1875375,36	3851161,13
	2018	3361860,69	253446,31	3615307	1844994,55	1438506,18	331806,27	1770312,45	3615307
	2019	3331313,59	353484,56	3684798,15	1963875,93	1323266,91	397655,31	1720922,22	3684798,15
EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Associação	2015	1038044,53	780939,97	1818984,5	1584883,52	35000	199100,98	234100,98	1818984,5
	2016	1009277,85	844144,22	1853422,07	1596515,96	50000	206906,11	256906,11	1853422,07
	2017	982600,18	983805,02	1966405,2	1651960,72	50000	264444,48	314444,48	1966405,2
	2018	960667,72	1003036,69	1963704,41	1686033,25	50000	227671,16	277671,16	1963704,41
	2019	1069332,94	1619896,66	2689229,6	1704967,34	50000	934262,26	984262,26	2689229,6
Centro Juvenil de Campanã - Seminário dos Meninos Desamparados	2015	2596639,4	406861,65	3003501,05	1797733,22	0	1202667,83	1202667,83	3000401,05
	2016	2585373,16	230958,97	2816332,13	1749630,65	766505,02	300196,46	1066701,48	2816332,13
	2017	2714368,25	134618,11	2848986,36	1776821,76	724912,26	347252,34	1072164,6	2848986,36
	2018	2702365,45	1009152,8	3711518,25	2503412,51	810610,29	397495,45	1208105,74	3711518,25
	2019	2682999,95	863202,76	3546202,71	2443514,16	746178,46	356510,09	1102688,55	3546202,71
Centro Social Paroquial de Amial	2015	859904,65	420720,32	1280624,97	1080715,94	0	202909,03	202909,03	1283624,97
	2016	833528,78	359519,6	1193048,38	1014220,38	0	178828	178828	1193048,38
	2017	807198,32	400149,25	1207347,57	1023671,68	0	183675,89	183675,89	1207347,57
	2018	783487,24	387187,45	1170674,69	946269,02	0	224405,67	224405,67	1170674,69
	2019	786197,24	304072,79	1090270,03	870822,43	0	219447,6	219447,6	1090270,03
Centro Social Paroquial do Carvalhido	2015	11684,81	179412,27	191097,08	148263,48	0	42833,6	42833,6	191097,08
	2016	11212,59	149289,43	160502,02	117787,58	0	42714,44	42714,44	160502,02
	2017	9022,36	129359,55	138381,91	92063,43	0	46318,48	46318,48	138381,91
	2018	9726,53	91542,67	101269,2	53700,59	0	47568,61	47568,61	101269,2
	2019	7823,46	92969,96	100793,42	52447,37	0	48346,05	48346,05	100793,42
Lar Luisa Canavarro	2015	69152,02	44439,08	113591,1	66863,7	0	46727,4	46727,4	113591,1
	2016	6133,75	44758,63	50892,38	4006,21	0	46886,17	46886,17	50892,38
	2017	11107,25	45811,68	56918,93	9074,16	0	47844,77	47844,77	56918,93

	2018	10320,32	54424,84	64745,16	14968,59	0	49776,57	49776,57	64745,16
	2019	10519,2	93533,9	104053,1	54188,59	0	49864,51	49864,51	104053,1
Obra Diocesana de Promoção Social	2015	3831933,46	1228255,29	5060188,75	3914803,13	106961,73	1038423,89	1145385,62	5060188,75
	2016	3782115,16	1180118,42	4962233,58	3819234,55	106961,73	1036037,3	1142999,03	4962233,58
	2017	3666301,21	1182950,57	4849251,78	3697101,41	106961,73	1045188,64	1152150,37	4849251,78
	2018	3565877,8	1129839,26	4695717,06	3437632,31	106961,73	1151123,02	1258084,75	4695717,06
	2019	409926,46	1147276,8	1557203,26	317457,63	0	1239745,63	1239745,63	1557203,26
Associação Nun'Álvares de Campanhã	2015	690547,66	367077,99	1057625,65	794760,46	0	262865,19	262865,19	1057625,65
	2016	916503,62	257660,68	1174164,3	792529,05	0	381635,25	381635,25	1174164,3
	2017	965230,86	162532,32	1127763,18	780839,29	0	346923,89	346923,89	1127763,18
	2018	948517,45	127607,54	1076124,99	733697,57	150020,88	192406,54	342427,42	1076124,99
	2019	930852,86	173660,98	1104513,84	770223,54	149871,34	184418,96	334290,3	1104513,84
Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade	2015	214838,86	1093177,44	1308016,3	1175609,16	0	132407,14	132407,14	1308016,3
	2016	192982,63	1197250,48	1390233,11	1175897,78	0	214335,33	214335,33	1390233,11
	2017	187027,51	1303038,86	1490066,37	1112645,49	0	377420,88	377420,88	1490066,37
	2018	182881,92	1071648,21	1254530,13	1000327,18	0	254202,95	254202,95	1254530,13
	2019	181937,52	792190,78	974128,3	923918,66	0	50209,64	50209,64	974128,3
Norte-Vida - Associação para a Promoção da Saúde	2015	198585,69	811397,31	1009983	871757,86	28553,72	109671,42	138225,14	1009983
	2016	238959,38	1150639,94	1389599,32	937750,93	12,51	451835,88	451848,39	1389599,32
	2017	223855,96	931482,64	1155338,6	1052260,6	51,9	103026,1	103078	1155338,6
	2018	209628,39	980464,07	1190092,46	1088044,14	55032,17	47016,15	102048,32	1190092,46
	2019	204927,43	949328,81	1154256,24	1058278,6	56197,04	39780,6	95977,64	1154256,24
Associação do Hospital de Crianças Maria Pia	2015	2322442,23	622263,82	2944706,05	2759251,35	0	185454,7	185454,7	2944706,05
	2016	2442770,61	264189,95	2706960,56	2639888,9	0	67071,66	67071,66	2706960,56
	2017	2417880,66	158787,31	2576667,97	2511316,57	0	65351,4	65351,4	2576667,97
	2018	2330398	220549,33	2550947,33	2482875,99	0	68071,34	68071,34	2550947,33

	2019	2270531,7	262828,12	2533359,82	2487533,51	0	45826,31	45826,31	2533359,82
Lar Nossa Senhora do Livramento	2015	151839,53	2162177,11	2314016,64	1714297,11	0	599719,53	599719,53	2314016,64
	2016	171542	2177969,15	2349511,15	1705867,6	0	643643,55	643643,55	2349511,15
	2017	194304,91	2053031,76	2247336,67	1640725,6	0	606585,33	606585,33	2247310,93
	2018	188471,65	2051768,13	2240239,78	1583856,84	0	656382,94	656382,94	2240239,78
	2019	187120,17	1907966,22	2095086,39	1511641,4	0	583444,99	583444,99	2095086,39
APPACDM do Porto - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	2015	287925,68	364747,59	652673,27	283808,73	0	368864,54	368864,54	652673,27
	2016	332852,68	401777,38	734630,06	347756,03	0	386874,03	386874,03	734630,06
	2017	478244,59	229271,4	707515,99	339504,53	0	368011,46	368011,46	707515,99
	2018	427116,47	179632,72	606749,19	209835,41	0	396913,78	396913,78	606749,19
	2019	370500,93	236081,66	606582,59	194811,21	0	411771,38	411771,38	606582,59
Casa Abrigo - Associação	2015	52349,42	365392,44	417741,86	200589,13	0	217152,73	217152,73	417741,86
	2016	62484,51	611642,13	674126,64	480095,52	0	194031,12	194031,12	674126,64
	2017	116460,59	481822,53	598283,12	500701,81	0	97581,31	97581,31	598283,12
	2018	181912	501011	682923	604871	0	78054	78054	682925
	2019	439548	354944	794492	715351	0	79139	79139	794490
UDIPSS - PORTO - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social	2015	478448,92	264397,83	742846,75	504013,78	231578,93	7254,04	238832,97	742846,75
	2016	647894,98	134957,13	782852,11	523638,5	215789,45	43424,16	259213,61	782852,11
	2017	651054,69	67036,47	718091,16	556656,34	142164,13	19270,69	161434,82	718091,16
	2018	656395,46	73563,27	729958,73	603146,75	118317,06	8494,92	126811,98	729958,73
	2019	661945,12	74387,26	736332,38	654920,05	72200,98	9239,66	81440,64	736360,69
Associação Portuguesa para a Intervenção com Animais de Ajuda Social - ÂNIMAS	2015	0	5197,71	5197,71	-6335,73	0	11533,44	11533,44	5197,71
	2016	0	9779,63	9779,63	-1723,81	0	11503,44	11503,44	9779,63
	2017	500	12205,62	12705,62	757,2	0	11975,42	11975,42	12732,62
	2018	1500	15947,5	17447,5	5465,88	0	11981,62	11981,62	17447,5
	2019	1732,59	15580,05	17312,64	4120,48	0	13192,16	13192,16	17312,64

APPC - Associação do Porto de Paralisia Cerebral	2015	5439219,22	247403,08	5686622,3	4793911,76	86856,46	805584,08	892440,54	5686352,3
	2016	5384228,36	409392,29	5793620,65	4725739,82	49219,47	1018661,36	1067880,83	5793620,65
	2017	5288528,04	378126,24	5666654,28	4692077,17	31336,65	943240,46	974577,11	5666654,28
	2018	5315820,51	597805,71	5913626,22	4577806,03	105101,93	1230718,26	1335820,19	5913626,22
	2019	5209785,79	516202,75	5725988,54	4398447,17	57106,39	1270434,98	1327541,37	5725988,54
Surpresa do Bêbé - Creche e Jardim de Infância - Associação	2015	1166,98	4919,82	6086,8	-50642,19	14987,32	41845,28	56832,6	6190,41
	2016	1222,29	6878,98	8101,27	-37796,08	12035,32	33862,03	45897,35	8101,27
	2017	1889,54	7563,02	9452,56	-31882,77	9055,32	32280,01	41335,33	9452,56
	2018	2523,07	11710,99	14234,06	-25220,9	7955,32	31499,64	39454,96	14234,06
	2019	3198,46	11898,63	15097,09	-26872,25	7142,21	34827,13	41969,34	15097,09
Casa Sacerdotal da Diocese do Porto	2015	1720,4	64671,68	66392,08	25057,25	0	41334,83	41334,83	66392,08
	2016	1999,34	96355,78	98355,12	57912,77	0	40442,55	40442,55	98355,32
	2017	19432,28	202194,25	221626,53	133504,793	0	88121,73	88121,73	221626,523
	2018	34560,39	606875,04	641435,43	516404,12	0	125031,31	125031,31	641435,43
	2019	31826,32	670531,28	702357,6	634657,66	0	67699,94	67699,94	702357,6
ENCONTRAR+SE- Associação para a Promoção da Saúde Mental	2015	4563,05	102441,97	107005,02	102608,68	0	4396,34	4396,34	107005,02
	2016	4166,63	108535,1	112701,73	94925,05	0	17776,68	17776,68	112701,73
	2017	24590,76	63435,33	88026,09	86232,27	0	1793,82	1793,82	88026,09
	2018	16239,93	67844,22	84084,15	77086,78	0	6997,37	6997,37	84084,15
	2019	10320,77	132693,15	143013,92	77080,57	0	65933,35	65933,35	143013,92
Associação de Moradores de Massarelos	2015	2367397,83	66672,35	2434070,18	2318550,72	85231,95	30287,51	115519,46	2434070,18
	2016	2319313,18	79451,99	2398765,17	2379586,37	12175,68	7003,12	19178,8	2398765,17
	2017	2325125,85	54381,55	2379507,4	2372624,79	0	6882,61	6882,61	2379507,4
	2018	2317371,77	53136,27	2370508,04	2362884,92	0	7623,12	7623,12	2370508,04
	2019	2309760,49	107596,45	2417356,94	297341,91	2091370,97	28644,06	2120015,03	2417356,94
	2015	3228	9827,68	13055,68	7320,99	0	5734,69	5734,69	13055,68

Associação Cultural e de Apoio Social do S. C. da Cruz - IPSS	2016	3228	2808,27	6036,27	3258,71	0	2777,56	2777,56	6036,27
	2017	4543	3761,08	8304,08	4767,31	0	3536,77	3536,77	8304,08
	2018	14246,64	1180,3	15426,94	11483,31	0	3944,63	3944,63	15427,94
	2019	22273,39	9132,38	31405,77	18453,68	0	12952,09	12952,09	31405,77
Associação dos Amigos das Deficiências Intelectuais e Desenvolventais - AADID	2015	21091,23	19761,16	40852,39	39695,62	0	1156,77	1156,77	40852,39
	2016	17377,15	38771,61	56148,76	52173,18	0	3975,58	3975,58	56148,76
	2017	24792,16	70800,54	95592,7	92556,8	0	3035,9	3035,9	95592,7
	2018	22673,77	139583,23	162257	145402,61	0	16854,39	16854,39	162257
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	2015	1806586,65	312220,02	2118806,67	1354167,3	279075,93	485563,44	764639,37	2118806,67
	2016	1799403,99	752947,61	2552351,6	1330605,74	252308,91	969656,95	1221965,86	2552571,6
	2017	1810688,06	683365,63	2494053,69	1469650,9	215558,19	808844,6	1024402,79	2494053,69
	2018	1731610,63	525906,19	2257516,82	1493795,5	140555,13	623166,19	763721,32	2257516,82
	2019	1653482,27	383826,8	2037309,07	1559126,61	93703,45	384479,01	478182,46	2037309,07
Centro Social Paroquial de S. João da Foz do Sousa	2015	2504763,44	830481,17	3335244,61	2222621,51	992000	120623,1	1112623,1	3335244,61
	2016	2425876,08	844778,63	3270654,71	2266324,13	899456,18	104874,4	1004330,58	3270654,71
	2017	2374323,08	172042,92	2546366	2263233,55	165428,5	117703,95	283132,45	2546366
	2018	2327461,51	170823,57	2498285,08	2287256,88	89374,75	121653,45	211028,2	2498285,08
	2019	2268968,23	185198,12	2454166,35	2288698,25	35038,96	130429,14	165468,1	2454166,35
Querer Ser - Associação para o Desenvolvimento Social	2015	4550,35	14379,31	18929,66	3533,51	4192,32	11203,83	15396,15	18929,66
	2016	5678,82	4825,51	10504,33	4876,61	1000	4627,72	5627,72	10504,33
	2017	5708,26	42663,07	48371,33	6382,68	1000	40988,65	41988,65	48371,33
	2018	1865,59	332757,52	334623,11	15982,9	51000	267640,21	318640,21	334623,11
	2019	1088,72	272814,08	273902,8	39744,07	38500	195658,73	234158,73	273902,8
Associação de Solidariedade	2015	2335029,23	121707,18	2456736,41	2138300,95	0	318435,46	318435,46	2456736,41
	2016	2281661,83	194471,69	2476133,52	2133243,86	0	342889,66	342889,66	2476133,52

Social de Nespereira	2017	2304598,2	280366,84	2584965,04	2202297,76	0	382667,28	382667,28	2584965,04
	2018	2226653,22	312721,5	2539374,72	2157024,18	0	382350,54	382350,54	2539374,72
	2019	2204633,14	344475,89	2549109,03	2126247,57	0	422861,46	422861,46	2549109,03
Centro Social Paroquial de Sousela	2015	11355,08	4944,17	16299,25	-52938,09	0	69237,34	69237,34	16299,25
	2016	9839,88	18467,05	28306,93	-36408,96	0	64715,89	64715,89	28306,93
	2017	11300,59	18159,47	29460,06	-39794,06	48500	20754,12	69254,12	29460,06
	2018	6635,97	26421,03	33057	-35708,48	42500	26264,48	68764,48	33056
	2019	4226,34	44256,32	48482,66	-23624,11	39254,8	32851,97	72106,77	48482,66
Santa Casa da Misericórdia da Maia	2015	9870357,79	3182606,69	13052964,48	11810125,46	0	1242839,02	1242839,02	13052964,48
	2016	9503359,12	3547593,3	13050952,42	11666708,51	0	1384243,91	1384243,91	13050952,42
	2017	9530040,17	3258528,71	12788568,88	11492846,66	0	1295722,22	1295722,22	12788568,88
	2018	9343521,82	2989505,97	12333027,79	10987877,95	0	1345149,84	1345149,84	12333027,79
	2019	9034905,38	3161997,62	12196903	10635708,99	0	1561194,01	1561194,01	12196903
SOCIALIS - Associação de Solidariedade Social	2015	3495,47	142335,15	145830,62	74415,99	0	71414,63	71414,63	145830,62
	2016	2034,62	85654,71	87689,33	10725,74	0	76963,59	76963,59	87689,33
	2017	2462,41	143470,02	145932,43	-36847,87	0	182780,3	182780,3	145932,43
	2018	2555,04	294950,26	297505,3	-43780,35	0	341285,65	341285,65	297505,3
	2019	18052,19	204792,17	222844,36	-12115,24	0	234959,6	234959,6	222844,36
APPACDM da Maia-Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	2015	2449973,46	385355,45	2835328,91	1943160,31	425000	467158,6	892158,6	2835318,91
	2016	2372967,67	194002,57	2566970,24	2114381,17	150000	302589,07	452589,07	2566970,24
	2017	2351966,04	280644,68	2632610,72	2342474,65	112500	177636,07	290136,07	2632610,72
	2018	2271802,53	340282,54	2612085,07	2370092,58	75000	166992,49	241992,49	2612085,07
	2019	2209262,2	423331,12	2632593,32	2407616,45	0	224976,87	224976,87	2632593,32
Associação Fraternidade dos Missionários do Sofrimento	2015	1410107,8	1272855,94	2682963,74	2603159,05	0	79982,69	79982,69	2683141,74
	2016	1364550,35	1359434,08	2723984,43	2633342,14	0	90642,29	90642,29	2723984,43
	2017	1321685,7	1459926,51	2781612,21	2726829,45	0	54782,86	54782,86	2781612,31

	2018	1278152,67	1537795,36	2815948,03	2774820,23	0	41127,8	41127,8	2815948,03
	2019	1235372,97	1665817,92	2901190,89	2862471,99	0	38718,9	38718,9	2901190,89
Centro Cultural e de Solidariedade Social de Guifões	2015	436463,1	41124,98	477588,08	315528,83	0	162059,25	162059,25	477588,08
	2016	410707,74	57582,88	468290,62	320165,45	0	148125,17	148125,17	468290,62
	2017	495000,49	71510,34	566510,83	455464,4	0	111046,43	111046,43	566510,83
	2018	498050,17	103412,5	601462,67	491829,51	0	109633,16	109633,16	601462,67
	2019	553504,07	54578,57	608082,64	503534,28	0	104548,36	104548,36	608082,64
Centro Apoio à Terceira Idade de S.Mamede de Infesta	2015	1456210,89	422506,94	1878717,83	1714031,65	0	164686,18	164686,18	1878717,83
	2016	1468329,16	339644,7	1807973,86	1639862,26	0	168111,6	168111,6	1807973,86
	2017	1464420,98	328883,79	1793304,77	1576813,77	0	216491	216491	1793304,77
	2018	1426728,37	295656,68	1722385,05	1514508,76	0	207876,29	207876,29	1722385,05
	2019	1363234,62	264005,8	1627240,42	1424911,12	0	202329,3	202329,3	1627240,42
Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto	2015	2602517,04	398160,69	3000677,73	2218606,27	452380,95	329690,51	782071,46	3000677,73
	2016	2432303,89	473701,95	2906005,84	2215272,16	317533,2	373200,48	690733,68	2906005,84
	2017	2401159,86	334704,26	2735864,12	2138004,8	261063,12	336796,2	597859,32	2735864,12
	2018	2179098,93	398686,96	2577785,89	1997381,11	206227,72	374025,81	580253,53	2577634,64
	2019	2071992,72	250223,06	2322215,78	1850773,41	188524,54	282917,83	471442,37	2322215,78
Lar de Sant' Ana - Matosinhos	2015	3030536,51	593197,27	3623733,78	3460503,67	0	163230,11	163230,11	3623733,78
	2016	2976002,69	627982,82	3603985,51	3399397,5	5025	199563,01	204588,01	3603985,51
	2017	3460458,3	71123,63	3531581,93	3345311,43	5025	181245,5	186270,5	3531581,93
	2018	3374085,61	117991,58	3492077,19	3290931,11	5025	196121,08	201146,08	3492077,19
	2019	3333379,23	113746,6	3447125,83	3237106,41	5025	204994,42	210019,42	3447125,83
A.S.D.G. - Associação Social e de Desenvolvimento de Guifões	2015	69226,2	351008,29	420234,49	314894,27	0	105340,22	105340,22	420234,49
	2016	192687,43	280135,18	472822,61	349080,03	0	123742,58	123742,58	472822,61
	2017	220662,57	315658,18	536320,75	388553,32	0	147767,43	147767,43	536320,75
	2018	202769,55	259798,64	462568,19	338442,3	0	122814,79	122814,79	461257,09

	2019	181645,15	280355,18	462000,33	342184,91	0	121579,95	121579,95	463764,86
Associação Paços 2000	2015	13563,54	680095,27	693658,81	195334,86	0	498323,95	498323,95	693658,81
	2016	60025,41	1038488,03	1098513,44	611501,42	0	487012,02	487012,02	1098513,44
	2017	71853,61	923846,78	995700,39	564801,36	0	430899,03	430899,03	995700,39
	2018	63507,34	945722,45	1009229,79	554660,99	0	454568,8	454568,8	1009229,79
	2019	52378,19	701782,03	754160,22	523486,2	0	230674,02	230674,02	754160,22
Centro Social de Cete	2015	697654,84	174386,45	872041,29	832312,77	0	39728,53	39728,53	872041,3
	2016	693183,32	220017,93	913201,25	855702	0	57499,25	57499,25	913201,25
	2017	675455,5	251932,77	927388,27	876157,41	0	51230,86	51230,86	927388,27
	2018	1092986,46	123635,49	1216621,95	915645,47	41600,22	259376,26	300976,48	1216621,95
	2019	1743454,67	110393,19	1853847,86	1028438,19	718169,1	107240,57	825409,67	1853847,86
Irmandade da Misericórdia de Paredes	2015	2398972,36	3473564,51	5872536,87	5462145,03	0	410391,84	410391,84	5872536,87
	2016	2287723,67	3617009,57	5904733,24	5484106,74	0	420626,5	420626,5	5904733,24
	2017	2954506,65	3059660,71	6014167,36	5442695,79	0	571471,57	571471,57	6014167,36
	2018	2803051,77	3217893,78	6020945,55	5510909,88	0	510035,67	510035,67	6020945,55
	2019	4289089,69	3195408,99	7484498,68	6911111,98	0	573386,7	573386,7	7484498,68
Centro Social e Paroquial Santo Estevão de Oldrões	2015	1575740,77	185726,72	1761467,49	1219432,85	414691,48	127343,16	542034,64	1761467,49
	2016	1525019,88	171938,5	1696958,38	1291282,04	278851,42	126824,92	405676,34	1696958,38
	2017	1470558,47	106088,71	1576647,18	1317844,13	123690,79	135112,26	258803,05	1576647,18
	2018	1479109,29	66400,18	1545509,47	1354453,63	35472,23	155583,63	191055,86	1545509,49
	2019	1439358,71	160346,53	1599705,24	1450178,84	0	149526,4	149526,4	1599705,24
Associação de Desenvolvimento da Vila de Paço de Sousa	2015	1743817,13	74024,16	1817841,29	909770,04	606963,89	301107,36	908071,25	1817841,29
	2016	1745577,19	68737,9	1814315,09	919685,93	603049,76	291579,4	894629,16	1814315,09
	2017	1737140,89	68178,26	1805319,15	814476,16	975076,3	15766,69	990842,99	1805319,15
	2018	1709765,23	69749,05	1779514,28	733480,46	666480,72	379553,1	1046033,82	1779514,28
	2019	1685136,68	131574,32	1816711	741242,52	674783,18	400685,3	1075468,48	1816711

Centro Social da Paróquia de Beiriz	2015	945108,98	38670,34	983779,32	667865,18	263882,92	52031,22	315914,14	983779,32
	2016	932387,4	53244,13	985631,53	707207,09	214406,79	64017,65	278424,44	985631,53
	2017	955069,16	29632,05	984701,21	748120,84	154589,85	81990,52	236580,37	984701,21
	2018	936135,72	47202,96	983338,68	768254,39	128532,91	86551,38	215084,29	983338,68
	2019	896003,95	59539,55	955543,5	763378,13	107489,78	84675,59	192165,37	955543,5
Centro Social Paroquial de Averno-Mar	2015	1187568,8	35981,5	1223550,3	1094494,98	0	129055,32	129055,32	1223550,3
	2016	1157321,19	29500,42	1186821,61	1027711,58	0	159110,03	159110,03	1186821,61
	2017	1127713,73	40949,5	1168663,23	987868,03	0	180795,2	180795,2	1168663,23
	2018	1094596,83	40756,22	1135353,05	928367,46	0	205185,59	205185,59	1135353,05
	2019	1062821,18	44488,57	1107309,75	890690,73	0	217476	217476	1108166,73
Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim	2015	12245840,4	972625,11	13218465,5	11945395,05	495934,52	777135,81	1273070,33	13218465,38
	2016	12422647,5	1009093,27	13431740,75	11994068,23	623047,1	814625,42	1437672,52	13431740,75
	2017	12684098,9	907966,43	13592065,31	11934186,18	581914,83	1075964,3	1657879,13	13592065,31
	2018	12604530,7	875753,22	13480283,94	11769640,69	221979,96	1488663,29	1710643,25	13480283,94
	2019	12831942,5	942561,46	13774503,91	11723459,31	378812,44	1672232,16	2051044,6	13774503,91
Instituto do Bom Pastor-Haurietis Aquas	2015	194766,52	44849,86	239616,38	190028,34	0	49587,86	49587,86	239616,2
	2016	220645,17	32077,73	252722,9	203495,95	0	49226,95	49226,95	252722,9
	2017	217312,84	38386,71	255699,55	207040,13	0	48659,42	48659,42	255699,55
	2018	236442,67	42858,44	279301,11	227000,79	0	52300,32	52300,32	279301,11
	2019	230199,89	77311,77	307511,66	254848,49	0	52663,17	52663,17	307511,66
Lar Marista de Ermesinde	2015	1371255,98	88507,28	1459763,26	1299543,43	107619,62	52600,21	160219,83	1459763,26
	2016	1393970,23	134321,34	1528291,57	1329604,24	133342,38	65344,95	198687,33	1528291,57
	2017	1443193,6	92363,97	1535557,57	1360861,55	121900,59	52795,43	174696,02	1535557,57
	2018	1478480,23	67000,69	1545480,92	1385989,67	105630,76	53860,49	159491,25	1545480,92
	2019	1477686,04	72003,21	1549689,25	1405226,29	85137,56	59325,5	144463,06	1549689,35
	2015	199355,61	1667843,89	1867199,5	432174,31	0	1435024,63	1435024,63	1867198,94

Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde	2016	194188,68	1801960,74	1996149,42	458218,27	0	1537931,15	1537931,15	1996149,42
	2017	173577,44	1792807,98	1966385,42	554520,37	0	1411865,05	1411865,05	1966385,42
	2018	197029,76	2396096,91	2593126,67	714580,25	0	1878546,42	1878546,42	2593126,67
	2019	203806,05	3102177,42	3305983,47	917720,81	0	2388262,66	2388262,66	3305983,47
Centro Social e Paroquial de Fornelo	2015	1217764,44	124669,28	1342433,72	1047323,53	75451,1	219658,98	295110,08	1342433,61
	2016	1187620,69	117267,6	1304888,29	1061040,2	62292,48	181555,61	243848,09	1304888,29
	2017	1177003,63	90896,53	1267900,16	1041950,47	66516,38	159433,31	225949,69	1267900,16
	2018	1134062,73	49988,84	1184051,57	982630,57	66885,41	134535,59	201421	1184051,57
Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde	2015	39271668,8	13191318,47	52462987,22	49861143,64	0	2601843,58	2601843,58	52462987,22
	2016	40126633,8	13104818,36	53231452,16	50306282,73	0	2925169,91	2925169,91	53231452,64
	2017	40366306,6	14374716,73	54741023,35	51266163,43	0	3474859,92	3474859,92	54741023,35
	2018	40222124	16431068,51	56653192,53	52855638,92	0	3797553,61	3797553,61	56653192,53
TERRAMAR- Associação de Solidariedade Social de Vila Chã	2015	112277,9	10300,69	122578,59	70699,72	44763,66	7115,21	51878,87	122578,59
	2016	109678,48	21665,13	131343,61	86641,57	37594,47	7107,57	44702,04	131343,61
	2017	107496,7	28427,09	135923,79	98455,21	30301,14	7166,72	37467,86	135923,07
	2018	105433,73	29055,05	134488,78	103509,9	22910,75	8068,13	30978,88	134488,78
SANCRIS - Associação de Solidariedade Social Santa Cristina de Malta	2015	281031,94	12383,41	293415,35	288391,61	0	5023,74	5023,74	293415,35
	2016	292887,9	10159,17	303047,07	290526,31	0	12520,76	12520,76	303047,07
	2017	430885,48	45244,12	476129,6	292989,02	170000	13140,58	183140,58	476129,6
	2018	525094,65	37932	563026,65	310138,48	228830	24058,17	252888,17	563026,65
	2019	568151,37	39841,39	607992,76	312891,25	262821,37	32280,14	295101,51	607992,76
	2015	644583,97	34958,93	679542,9	588929,32	0	90613,58	90613,58	679542,9
	2016	614124,12	27961,55	642085,67	571698,09	0	70387,58	70387,58	642085,67

Associação das Creches de Santa Marinha de Gaia	2017	525995,06	62902,46	588897,52	512679,43	0	76218,09	76218,09	588897,52
	2018	550410,77	66877,13	617287,9	483352,33	0	133935,57	133935,57	617287,9
	2019	527350,78	58289,56	585640,34	489127,41	0	96512,93	96512,93	585640,34
Centro Paroquial de São João Baptista de Canelas	2015	275820,14	62224,68	338044,82	294601,4	0	43443,42	43443,42	338044,82
	2016	267869,34	70901,82	338771,16	291245,91	0	47525,25	47525,25	338771,16
	2017	255800,03	30307,36	286107,39	241006,92	0	45100,47	45100,47	286107,39
	2018	237130,32	50705,9	287836,22	238772,02	0	49064,2	49064,2	287836,22
	2019	225154,9	75945,89	301100,79	263207,43	0	37893,36	37893,36	301100,79
Fundação Couto	2015	4971482,26	197153,2	5168635,46	4667378,66	78496,42	422760,38	501256,8	5168635,46
	2016	4988895,24	152461,88	5141357,12	4725268,69	49972,44	366115,99	416088,43	5141357,12
	2017	5628620,72	251503,96	5880124,68	5287953,23	270487,87	321683,58	592171,45	5880124,68
	2018	5656922,87	2112925,28	7769848,15	7178776,3	222755,85	368316	591071,85	7769848,15
	2019	5572291,49	2125138,09	7697429,58	7166048,83	201338,09	330042,66	531380,75	7697429,58
Fundação Joaquim de Oliveira Lopes - Instituição Particular de Solidariedade Social	2015	510623,14	71696,48	582319,62	290940,08	0	291379,54	291379,54	582319,62
	2016	500918,87	69575,41	570494,28	324968,4	0	245525,88	245525,88	570494,28
	2017	485260,62	94801,92	580062,54	397249,63	0	182812,91	182812,91	580062,54
	2018	481193,57	118121,06	599314,63	434946,06	0	164368,57	164368,57	599314,63
	2019	476937,2	147068,27	624005,47	483144,8	0	140860,67	140860,67	624005,47
Fundação Padre Luís	2015	1610745,28	271446,22	1882191,5	1719338,64	10822,82	152030,04	162852,86	1882191,5
	2016	1594974,69	335500,09	1930474,78	1780533,41	7395,14	142546,23	149941,37	1930474,78
	2017	1576455,3	371950,03	1948405,33	1805377,42	0	143027,91	143027,91	1948405,33
	2018	1580320,57	386965,85	1967286,42	1801464,83	0	165821,59	165821,59	1967286,42
	2019	1504250,54	448509,93	1952760,47	1776007,75	0	176752,72	176752,72	1952760,47
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia	2015	11228136,7	1690275,99	12918412,69	10634505,94	172916,27	2110990,48	2283906,75	12918412,69
	2016	11288539,7	1692028,31	12980568,02	10710700,68	234643,32	2035224,02	2269867,34	12980568,02
	2017	11563931,5	1630148,26	13194079,75	10879152,46	264624,66	2050302,63	2314927,29	13194079,75

	2018	11527312,7	2412191,23	13939503,93	11561120,23	253627,23	2124756,47	2378383,7	13939503,93
	2019	12038868,6	2239743,51	14278612,11	11191246,64	738838,6	2347526,87	3086365,47	14277612,11
APPACDM de Vila Nova de Gaia - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	2015	3224527,39	1604756,11	4829283,5	4544456,85	0	284826,65	284826,65	4829283,5
	2016	3074834,65	1502412,39	4577247,04	3899834,06	186173,25	491239,73	677412,98	4577247,04
	2017	2910309,34	1292156,09	4202465,43	3669032,47	154567,6	378865,36	533432,96	4202465,43
	2018	2767051,6	1048526,51	3815578,11	3438282,37	39348,75	337946,99	377295,74	3815578,11
	2019	2715182,61	1093636,45	3808819,06	3402934,05	0	405885,01	405885,01	3808819,06

Fonte: Elaboração própria

Anexo III – Demonstração de Resultados

	ANO	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	Resultado operacional	Resultados antes de impostos	Resultado Líquido do Período
Associação Emília Conceição Babo	2015	140239,05	98693,44	86981,81	86981,81
	2016	150917,79	100005,73	96130,34	96130,34
	2017	62207,27	1989,53	621,08	621,08
	2018	66504,9	9599,99	8799,87	8799,87
	2019	68370,27	25067,41	24841,65	24841,65
Associação de Surdos do Porto	2015	-792,15	-1875,35	-1935,65	-1935,65
	2016	1983,7	-230,33	-468,21	-468,21
	2017	7161,27	-631,97	-1157,99	-1157,99
	2018	7922,24	129	-427,02	-427,02
	2019	8095,65	-114	-133,32	-133,32
Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina (Porto)	2015	38009,82	11197,04	10817,37	10817,37
	2016	29534,5	1400,47	1072,99	1072,99
	2017	23605,46	794,58	568,69	568,69
	2018	-22916,22	-47151,41	-47359,17	-47359,17
	2019	-56120,91	-79501,9	-79695,29	-79695,29
Associação Nova Aurora na Reabilitação e Reintegração Psicossocial - ANARP	2015	10246,13	-11927,4	-14726,48	-14726,48
	2016	12224,25	3494,46	848,64	848,64
	2017	19141,24	2260,48	1484,93	1484,93
	2018	13944,15	1575,03	402,34	402,34
	2019	23348,78	18188,5	17233,99	17233,99
Associação Obras Sociais de São Vicente de Paulo	2015	-52586,64	-118442,6	-203227,12	-203227,12
	2016	164591,74	91802,04	8821,67	8821,67
	2017	267234,06	189640	139174,59	139174,59

	2018	39780,12	-33956,34	-81971,53	-81971,53
	2019	100286,97	25548,83	-18350,6	-18350,6
EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Associação	2015	84268,38	38855,68	40679,22	40679,22
	2016	58106,32	22187,51	23099,4	23099,4
	2017	102056,16	65394,49	66911,72	66911,72
	2018	80800,89	44010,81	45539,49	45539,49
	2019	71069,7	29821,37	30401,05	30401,05
	Centro Juvenil de Campanhã - Seminário dos Meninos Desamparados	2015	252124,11	223470,06	288186,43
2016		-89393,4	-116243,97	-43589,06	-43589,06
2017		-187112,26	-214725,08	-121595,38	-121595,38
2018		-133823,26	-163363,98	731104,26	731104,26
2019		-85507,35	-116413,88	-55384,84	-55384,84
Centro Social Paroquial de Amial	2015	-49559,27	-91389,4	-85682,96	-85682,96
	2016	-18222,35	-46428,9	-43531,48	-43531,48
	2017	59191,36	30795,33	32415,83	32415,83
	2018	-30009,06	-57271,2	-55912,38	-55912,38
	2019	-25734,44	-55317,22	-53956,32	-53956,32
Centro Social Paroquial do Carvalhido	2015	-4679,96	-6820,57	-6820,59	-6820,59
	2016	-28106,56	-30475,9	-30475,9	-30475,9
	2017	-23164,64	-25724,15	-25724,15	-25724,15
	2018	-35564,73	-38362,84	-38362,84	-38362,84
	2019	1670,67	-1253,22	-1253,22	-1253,22
Lar Luisa Canavarro	2015	5992,2	-60392,09	-60392,09	-60392,09
	2016	4643,76	-61053,49	-61053,49	-61053,49
	2017	8566,68	5067,95	5067,95	5067,95
	2018	8668,6	5894,43	5894,43	5894,43

	2019	42042,64	39220	39220	39220
Obra Diocesana de Promoção Social	2015	-277923,1	-390438,31	-348501,55	-348501,55
	2016	15416,48	-95434,3	-87068,58	-87068,58
	2017	4728,38	-97568,08	-87028,14	-87028,14
	2018	-101163,75	-202926,6	-202926,6	-202926,6
	2019	-187165,23	-263801,55	-263801,55	-263801,55
Associação Nun'Álvares de Campanhã	2015	26956,74	2364,2	5024,15	5024,15
	2016	22323,67	2956,84	-2348,54	-2348,54
	2017	14270,45	-1959,65	-11797,64	-11797,64
	2018	1845,75	-35911,47	-47244,72	-47244,72
	2019	88491,66	46663,68	36427,59	36427,59
Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade	2015	-103658,74	-113238,91	-112225,81	-112225,81
	2016	1304,58	-6305,71	288,62	288,62
	2017	-57365,46	-64510,59	-63252,29	-63252,29
	2018	-107614,79	-112917,62	-112318,31	-112318,31
	2019	-70669,1	-76517,96	-76408,52	-76408,52
Norte-Vida - Associação para a Promoção da Saúde	2015	18325,36	-6681,66	154,51	154,51
	2016	142644,66	116705,35	119967,63	119967,63
	2017	138228,76	111972,58	114509,67	114509,67
	2018	59831,8	34695,99	35783,54	35783,54
	2019	-7136,72	-29680,33	-29765,54	-29765,54
Associação do Hospital de Crianças Maria Pia	2015	26114,96	26114,96	26114,96	26114,96
	2016	-109650,21	-120530,43	-120530,43	-120530,43
	2017	-56801,58	-128572,33	-128572,33	-128572,33
	2018	61336,76	-11052,08	-10089,53	-10089,53
	2019	80080,91	4211,35	4657,52	4657,52

Lar Nossa Senhora do Livramento	2015	7239,21	-1448,14	-1448,14	-1448,14
	2016	1583,92	-8429,51	-8429,51	-8429,51
	2017	-53946,6	-65116,26	-65116,26	-65116,26
	2018	-42433,02	-56894,5	-56894,5	-56894,5
	2019	-59389,54	-72215,44	-72215,44	-72215,44
APPACDM do Porto - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	2015	74753,75	57350,36	59542,86	59542,86
	2016	103486,42	69108,29	70213,62	70213,62
	2017	39517,54	-1269,5	-701,23	-701,23
	2018	-51668,98	-121546,76	-122343,52	-122343,52
	2019	61231,13	-6528,26	-7682,74	-7682,74
Casa Abrigo - Associação	2015	19861,09	10842,86	11392,2	11392,2
	2016	287228,39	279486,58	279506,39	279506,39
	2017	-3394,84	-13955,8	-12933,84	-12933,84
	2018	127616	104343	105516	105516
	2019	146878	111630	111625	111625
UDIPSS - PORTO - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social	2015	49881,1	48258,96	36035,94	36035,94
	2016	35521,24	31895,63	20491,39	20491,39
	2017	58751,75	45077	38217,84	38217,84
	2018	68519,03	54512,86	51690,41	51690,41
	2019	73284,49	58984,02	56973,3	56973,3
Associação Portuguesa para a Intervenção com Animais de Ajuda Social - ÂNIMAS	2015	-360,18	-360,18	-360,18	-360,18
	2016	4611,92	4611,92	4611,92	4611,92
	2017	1981,01	1981,01	1981,01	1981,01
	2018	3708,68	3708,68	3708,68	3708,68
	2019	-1309,62	-1345,4	-1345,4	-1345,4
	2015	62662,59	-87482,99	-97141,97	-97141,97

APPC - Associação do Porto de Paralisia Cerebral	2016	135715,45	-19532,38	-25891,37	-25891,37
	2017	180109,67	25222,45	21649,76	21649,76
	2018	179637,24	9212,47	2478,54	2478,54
	2019	97443,58	-84760,74	-92057,47	-92057,47
Surpresa do Bêbé - Creche e Jardim de Infância - Associação	2015	7739,34	2016,44	1168,54	1168,54
	2016	13577,92	13316,86	12846,11	12846,11
	2017	6919,89	6544,89	5913,31	5913,31
	2018	7224,11	6661,87	6661,87	6661,87
	2019	-798,58	-1651,35	-1651,35	-1651,35
Casa Sacerdotal da Diocese do Porto	2015	14575,39	13698,57	13927,82	13927,82
	2016	33313,91	32712,8	32855,32	32855,32
	2017	-22741,76	-24456,46	-24407,77	-24407,77
	2018	106268,8	100585,01	100699,32	100699,32
	2019	35087,74	28050,94	28053,54	28053,54
ENCONTRAR+SE- Associação para a Promoção da Saúde Mental	2015	19744,31	18490,95	18490,95	18490,95
	2016	-5420,27	-7295,27	-7295,27	-7295,27
	2017	1284,23	-8354,42	-8354,42	-8354,42
	2018	3677,23	-8807,13	-8807,13	-8807,13
	2019	13429,84	864,49	864,49	864,49
Associação de Moradores de Massarelos	2015	-43092,85	-50704,22	-50704,22	-50704,22
	2016	-17562,02	-25334,5	-25334,5	-26495,5
	2017	-20385,24	-28011,84	-28012,58	-29146,58
	2018	-8418,79	-16172,87	-16172,87	-17306,87
	2019	29226,85	21615,57	21615,57	20481,57
Associação Cultural e de Apoio Social do S. C. da Cruz - IPSS	2015	-14531,79	-14531,79	-14379,15	-14379,15
	2016	-4035,4	-4035,4	-4062,28	-4062,28

	2017	193,6	193,6	193,6	193,6
	2018	5037,31	5037,31	5037,31	5037,31
	2019	8762,52	6979,02	6970,37	6970,37
Associação dos Amigos das Deficiências Intelectuais e Desenvolvimentais - AADID	2015	16920,49	16547,67	16547,67	16547,67
	2016	19562,58	15833,8	15833,8	15833,8
	2017	48248,08	43739,86	43739,86	43739,86
	2018	61681,95	56184,05	56184,05	56184,05
	2019	77548,16	66155,64	66139,68	66139,68
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	2015	41030,01	-15213,13	-19081,15	-19081,15
	2016	70365	2971,6	-183,41	-183,41
	2017	190553,57	109095,84	105431,8	105431,8
	2018	134285,25	52848,6	50531,24	50531,24
	2019	182802,55	103113,34	91717,75	91717,75
Centro Social Paroquial de S. João da Foz do Sousa	2015	204231,79	118702,82	83900,08	83900,08
	2016	197433,02	114129,43	76724,29	76724,29
	2017	213205,01	128439,4	97225,81	97225,81
	2018	133386,22	69178,89	64961,72	64961,72
	2019	104505,95	37653,47	35367,65	35367,65
Querer Ser - Associação para o Desenvolvimento Social	2015	2479,05	768,74	768,74	768,74
	2016	1409,66	1343,1	1343,1	1343,1
	2017	1572,63	1506,07	1506,07	1506,07
	2018	11377,71	9600,84	9600,22	9600,22
	2019	26291,23	25514,36	23761,17	23761,17
Associação de Solidariedade Social de Nespereira	2015	30993,55	30993,55	30993,55	30993,55
	2016	29700,56	29700,56	29700,56	29700,56
	2017	74975,14	74975,14	74975,14	74975,14

	2018	6346,18	6346,18	6346,18	6346,18
	2019	1749,42	1749,42	1749,42	1749,42
Centro Social Paroquial de Sousela	2015	4051,3	436,9	771,84	771,84
	2016	3661,1	237,36	225,65	225,65
	2017	1412,39	-3385,1	-3385,1	-3385,1
	2018	9486,71	4172,52	4085,58	4085,58
	2019	15694,45	12117,75	12084,37	12084,37
Santa Casa da Misericórdia da Maia	2015	779964,91	411179,2	446414,63	446414,63
	2016	427188,54	50505,49	71461,77	71461,77
	2017	406422,49	26346,19	37946,83	37946,83
	2018	122249,71	-247801,6	-234742,29	-234742,29
	2019	300947,47	-78260,02	-74203,96	-74203,96
SOCIALIS - Associação de Solidariedade Social	2015	-73653,73	-75628,73	-77668,29	-77668,29
	2016	-66700,08	-68596,32	-68596,32	-68596,32
	2017	-47516,54	-48099,41	-48242,44	-48242,44
	2018	-6205,26	-6711,77	-6711,77	-6711,77
	2019	17948,17	16489,71	16489,71	16489,71
APPACDM da Maia-Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	2015	104093,17	33163,45	23693,84	23693,84
	2016	316059,99	236393,88	230748,78	230748,78
	2017	214695,15	130778,67	129526,85	129526,85
	2018	193796,91	99118,22	99118,22	99118,22
	2019	194238,5	102961,76	102961,76	102961,76
Associação Fraternidade dos Missionários do Sofrimento	2015	118379,99	72022,35	72022,35	72022,35
	2016	83707,43	37725,99	37725,99	37725,99
	2017	135517,02	89558,86	89558,86	89558,86
	2018	101764,72	55533,68	55533,68	55533,68

	2019	140773,8	95194,66	95194,66	95194,66
Centro Cultural e de Solidariedade Social de Guifões	2015	17100,82	-7119,91	-7058,46	-7058,46
	2016	47222,36	20375,52	20375,52	20375,52
	2017	83201,39	58345,05	58345,05	58345,05
	2018	28174,96	2078,11	2078,11	2078,11
	2019	80229,78	41925,19	41925,19	41925,19
Centro Apoio à Terceira Idade de S.Mamede de Infesta	2015	105787,04	45136,28	48454,57	48454,57
	2016	18374,87	-45054,35	-42854,54	-42854,54
	2017	30992,02	-32848,89	-31733,64	-31733,64
	2018	-19785,07	-90997,81	-90110,5	-90110,5
	2019	19978,28	-51835,73	-51195,09	-51195,09
Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto	2015	192052,88	-65763,95	-70438,21	-70438,21
	2016	433783,73	178666,03	166575,66	166575,66
	2017	288143,21	22121,4	15446,62	15446,62
	2018	325708,35	60368,43	56309,74	56309,74
	2019	158100,49	-40339,37	-44892,73	-44892,73
Lar de Sant' Ana - Matosinhos	2015	106515,95	-4731,61	-1153,45	-1153,45
	2016	113050,99	-5145,66	-3795,92	-3795,92
	2017	132197,33	2451,95	3224,18	3224,18
	2018	132551,9	692,57	1378,4	1378,4
	2019	117395,42	-1646,33	-1278,62	-1278,62
A.S.D.G. - Associação Social e de Desenvolvimento de Guifões	2015	-1282,25	-18390,29	-13522,77	-13522,77
	2016	-1987,93	-24172,98	-23546,75	-23546,75
	2017	19721,6	1525,54	2302,38	2302,38
	2018	-20516,37	-42289,53	-42805,44	-42805,44
	2019	2644,99	-18813,05	-19827,7	-19827,7

Associação Paços 2000	2015	109231,25	105839,43	105810,38	105810,38
	2016	86103,02	46446,05	46446,05	46446,05
	2017	3793,09	-12095,06	-12095,06	-12095,06
	2018	9156,63	-7129,05	-7129,05	-7129,05
	2019	26685,27	10659,58	10649,78	10649,78
Centro Social de Cete	2015	80203,04	54092,29	53916,62	53916,62
	2016	61591,09	35012,97	34796,6	34796,6
	2017	61554,43	34188,12	32722,22	32722,22
	2018	76275,38	53431,12	51754,87	51754,87
	2019	85510,29	60268,19	48937,33	48937,33
Irmandade da Misericórdia de Paredes	2015	230425,22	64609,65	118332,24	118332,24
	2016	168516,51	4534,37	30885,97	30885,97
	2017	228516,37	-41327,02	-32486,69	-32486,69
	2018	143237,78	-89829,65	-84938,36	-84938,36
	2019	245320,68	-59692,77	-54704,53	-54704,53
Centro Social e Paroquial Santo Estevão de Oldrões	2015	198731,76	136722,43	119969,91	119969,91
	2016	171906,3	107621,13	95929,58	95929,58
	2017	117842,92	56844,72	50654,89	50654,89
	2018	115496,77	59532,33	57520,76	57520,76
	2019	150663,36	100067,93	99875,93	99875,93
Associação de Desenvolvimento da Vila de Paço de Sousa	2015	-6544,92	-7725,78	-23962,67	-23962,67
	2016	16523,82	15557,29	9915,89	9915,89
	2017	7929,71	-33938,49	-105209,77	-105209,77
	2018	-9616,8	-61017,68	-80995,7	-80995,7
	2019	79872,01	23228,53	4229,24	4229,24
Centro Social da Paróquia de Beiriz	2015	53654,72	23478,22	19077,14	19077,14

	2016	64666,2	32483,35	29226,08	29226,08
	2017	60330,61	24739,25	22334,57	22334,57
	2018	58145,09	15766,2	13733,55	13733,55
	2019	39514,33	-3114,87	-4876,26	-4876,26
Centro Social Paroquial de Aver-o-Mar	2015	-39420,94	-72909,71	-72844,82	-72844,82
	2016	-21019,08	-54532,67	-54532,67	-54532,67
	2017	1480,26	-32592,82	-32592,82	-32592,82
	2018	-13175,39	-47248,43	-47249,84	-47249,84
	2019	4759,89	-28083,03	-28083,03	-28083,03
Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim	2015	448335,13	241158,07	218654,24	218654,24
	2016	339211,4	162762,92	146915,62	146915,62
	2017	203456,39	26679,49	6595,36	6595,36
	2018	254125,81	65168,25	55476,03	55476,03
	2019	255457,63	56081,29	43841,28	43841,28
Instituto do Bom Pastor-Haurietis Aquas	2015	53526,97	35113,28	35113,28	35113,28
	2016	34010,95	15847,45	15677,97	15677,97
	2017	21062,94	4588,26	4438,88	4438,88
	2018	40998,6	20460,66	20460,66	20460,66
	2019	48185,71	28347,91	28347,7	28347,7
Lar Marista de Ermesinde	2015	-12738,65	-27080,68	9907,44	9907,44
	2016	16742,89	-7172,7	30060,81	30060,81
	2017	31434,97	-7101,38	31257,31	31257,31
	2018	15054,41	-30833,57	25128,12	25128,12
	2019	33657,29	-9522,43	19236,62	19236,62
Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde	2015	95458,98	48953,64	48953,64	48953,64
	2016	74045,05	35833,12	35833,12	35833,12

	2017	137437,16	103731,14	103047,81	103047,81
	2018	204433,61	170857,08	169000,41	168783,15
	2019	230546,68	203683	201688,56	201688,56
Centro Social e Paroquial de Fornelo	2015	47349,6	1228,62	2120,45	2120,45
	2016	59806,4	11344,24	11479,24	11479,24
	2017	33275,88	-23198,31	-23168,31	-23168,31
	2018	41085,47	-15387,23	-15387,23	-15387,23
	2019	13210,59	-37900,28	-37915,13	-37915,13
Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde	2015	1096001,5	315973,3	661332,96	661332,96
	2016	1386545,94	329415,18	397834,54	397834,54
	2017	2041800,26	866278,64	908192,94	908192,94
	2018	2989178,02	1744931,76	1772087,79	1772087,79
	2019	1839253,85	529479,91	551753,37	551753,37
TERRAMAR-Associação de Solidariedade Social de Vila Chã	2015	15558,32	12613,79	11763,96	11763,96
	2016	19149,75	16491,53	15941,85	15941,85
	2017	14503,05	12259,44	11813,64	11813,64
	2018	7630,99	5385,74	5054,69	5054,69
	2019	4864,32	2601,07	2359,62	2359,62
SANCRIS - Associação de Solidariedade Social Santa Cristina de Malta	2015	6329,88	925,71	892,08	892,08
	2016	7237,27	2142,78	2134,7	2134,7
	2017	7697,25	2525,04	2462,71	2462,71
	2018	22482,02	17149,46	17149,46	17149,46
	2019	8085,58	2752,77	2752,77	2752,77
Associação das Creches de Santa Marinha de Gaia	2015	19323,41	-19980,96	-17567,24	-17567,24
	2016	10014,25	-21515,21	-21502,82	-21502,82
	2017	-33429,89	-57642,42	-57578,4	-57578,4

	2018	-30917,41	-54926,92	-54520,18	-54520,18
	2019	32536,25	8160,91	8475,22	8475,22
Centro Paroquial de São João Baptista de Canelas	2015	15457,18	-3824,73	-3829,74	-3829,74
	2016	5752,92	-13836,11	-13840,94	-13840,94
	2017	-22783,54	-42781,98	-42781,99	-42781,99
	2018	24520,27	5729,58	5729,58	5729,58
	2019	45046,27	32399,9	32399,89	32399,89
Fundação Couto	2015	48461,56	-47425,34	-56842,88	-56842,88
	2016	59427,25	-17648,86	-24939,25	-24939,25
	2017	20075,76	-62958,26	-66651,37	-66651,37
	2018	1988563,75	1897623,58	1892075,3	1892075,3
	2019	86918,47	-6528,32	-11475,24	-11475,24
Fundação Joaquim de Oliveira Lopes - Instituição Particular de Solidariedade Social	2015	32837,19	17931,62	14577,26	14577,26
	2016	64114,43	48329,8	43915,62	43915,62
	2017	108417,97	92633,34	82168,53	82168,53
	2018	70438,52	53105,09	47583,73	47583,73
	2019	84603,68	66972,47	58086,04	58086,04
Fundação Padre Luís	2015	59996,54	32194,19	34404,81	34404,81
	2016	95571,03	73798,09	74544,45	74544,45
	2017	59626,72	37166,83	38193,69	38193,69
	2018	27512,53	-1434,51	-704,56	-704,56
	2019	60501,09	31952,29	32133,67	32133,67
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia	2015	574967,21	176970,65	169394,98	169394,98
	2016	457553,36	51637,76	47164,4	47164,4
	2017	495397,68	72200,54	67775,97	67775,97
	2018	1156789,27	674263,81	669162,54	669162,54

	2019	242146,77	-308457,02	-316936,99	-316936,99
APPACDM de Vila Nova de Gaia - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	2015	251485,61	58129,45	63002,68	63002,68
	2016	-230294,39	-421779,25	-416308,97	-416308,97
	2017	133371,14	-59423,09	-55852,43	-55852,43
	2018	118352,28	-81551,43	-80314,3	-80314,3
	2019	213458,76	9765,56	10012,49	10012,49

Fonte: Elaboração própria